

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO AO PAGAMENTO
DE RENDAS EXCESSIVAS AOS PRODUTORES DE
ELETRICIDADE**

[Resolução da Assembleia da República n.º 126/2018, de 17 de maio]

Reunião n.º 7

17 de julho de 2018

(10,39 h – 15,15 h)

Ordem do dia:

1. Apreciação e votação das novas audições requeridas pelo Grupo Parlamentar do PCP;
2. Audição do Professor Clemente Pedro Nunes* (Professor Catedrático do Instituto Superior Técnico);
3. Outros assuntos.

Presidente da Comissão: Maria Mercês Borges

Deputados:

Jorge Costa (BE)

Hélder Amaral (CDS-PP)

Bruno Dias (PCP)

António Topa (PSD)

Fernando Anastácio (PS)

**Apresentação em Powerpoint*

A Sr.^a **Presidente** (Maria das Mercês Borges): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que vamos dar início a mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Pagamento de Rendas Excessivas aos Produtores de Eletricidade.

Eram 10 horas e 39 minutos.

Antes de entrarmos na audição ao Sr. Professor Clemente Pedro Nunes, a quem cumprimento e agradeço a presença, tenho de pôr à consideração das Sr.^{as} e dos Srs. Deputados dois assuntos que requerem a vossa deliberação, já tratados e consensualizados em reunião de Mesa e Coordenadores, que têm a ver com o reinício dos trabalhos da Comissão. Como sabem, vamos interromper, e foi deliberado pelos Srs. Deputados, a partir do dia 26 de julho, inclusive.

Acontece que foi aqui feita referência, na anterior reunião, que o dia 4, data prevista para o reinício dos trabalhos, não daria tempo suficiente para estudar tanta documentação como a que tem chegado, e que foi solicitada, pelo que a proposta é reiniciarmos dia 11 de setembro.

Ponho, assim, esta deliberação a votação.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência de Os Verdes.

Portanto, interrompemos os nossos trabalhos a partir do dia 26 de julho e reiniciamos dia 11 de setembro. Vai ser feita a respetiva alteração, junto do Sr. Presidente da Assembleia da República, no sentido de ser votada amanhã, nas deliberações finais que vão ocorrer.

Relativamente ao segundo ponto da nossa ordem de trabalhos, o Partido Comunista Português, pela pessoa do Sr. Deputado Bruno Dias, fez chegar à Comissão uma segunda proposta de pedidos de audição.

Tem a palavra, para uma brevíssima exposição, o Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, muito sinteticamente, queria indicar que, da parte do PCP, a proposta é de que possam ser ouvidos, oportunamente, os Srs. Carlos Barradas e António Coutinho.

O Dr. Carlos Barradas foi o chefe de equipa que, na EDP, preparou os CMEC (Custos de Manutenção do Equilíbrio Contratual) e a concessão das hidroelétricas e, segundo julgamos saber, é, atualmente, *senior partner* e *managing director* da Boston Consulting Group.

O Eng.º António Coutinho, atualmente administrador na EDP Comercial, foi, em tempos, quadro da Boston Consulting Group e é importante conhecermos o desenvolvimento da intervenção que foi realizada naquele momento, nestas entidades, para o apuramento dos factos neste processo.

Por isso, o PCP apresenta esta proposta para que, no decurso normal das audições, estes nomes possam ser incluídos.

A Sr.^a **Presidente**: — Não havendo pedidos de uso da palavra por parte dos outros Srs. Deputados, vou colocar de imediato à votação o requerimento do PCP.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência de Os Verdes.

Temos, assim, mais duas entidades a ouvir, a acrescer às cento e tal que já temos.

Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, passamos, agora, à audição Sr. Prof. Clemente Pedro Nunes, no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Pagamento de Rendas Excessivas aos Produtores de Eletricidade, a quem agradeço por ter tido disponibilidade para vir até nós.

Trata-se de uma Comissão de Inquérito, cujo objeto está muito bem definido e que pretende apurar a verdade sobre se, efetivamente, houve ou não pagamento de rendas excessivas aos produtores de eletricidade.

Esta audição vai decorrer com uma intervenção inicial do Sr. Engenheiro, de cerca de 15 minutos, como tempo indicativo — aliás, o Sr. Engenheiro já teve a gentileza de nos fazer chegar a apresentação e demais documentação, o que muito agradecemos —, passando-se depois à inquirição, por parte das Sr.^{as} e dos Srs. Deputados dos diferentes grupos parlamentares, no sentido de que possam colocar questões de resposta direta, para o que terão 8 minutos, sendo que o Sr. Professor terá o tempo de que necessitar para responder às questões.

Seguir-se-á uma segunda ronda, de 5 minutos para os Srs. Deputados, seguida, e o Sr. Professor responderá a todas as questões colocadas no final. Se, eventualmente, os Srs. Deputados assim o desejarem, haverá um terceira ronda, de 3 minutos, acrescida de 2, se algum dos Srs. Deputados desejar apresentar alguma questão, sendo também as questões colocadas nesta ronda respondidas no final.

Neste sentido, reiterando os nossos agradecimentos, e porque estamos numa Comissão de Inquérito e a verdade e o rigor se impõem, tem a palavra o Sr. Professor.

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes** ¹(Professor Catedrático do Instituto Superior Técnico): — Sr.^a Presidente, muito obrigado pelo convite para vir aqui dar o meu contributo possível, o que faço com todo o gosto.

Cumprimento todas as Sr.^{as} Deputadas e todos os Srs. Deputados e estou à vossa disposição. Conforme indicado, começaria por fazer uma apresentação, nos tais cerca de 15 minutos.

Tive o cuidado de, podendo dar o contributo possível, centrar-me na Resolução da Assembleia da República, pelo que vou falar especificamente sobre a questão do pagamento de rendas e subsídios aos produtores de eletricidade sob a forma de CMEC ou outros, e a dimensão dos pagamentos realizados – e tenho aqui uma previsão e tenho, depois, todo o gosto em fazer o respetivo *backup*.

Estas são matérias, tecnicamente falando, de alguma complexidade e tive o cuidado de enviar antes uma série de documentação introdutória, sendo que, aqui, vou procurar ir direto ao assunto.

Começo, assim, com a alínea *a*) dimensão dos pagamentos realizados e a realizar por efeitos dos regimes em vigor no âmbito do disposto no n.º 1, é uma área sobre a qual vou tentar dar elementos concretos.

Segue-se a alínea *c*) O efeito sobre os custos do sistema elétrico produzido por outras alterações legislativas, designadamente na PRE (Produção em Regime Especial), na extensão do regime de tarifa subsidiada à produção eólica, ou na remuneração da garantia de potência.

E, finalmente, a alínea *g*) A existência de favorecimento por parte de governos relativamente à EDP (Energias de Portugal), à REN (Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A) e a outras empresas do setor elétrico, no caso dos CMEC, dos CAE (Contratos de Aquisição de Energia) e de outros instrumentos.

¹ Apresentação em *Powerpoint*

A primeira coisa que gostaria de salientar é que as *feed-in tariffs* — e que passarei a designar, a partir daqui, como FIT — são, muitas vezes, designadas como um mero subsídio às produções eólicas e fotovoltaicas. Não é assim; as *feed-in tariffs* são muito mais que isso. As *feed-in tariffs* regulam, elas próprias, a partir daí, todo o sistema em que o sistema elétrico passou a funcionar.

Portanto, aqui houve aquilo que já disse várias vezes, a primeira vez que o disse já foi há quase 15 anos: uma subversão total do sistema. Depois iremos ver a que é que isso conduz.

O que dizem as *feed-in tariffs*? Este é um instrumento legal, estabelecido pelos governos — aliás, foi estabelecido no tempo do Eng.º Guterres, quando o meu colega Eduardo Oliveira Fernandes era membro do governo, Secretário de Estado — para apoiar as fontes renováveis intermitentes, e dá, através das FIT, aos produtores que delas beneficiem, duas vantagens simultâneas.

Primeiro, garante que quem delas beneficie tenha acesso direto privilegiado ao sistema elétrico, para colocar a sua eletricidade na rede, em prejuízo de todas as fontes convencionais.

Segundo, garante, igualmente, a quem beneficie das FIT, que tenha um preço garantido de venda à rede estabelecido por diploma legal elaborado pelo governo. No caso da eólica esse preço é, atualmente, em média, de 94 €/MWh. Faço notar que, ao longo dos contratos, os preços iniciais foram variando e depois há uma indexação à inflação, mas, depois, poderemos ver isto com mais pormenor mas, em termos dos números grossos, isso não afeta grande coisa.

Dou dois exemplos. Se, neste momento, a central térmica de Sines estiver a produzir e a colocar na rede a 45 €/MWh — faço-o concretamente, com Sines, porque, neste momento, como saberão, o CMEC de Sines, pelo menos oficialmente, já não existe —, se o vento aumentar, o sistema é

obrigado pelas FIT a substituir esta eletricidade pela eletricidade eólica, passando assim a pagar 94 € em vez dos 45 €. Isto é assim automaticamente. Já noutra dia, num debate numa universidade, me perguntaram se isto era culpa da REN e disse que não era. A REN tem de aplicar a lei, tem de aplicar o despacho.

Há um outro exemplo que é particularmente frisante: se estiver sol — e parece que está —, o sistema, neste momento, tem de pagar aos produtores fotovoltaicos com FIT, àqueles que têm FIT — aliás, todos os que, neste momento, estão a fornecer à rede têm FIT —, 385 €/MWh, repito 385 €/MWh, em média, em vez de pagar um número indicativo de 60 €/MWh da central a gás natural, como a da Lezíria que, como saberão, é esta que fica junto à autoestrada A1, quando passamos Vila Franca.

É óbvio que um enquadramento legal como as FIT — e, certamente, iremos falar disso depois —, com efeitos tão brutais sobre os consumidores e sobre todo o sistema, foi apenas concebido inicialmente para proteger produções elétricas de pequena dimensão, em termos de percentagem da potência fornecida à rede, que é sempre o elemento base em termos técnicos.

Devo dizer, e gostaria de salientar isso, que sou professor, já há muitos anos, de Estratégia de Processos Industriais, não sou eletrotécnico. Devo dizer que, por funções institucionais que tive, analisei muitas das questões eletrotécnicas, todavia, faço lembrar que há o elemento fundamental nestas questões, que é da minha especialidade, que são as baterias que, de facto, em termos técnicos, são reatores eletroquímicos reversíveis, portanto, nesta matéria estou bastante à vontade para poder falar.

Por outro lado, as eólicas são fortemente intermitentes. Aqui também tenho de referir um pormenor que está nos vários documentos que enviei: a energia eólica é proporcional — ou quase proporcional — ao cubo da velocidade do vento. Isto, para quem tiver alguma noção de matemática,

significa que, se tiver uma variação da velocidade do vento de 10%, estamos a falar de 34%, cerca disso, de mudança, para cima ou para baixo.

Portanto, estamos a falar de uma verdadeira montanha russa brutal, o que já não acontece tanto nos fotovoltaicos, embora também seja uma mudança grande, porque, aí, o efeito das nuvens é muito grande.

Os efeitos são devastadores porque, no fundo, o sistema elétrico, a partir do momento em que as *feed-in tariffs* entraram em força — e aqui a questão da quantidade é muito relevante, como vamos ver depois, até para se perceber onde é que isto começou, ou quando é que isto saiu dos carris —, em termos dessa forte intermitência, o sistema passou, todo ele, a ser gerido em função desta intermitência e em função das *feed-in tariffs*.

Por isso, centrei aqui esta questão, porque é meu objetivo falar sobre aquilo que, acompanhando estas questões há 40 anos, considerei essencial.

O terceiro ponto que gostaria de falar é sobre como é se criou este *cocktail* explosivo — aquilo que já designei, algumas vezes, por *cocktail* explosivo —, no sistema elétrico português e que sabotou o sistema elétrico, tal qual ele existia.

Assim, este *cocktail* explosivo tem dois ingredientes fundamentais, — e há aqui duas coisas que se complementam e que se agravam exponencialmente: por um lado, as FIT, como já disse, são concedidas às potências elétricas intermitentes, que são predominantemente as eólicas e as fotovoltaicas. Devo dizer que, por exemplo, as FIT não se aplicam às hidroelétricas. A hidroelétrica é intermitente, este é um aspeto muito importante, mas é armazenável, desde que haja albufeira. Se é de fio de água o armazenamento é relativamente reduzido mas, atenção, às vezes, é suficientemente importante, porque poder atrasar o lançamento no sistema em 3 ou 4 horas pode fazer a diferença entre estarmos em vazio ou estarmos em ponta.

Portanto, esse aspeto é extremamente importante, mesmo nas de fio de água. Às vezes ouço dizer que, com as de fio de água não tem qualquer efeito, mas tem, porque, na generalidade dos casos, permitem uma regulação de 2, 3, 4 horas.

Por outro lado, há os CAE/CMEC, que são regimes contratuais especiais que garantem, basicamente, uma remuneração mínima garantida a centrais térmicas convencionais que, até à introdução das FIT às renováveis intermitentes, constituíam a base do sistema elétrico.

Portanto, houve aqui a seguinte subversão: a base do sistema elétrico eram centrais convencionais — basicamente gás, carvão, hidroelétricas — e, a partir do momento em que as FIT ultrapassaram o tal valor, que vou citar, entre 1500 e 1800 MW, o sistema ficou subvertido.

O elemento decisivo para se avaliar da intensidade explosiva deste *cocktail* é a quantidade relativa de FIT que foram concedidas pelo governo aos diferentes operadores dos sistemas que delas beneficiam. A quantidade em absoluto e, sobretudo, em termos relativos.

Depois, iremos falar da questão da ligação a Espanha e depois, certamente, na discussão, terei muito gosto em dar conta dessa reflexão, porque, como devem calcular, eu reflito nisto e escrevo sobre isto há 30 anos — é claro que sobre FIT não, porque elas não existiam, sobre essas é há menos tempo.

De facto, sendo fortemente intermitentes, a energia eólica e a fotovoltaica — aqui a questão é das nuvens, basicamente, e, depois, a do dia e da noite, mas esta pode-se prever; o prever-se não quer dizer que os efeitos não estejam lá, mas depois já lá vamos — necessitam de ter duas muletas muito dispendiosas e ineficientes.

Para se dar a introdução no sistema destas renováveis intermitentes é necessário, para que o sistema funcione, para que tenhamos luz no momento, que está a ser produzida no momento, ter centrais térmicas de *backup*, ou

seja, centrais que têm de estar sempre prontas para quando o vento sai e, evidentemente, para sair quando se tornam pleonásticas.

Mas também vamos ver, depois, que isso também tem a ver com algumas questões do MIBEL (Mercado Ibérico de Eletricidade) — sublinho aqui que ainda não terá sido falado, mas teremos tempo de o fazer — e sobre as duas plataformas em que o MIBEL funciona: uma é *spot* e a outra é a prazo, ou seja o OMEL (Operador do Mercado Ibérico de Energia — Pólo Espanhol) e o OMIP (Operador do Mercado Ibérico de Energia — Pólo Português), basicamente.

Portanto, estas centrais térmicas de *backup* evitam os apagões, porque, evidentemente, se estivéssemos com vento e, de repente, a velocidade do vento variasse — nem é preciso variar muito — de 50 para 48, teríamos de entrar, hoje, com os valores que temos, com uma central de 600 MW, em minutos, o que significa que ela tem de estar tecnicamente... Aliás, uma das coisas que gostaria de dizer é que as intermitentes destroem a eficiência energética. Tenho alguns dados sobre isso e, depois, terei todo o gosto em transmiti-los.

A outra muleta necessária quando há energia a mais, nomeadamente à noite, é termos centrais hidroelétricas que ao bombarem... — a eletricidade, enquanto fluxo eletrónico, não se armazena diretamente; o que se armazena é sempre indiretamente. Uma barragem de bombagem é uma forma indireta de nós usarmos a eletricidade que está em excesso num determinado momento para uma quota superior.

Numa bateria, como as dos telemóveis, o que temos é eletrões que soltam-se no instante em que estão a ser produzidos. Criaram-se, sim, as condições químicas para que haja uma reação eletroquímica que, no momento, funcione.

Não quero entrar muito em questões técnicas, mas vou dizer uma coisa clara: para se perceber bem o que se passou no sistema é fundamental

perceber algumas questões tecnológicas e estou totalmente disponível para, com qualquer colega meu, participar em todos os contraditórios. Já tive vários, em termos académicos, e tenho o maior prazer em ter outros.

Por outro lado, quanto maior for a quantidade de potência atribuída a eletricidade intermitente protegida com FIT, maior é o custo suportado pelos consumidores, também através dos CAE/CMEC. Essa é uma questão fundamental. Se consideramos que os CAE/CMEC eram algo que protegia o sistema e que vinha do antigamente, que vinha, sei lá, do Estado Novo, enfim, os famosos contratos a longo prazo que havia — os números que depois vou dizer tem a ver com isso — com um chamado diagrama de base, quando a base do sistema, quando atinge os 6000 MW, passou a ser intermitente, o valor que é preciso pagar pelos CAE e pelos CMEC...

Eu dou um exemplo muito simples: se na vossa douta Assembleia tiverem um restaurante em que todos os dias o Estado, ou alguém, paga 200 refeições, se não houver clientes paga o Estado, é evidente que, se eu estiver convencido que há clientes para 200 refeições, o Estado paga zero... É um seguro cuja expectativa probabilística é zero ou perto de zero.

A partir do momento em que se faz um restaurante fora da Assembleia em que as refeições também são grátis, não há 200 pessoas que venham comer ao restaurante da Assembleia e, portanto, o custo de subsidiar o restaurante dispara.

Este foi o efeito explosivo que as FIT tiveram nos CAE e nos CMEC. É esse efeito agregado que tornou o sistema explosivo. Aliás, se depois quiserem fazer perguntas sobre com quem falei e como falei ao longo dos anos sobre isso, tenho o maior gosto em vos responder, bem como o que é que respondi a algumas pessoas que tiveram poder de decisão sobre isso e se, na minha opinião, perceberam ou não perceberam o sistema, mas isso posso transmitir-vos.

Portanto, é este o *cocktail* explosivo que temos hoje, e ainda por bastantes anos. A pergunta que se pode fazer a seguir é: quando é que isto começou, o que é que aconteceu? Como disse, o sistema é bem conhecido, começou no sistema E4, que já foi falado, estamos a falar de 1999-2000, aí os valores, as potências eram relativamente pequenas, em 2004 o que estava instalado eram cerca de 1200 MW.

Era um valor alto, em termos de percentagem — já vamos ver que isso tem a ver com a potência em vazio e a potência em ponta —, mas era um valor que o sistema enquadrava, porque o sistema, nomeadamente através da barragem, tem a possibilidade de fazer um balanceamento razoável.

Ora, há dois parâmetros fundamentais para se perceber quando é que estamos nas linhas vermelhas ou não: por um lado, temos de saber quanto é que, nas horas de vazio, há de consumo — e gostaria de lembrar às Sr.^{as} e aos Srs. Deputados que as horas de vazio são a maioria das horas semanais, mesmo quando não há feriados, porque temos 10 horas nos dias úteis e temos as 48 horas do fim de semana — e aí temos 3900 MW, número este que, aliás, é mais ou menos esse há vários anos, praticamente desde 2010 não tem mudado muito; por outro lado, temos de saber a potência nas horas de ponta — estamos agora numa hora de ponta —, que anda pelos 9800 MW, varia ligeiramente de verão e de inverno, mas esses números, grossos números, estão aí.

Ora, o limite, por cálculos, que poderei, com todo o gosto, partilhar convosco, com uma aproximação bastante boa, do desastre andar pelos 1800 MW. A partir dos 1800 MW o sistema descontrola completamente. O sistema foi feito — e é bom sublinhar isso — para não descontrolar tecnicamente, ou seja, o risco de haver um apagão, hoje, é absolutamente mínimo.

Então, onde é que ele descontrola? Nos custos que são necessários para conseguir que o sistema funcione: as centrais que têm de estar a queimar

carvão e gás natural à espera, as centrais que não podem desligar, mas que 12 horas depois... Aliás, houve um estudo que vos apresentei — e vos enviei — ao vivo e a cores, do que se passou em maio do ano passado, nos dez dias em que houve uma grande geração eólica e fotovoltaica e basta ir aos dados da REN.

Então, o que fez o nosso grupo do Técnico foi muito simples: ir ver sucessivamente o que se passou durante 15 dias, colar uns dias com os outros, e está lá bem claro quando é que cada uma das centrais começou a funcionar e estava a debitar na rede. Há uma questão técnica que depois posso sublinhar. O que a REN diz, e bem, é eletricidade que entra no sistema. Depois, há uma pergunta complicada que se pode fazer a seguir, mas se não a fizerem eu próprio vou fazê-la.

Portanto, quando, em 2010, havia 6000 MW de potência instalada, o caos estava instalado. Eu, aí, sou claríssimo, disse-o na altura, disse-o antes, os documentos estão aí, estão publicados, estão no meu currículo no Técnico, está lá tudo.

A pergunta que se pode fazer é: como é possível um governo dar FIT que beneficiaram os operadores em perto de 6000 MW de potências intermitentes, quando a potência de consumo nas horas de vazio, que representa a maioria das horas semanais, é apenas de cerca de 3800, 3900, no máximo 4000 MW? E quanto custou este *cocktail* explosivo aos consumidores portugueses?

Os diplomas legais que concederam as FIT a sucessivos operadores de renováveis intermitentes que hoje operam no sistema foram esmagadoramente concedidos entre 2005 e 2011. Depois de 2011, por pressão da troica, como se sabe, da opinião pública — eu próprio tenho muita honra em ter assinado os dois manifestos quando considerei que o sistema tinha passado do aceitável —, quer o anterior Governo quer o atual concederam muito poucas. Houve algumas, há algumas questões técnicas e

jurídicas sobre se podia ou não ter concedido, mas, confesso, que aí não me meto, não é a minha área; o meu objetivo é transmitir aquilo em que vos possa ser útil e dar conta das coisas que fiz, calculei, analisei, estudei, debati em Portugal, em Paris, em Berlim, ao longo dos últimos 15 anos, sucessivamente, e como consultor da Agência Internacional de Energia e de outras entidades.

Ora, a entrada em operação das potências previstas nos diplomas das FIT não foi imediata. O diploma é concedido, depois tem de ser construído... E também há uma coisa para qual chamo a atenção: de acordo com a generalidade dos contratos estabelecidos, estamos a falar de períodos de 15 a 20 anos a partir do início da operação.

É evidente que, depois, houve casos em que o período do início da operação foi adiado, houve questões jurídicas, houve questões ambientais, portanto, foi prolongado... Sobre as datas em que estão em vigor também vos posso falar a seguir. Foi a partir daí que o sistema arrancou e tem vindo a aumentar e, basicamente, até hoje, a tendência ainda é para aumentar.

O diploma dos CMEC, esse, é bem conhecido, foi publicado em 2007 — é uma coisa que tem sido aqui bastante debatida —, na mesma altura em que, e este aspeto é mais complicado, estavam ser beneficiados com FIT milhares de megawatts de novas potências elétricas de base intermitente. Foi nessa altura.

Assim, se considerarmos os sobrecustos deste *cocktail* explosivo, incorridos entre 2007 e 2011, fazendo uma análise detalhada dos elementos da ERSE, nomeadamente das taxas de acesso à rede, que é aquele jargão conhecido, que é o geral, os CIEG (Custos de Interesse Económico Geral) e tenho todo o gosto em debater estes números e mostrar como é que lá cheguei, sendo que alguns estão nos estudos que foram divulgados e que já tive o gosto de vos transmitir, temos o número de 15 000 milhões de euros. Isto inclui tudo. Isto é o *cocktail* explosivo! Tem cá todos os ingredientes:

sal, pimenta, malagueta, está cá tudo...! Destes, uma parte está na dívida tarifária que, à data de hoje, pelos números que vi, andaré ainda pelos 4000 milhões — vi os 3400, esse é a expectativa para 31 de dezembro deste ano, que, penso, foi feita com todos os dados possíveis, mas, como sabem, expectativas sobre mercados internacionais de energia não são muito fáceis.

Há aqui um elemento fundamental de que, depois, também vou falar, que se vai passar em Lisboa no próximo dia 27, mas já lá chegaremos.

Depois temos o futuro após a catástrofe. Face a estes dados — os quais tenho todo o gosto em partilhar e explicar como lá cheguei, foi para isso que me convidaram — o que temos é que essa situação se vai manter, com os dados atualmente vigentes, e a maior parte das FIT das eólicas irá vigorar até 2033. Esta data de 2033 tem a ver com uma coisa que, julgo, já ter sido falada nesta Comissão — mas depois lá iremos — que foi a extensão dos contratos das FIT, que já vi referida aqui e também noutros locais.

Portanto, excluía aquela que designo como solução «à espanhola», que é a solução que foi seguida pelo Governo espanhol e da qual, apenas como referência, vos dei dois exemplares — tenho mais dados sobre isso, mas também não é daqueles assuntos que me compete aprofundar, porque não gosto de ser especialista em assuntos de que não sou, mas posso dar a minha opinião.

Portanto, aqui a sugestão, sob os pontos de vista económico, tecnológico e também ambiental – e já vou dizer porquê – é manter em operação a central de Sines até que acabem as FIT — salvo erro são 4000 que estão aqui neste momento —, em 2033, e também a central do Pego, porque essa é a única maneira de tentar, economicamente, conter a catástrofe, porque a catástrofe está cá... Isto é como as metástases; ou são travadas ou estão aí...

E aqui chegamos à Cimeira de 27 de julho, que se realizará sexta-feira da semana que vem — quando vierem a Lisboa, ter com o Primeiro-Ministro

António Costa, o Presidente Macron, o Presidente Juncker, o Primeiro-Ministro Sánchez —, Cimeira essa que vai tratar das interligações entre a Península Ibérica e França, uma questão vital, cujas implicações dos mercados têm por trás a sombra das *feed-in tariffs*, até muito mais do que dos CMEC.

Aliás, o problema, neste momento, são as *feed-in tariffs* aplicadas às eólicas intermitentes e às fotovoltaicas. Portanto, isto permitirá fazer um *trade-off* entre o centro da Europa e a Península Ibérica que poderá ser decisivo, que é decisivo para qualquer estratégia futura se chegarmos aos 9000 MW de interligação.

Neste momento, temos 3800 e estão previstos mais 5500 MW. O cabo coaxial será, de acordo com o último projeto, ou pré-projeto, instalado ao longo da costa a sul de Capbreton e vai, basicamente, até San Sebastián. É uma coisa que tem vindo a ser discutida há dezenas de anos – aliás, devo referir que, durante anos, e anos, e anos, me foi dito pelos mais altos especialistas que o culpado de não haver uma maior interligação da Península Ibérica com a França era a França. Mas devo dizer, e posso explicar porquê, que no último ano, pelo menos desde que Macron é Presidente da França, quem se tem batido fortemente por isso é a França. Mas lá iremos, se quiserem.

Finalmente, temos de garantir em absoluto – e tenho de ser muito cuidadoso aqui – em absoluto, que não são concedidas mais quaisquer FIT a produções elétricas intermitentes, nem que sejam pagas pelas tarifas gerais dos consumidores finais quaisquer ligações à rede elétrica de novos produtores intermitentes. Há vários casos, como o do *Windfloat* de Viana do Castelo, e quem acompanha estas questões de energia já deve ter conhecimento de várias tentativas e de vários processos.

Mas, mesmo que assim seja, os atrasos já registados na concretização da Cimeira, que, de facto, já devia ter sido antes, dão-nos algum cuidado e o

cocktail explosivo vai manter-se até 2033. Esta data poderá ser antecipada se se reverter o acordo com os produtores eólicos, o último feito pelo anterior governo, quando o Eng.º Moreira da Silva era ministro, no sentido de a tal compensação que foi feita entre reduzir as tarifas agora, prolongando o prazo do contrato, poder ser acabada.

Aliás, devo dizer aqui que a minha opinião é que quando isto foi negociado algumas das pessoas que participaram nessa negociação tomaram as FIT como um mero subsídio. Como penso ter deixado claro até agora, as FIT não são um mero subsídio; são, antes, uma forma de subverter totalmente o sistema elétrico pelas melhores das razões que foram apresentadas, para salvar o planeta, o que quiserem, mas, depois, os efeitos práticos serão aqueles que veremos.

Portanto, se for possível reverter, é evidente que enquanto isso não acontecer, e chamo a atenção para um aspeto importante: algumas pessoas, nomeadamente alguns dos maiores dirigentes europeus, tanto quanto sei, estão convencidos de que esta Cimeira pode ajudar a racionalizar a situação energética na Península Ibérica. Cuidado! Com as FIT em funcionamento, isto não é bem assim, porque ou temos o MIBEL a funcionar com o sistema... É claro que, evidentemente, ainda não consta, mas será certamente um dos pontos da agenda que vai estar na Cimeira, provavelmente, para além da questão técnica de fazer a ligação, é a de saber como é que são as arbitragens do mercado, quem é que tem direito a vender, quando é que o sistema entra de um lado e do outro da fronteira, e essa é uma questão altamente complexa.

O MIBEL funciona, está aí com as suas regras, mas temos de atender a que as FIT influenciam diretamente a forma como o MIBEL funciona, porque para entrarem no MIBEL depois de terem sido pagas, porque elas são pagas à partida, entram com o valor instrumental de zero, ou seja, passam à

frente de toda a gente, por isso é que, depois, podem ser vendidas a valores muito baixos.

Mas não é só isso: aqueles que ficam excluídos, se tiverem a central a funcionar, podem ser tentados a vender a variáveis, o que, aliás, é uma boa decisão de gestão, mas o problema principal é se não entra mesmo no sistema.

Com o quadro atual e contratual em vigor, naquilo que se pode prever para o futuro pelas análises que podemos fazer, tendo em consideração o sistema dos CIEG e as tarifas de acesso à rede que hoje existem, considerando como invariantes tudo aquilo que não deriva de política energética em si, por exemplo, as taxas de ocupação de subsolo, que, como sabem, são das autarquias, e outras questões ligadas às regiões autónomas, que são invariantes, nós, nesses 15 anos, estaremos a falar de mais 10 000 milhões de euros.

Portanto, no total temos 25 000 milhões de euros deste historial, que começou em 2007/2008 e que se vai prolongar, de acordo com os dados, até 2033.

É tudo, para início de conversa.

Muito obrigado pela vossa atenção e estou à vossa inteira disponibilidade.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Prof. Clemente Pedro Nunes, muito obrigada pela exposição e pelos contributos para a reflexão e para o esclarecimento cabal que se procura no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Foi consensualizado que o início das intervenções seria rotativo, em cada audição, e por isso passo, de imediato, a palavra ao Sr. Deputado Jorge Costa do Bloco de Esquerda.

Sr. Deputado, queira ter a gentileza, por favor.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

Queria começar por cumprimentar o Sr. Eng.^o Clemente Pedro Nunes, agradecer-lhe a sua presença, o que nos trouxe e o seu contributo para a reflexão que, nesta fase inicial da nossa Comissão de Inquérito, estamos a procurar fazer para podermos, depois, prosseguir com uma investigação, tão frutuosa quanto possível, quanto à dimensão e às razões e motivações que levaram a que determinadas escolhas políticas fossem feitas.

A primeira pergunta que gostava de lhe fazer refere-se à quantificação do que poderá ter sido, ou pode ser ainda, nos últimos anos, desde, pelo menos, 2005, a renda excessiva paga aos produtores em regime especial, nomeadamente em produção renovável.

O relatório da Cambridge Economic Policy Associates, que, a pedido do governo português, fez um levantamento, em 2012, sobre das remunerações excessivas que foram pagas aos produtores nos diversos regimes, apontava para um valor acima dos 700 milhões de euros de pagamento de renda excessiva, mas esse era um cálculo feito naquele momento e, entretanto, já decorreram seis anos.

Gostava de lhe perguntar se tem um cálculo que nos possa apresentar que nos indique o valor estimado, se reconhece aquele cálculo da Cambridge Economic Policy Associates como válido, se o sabe atualizar e se tem um número que nos queira apresentar e que seja a sua conta quanto a esse subsídio excessivo.

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Sr. Deputado, li e conheço o documento da Cambridge, embora não o tenha estudado em profundidade. De facto, como disse, o estudo da Cambridge tem os fundamentos e nós chegámos a um valor, como podem ver, que andarás pelos 1500 milhões por ano. Por que é que temos estes 1500 milhões em média por ano nestes 10

anos? Porque estamos a falar do *cocktail* explosivo dos dois e do efeito que um tem sobre o outro.

Se analisar o custo total dos CIEG por ano, nos últimos oito anos tem andado nos 2500 milhões de euros – este é o custo total dos CIEG. Desse custo total, há elementos que não são, digamos assim, geríveis nem são fruto do *cocktail* explosivo desta situação.

É evidente que, dos estudos genéricos que tenho visto, no estudo da Cambridge há um elemento que falha em relação ao nosso, que é o efeito conjugado das *feed-in tariffs* sobre todo o resto do sistema, das *feed-in tariffs* no conceito em que, legalmente, eles passam à frente de tudo.

Isto é, nós temos um sistema elétrico em que tudo depende do que acontecer nas eólicas e na fotovoltaica, sobretudo nas eólicas, porque na fotovoltaica até se pode dar de barato que ... O preço é excessivo, 385 €/MWh, como saberá, certamente, para a dimensão da... Evidentemente que é muito se se estiver a falar de 400 ou de 500 MW a 385 €/MWh é uma brutalidade, mas não é uma catástrofe; agora, falar em 5500 MW de potência eólica com a intermitência que isto tem, aí é uma catástrofe.

Portanto, a junção entre os dois, indo a todos os *items* — o cálculo é feito de uma maneira direta, os pormenores, depois, são complexos — que é é, basicamente, ir à PRE, juntar-lhe os CAE e os CMEC no efeito que foi alavancado pela intermitência, e, depois, os outros elementos que o próprio sistema tem, incluindo a remuneração das redes.

Há, aqui, uma questão fundamental, como deve perceber: uma grande parte das redes de média e de alta tensão entraram no tarifário de todos os consumidores por causa das intermitências das eólicas. Porquê? Porque o que se fez para que as barragens possam funcionar... Suponha que tem uma barragem no Alto do Rabagão, que é uma barragem que pode ser de bombagem, tem de transportar a eletricidade dos parques eólicos no Alto Minho, no Soajo, transportar fisicamente alta tensão, centenas de milhões de

euros, para a Barragem do Alto do Rabagão e, depois, ela regressa ao Grande Porto. Estamos a falar de 250 Km de alta tensão.

Portanto, esse efeito conjugado não está na generalidade dos estudos que vi feitos.

O nosso número total andar, aproximadamente, nestes últimos anos, em 1500 milhões. Não foi sempre assim, aliás, tenho gráficos que vos posso dar sobre qual o efeito na redução da eficiência energética no sistema, mas, basicamente, os números a que chegámos andarão pelos 1500 milhões de euros.

É evidente que alguns desses contratos, os mais antigos, estarão a acabar, porque os 15 anos estão a acabar, desde que não entraram no pacote que foi alavancado ou que foi prolongado. Portanto, este é o número que nós temos.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sobre a questão da amortização dessas centrais, grande parte das centrais eólicas hoje em funcionamento começaram a ser subsidiadas ainda antes de 2005, uma grande maioria delas em 2005 ou imediatamente a seguir, e, portanto, já levam um período longo em funcionamento e com o seu projeto financeiro em ciclos de amortização.

Um dos argumentos dos defensores da extensão do subsídio às eólicas é que os projetos financeiros destas centrais não estão concluídos e, a haver uma revisão, uma renegociação das eólicas, que esta fosse sobre a remuneração que está atualmente a ser paga e fosse mesmo a eliminação da extensão do subsídio, o que levaria a uma situação de desequilíbrio financeiro e até mesmo de falta aos compromissos bancários que os produtores de eólicos assumiram junto da banca.

A minha pergunta é: qual é a sua estimativa quanto ao grau de amortização do conjunto do parque eólico português, neste momento?

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Sr. Deputado, sobre a estimativa que posso fazer temos de ter cuidado, porque, como sabe, há uma decalagem, às vezes, significativa, entre o momento em que o diploma de concessão das *feed-in tariffs* é concedido e o momento de entrada em funcionamento.

Tanto quanto sei, tenho aqui dados, a energia que estava a ser produzida em 2005 era relativamente baixa. É evidente que estamos a falar em termos de Gigawatt-hora (GWh), o que andaria pelo equivalente, em média, a cerca de 700 ou 800 MW que estavam a entrar no sistema. Como sabe, nas eólicas é complicado, porque mesmo nos bons anos introduzem no sistema apenas 25% do tempo, mas era o equivalente, repito, a cerca de 700 ou 800 MW que estavam a entrar no sistema. Já havia mais do que isso que estava concedido. Julgo que a generalidade dos contratos é o momento em que começa a introduzir na rede.

Portanto, julgo que, neste momento, estamos em 2018, são 15 anos, há um número que poderá ser de umas centenas de megawatts, não mais do que isso, que já terá terminado o seu período de vida útil em termos de amortização de 15 anos, se for 15 anos. Eu sei, porque já me têm dito, embora não tenha estudado os contratos em pormenor, que em alguns casos vai a 20 anos.

Sr. Deputado, gostaria de lhe dizer o seguinte: é evidente que numa situação destas, quando se dão *feed-in tariffs*... Repito: não considero a *feed-in tariffs* como um subsídio. Subsídio é o que fazem, por exemplo, alguns estados americanos quando subsidiam o investimento de uma central eólica ou de outra central qualquer.

Se a central é intermitente e se eu garanto que ela entra à frente dos outros no sistema, isto não é um subsídio; isto é uma subversão do sistema elétrico, que, se for um valor relativamente baixo, encaixa sem grandes problemas... Aliás, se vir as contas de um dos estudos que enviei, verifica

que é a partir de 1600/1700 MW que tem de haver uma central que só lá está – em Portugal continental, claro! –, porque há intermitência eólica. Portanto, se não houvesse as *feed-in tariffs* de intermitência eólica, essa central não precisava de ter sido construída.

Isto não é um mero subsídio! Não sei se me fiz explicar bem... Isto não é um mero subsídio! E penso que na cabeça de muitos decisores políticos isto não foi claro. Espero que, pelo menos, para os Srs. Deputados, quando terminar a audição, seja claro, mas para alguns ainda não é claro. Não tenho grande gosto em revelar conversas que tive ao longo dos anos, mas se quiserem, se me fizerem perguntas nesse sentido, posso dar-vos.

Portanto, essa questão é muito mais do que um subsídio, porque, como digo, um subsídio era dizer: «sobre o investimento que é feito na eólica, eu pago 15%, ou 30%, ou 50% e, depois, num determinado momento, quando for a mercado, logo se vê», como acontece com qualquer comerciante ou industrial que lança o seu produto, quer seja uma garrafa, quer seja água... Depois, logo se vê se, naquele momento, há quem compre e quem pague. Por vezes, há os que compram e não pagam, mas esse é um outro problema de gestão financeira.

Portanto, nessa questão, eu seria muito taxativo.

O que lhe posso dizer, Sr. Deputado, é que tudo o que seja antecipar o fim das *feed-in tariffs*, no limite, que eu ponho no meu estudo, de 1500 MW, para que... Mesmo que a Cimeira da próxima sexta-feira corra muito bem e que em 2021 ou 2022 haja uma interligação entre a Península Ibérica e França que faça o mercado funcionar, se houver *feed-in tariffs*, com o sistema atual do MIBEL, superior a 1500 MW, serão restrições muito grandes no sistema.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Foi argumentado que as centrais renováveis estavam dispensadas do pagamento da Contribuição

Extraordinária sobre o Setor Elétrico, porque já contribuía através da sua adesão aos modelos de extensão de subsídio, que foram previstos no Decreto-Lei n.º 35/2013.

Queria que comentasse a opção política de isentar a produção em regime especial da contribuição extraordinária.

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Eu, quanto às opções políticas, tenho dificuldade em comentar.

O que posso dizer é que uma contribuição extraordinária, em termos económicos, é sempre extraordinária. Eu, aliás, acredito na economia social de mercado e tenho por ela algum respeito.

O que não tenho nenhuma dúvida em dizer é que, exatamente pelo que eu disse, ou seja, que as *feed-in tariffs* são muito mais do que um subsídio, são uma alteração radical do sistema elétrico, prolongar as contas que eu vi que foram feitas, mas eu não participei no estudo direto, é, no fundo, comparar descontos, hoje, do período de vida útil do contrato — e alguns ainda têm alguns anos largos — e depois dizer: eu aqui diminuo, e não sei exatamente os números — 10 ou 15 ou 20% — e adiante eu recebo. Isto, se fosse tudo indiferente, poderia ser mais ou menos verdade, mas com um sistema de *feed-in tariffs* não é.

Repare, Sr. Deputado, e voltamos à questão da Cimeira: como é que se vai introduzir o sistema de permutas através dos Pirenéus ou entre a Península Ibérica e França com um sistema de *feed-in tariffs* em Portugal? Em Portugal é o que vigora, mas, quando for exportado já não, porque aí será o mercado. Para os consumidores portugueses a fatura está lá garantida, mas, depois — e não sei se quer entrar pelo OMEL e pelo OMIP —, podemos ver várias outras questões no funcionamento do mercado.

E chamo a atenção para isto: para racionalizarmos este desastre temos de ir ver bem o que, com as melhores intenções, foi feito sobre os mercados,

sobre o funcionamento das plataformas dos mercados e sobre quem opera nos mercados, tanto no *spot* como no contrato, porque, como saberá, não há restrições que impeçam empresas do mesmo grupo de comprar e de vender, nem há restrições que impeçam uma pessoa de comprar uma energia que já foi produzida anteriormente por outra empresa do grupo, que beneficiou de *feed-in tariffs* ou outro tipo de apoio, digamos assim, estatal ou legislativo.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Para terminar, e sobre o Memorando de Entendimento e as recomendações mais recentes da OCDE, verificamos, na comparação dos preços praticados entre Portugal e Espanha no setor renovável, que os consumidores portugueses, se pagassem a eletricidade renovável a preço espanhol, digamos assim para simplificar, pagariam, a cada ano, menos 400 milhões de euros na fatura. Evidentemente, temos aqui um diferencial que está em linha com o que fica à vista, por exemplo, nas contas da EDP Renováveis, uma empresa que tem em Portugal 12% da sua produção e que consegue fazer aqui 27% dos seus lucros anuais, isto em números de há um ou dois anos.

Em face desta realidade, as instituições internacionais que intervieram na economia portuguesa através do Memorando de Entendimento, assinado pelo Governo português e pelo PSD, em 2010, uma das recomendações mais veementes que fizeram foi, precisamente, a renegociação e a revisão no corte das rendas excessivas no setor elétrico e também nas energias renováveis, que é um aspeto muitas vezes esquecido do Memorando de Entendimento.

Lembramo-nos da recomendação a respeito dos CMEC, mas também sobre as energias renováveis, às quais havia uma referência muito explícita no ponto 5.15.

Quando verificamos aquilo que também é dito nas recomendações, muito recentes, da OCDE sobre Portugal — em 2016, no relatório sobre Portugal, por exemplo —, também é sublinhado que não só nas rendas

antigas, mas também nas rendas mais recentemente estabelecidas, é necessária uma revisão destas rendas.

Como é que interpreta, digamos, esta indiferença das autoridades portuguesas perante estas recomendações, quando normalmente o que vem de fora costuma ser lei e, no caso do Memorando de Entendimento, até foi um pouco mais do que isso?

Como interpreta essa postura de indiferença das autoridades portuguesas perante essas recomendações internacionais, e também no caso da Comissão Europeia, que foi, digamos, o organismo que esteve no centro da elaboração do Memorando de Entendimento?

Como interpreta a tolerância ao longo dos anos e a indiferença das autoridades portuguesas e dos sucessivos governos perante as recomendações e as orientações nesta matéria?

A Sr.^a **Presidente** (Maria das Mercês Borges): — Peço imensa desculpa, Sr. Professor, não querendo interromper, quero apenas informar o Sr. Deputado que houve uma avaria no sistema de contagem de tempo. Tirámos a devida nota e, neste momento, informo que gastou 5 minutos e 50 segundos, pelas nossas contagens.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Terminei, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado. Peço desculpa pela interrupção.

Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Sr. Deputado, falo aqui, basicamente, como académico, mas devo dizer que tive e tenho duas ligações institucionais ao setor enérgico, na medida em que fui presidente da

Associação Portuguesa dos Industriais Grandes Consumidores de Energia Elétrica (APIGCEE), um nome bastante comprido, entre 2002 e 2006 — nessa altura, tive relações institucionais com vários decisores — e, desde 2012, fui vice-presidente, depois presidente e agora sou vice-presidente executivo do Conselho Estratégico Nacional da Energia da CIP.

Portanto, isto serve para fazer declarações de interesse e explicar as razões pelas quais tenho acompanhado toda esta questão, para além de todas as razões profissionais académicas, pois, sendo responsável pela área de estratégia de processos, tudo isto é, eu diria, uma maravilha em termos de *case study*, na medida em que é um processo estratégico ligado com questões tecnológicas.

Sobre o Memorando de Entendimento e sobre a OCDE, o que eu diria, claramente, é o seguinte: como o Sr. Deputado certamente saberá, pois falou da comparação com Espanha, de facto, existe aqui uma diferença significativa, que se acelerou depois de 2013, quando o Governo tomou medidas que estão, neste momento, em vigor, sendo que, com efeito, nos tribunais espanhóis, o Governo espanhol ganhou todos os processos e, tanto quanto sei, segundo a jurisprudência europeia, não irão ser aceites pelo Governo espanhol as famosas arbitragens exteriores ou extralegais, mas essa é uma questão do direito internacional privado, que outros, certamente, saberão muito melhor do que eu.

Eu, pessoalmente, tenho-me sempre batido para que esta questão fosse tratada frontalmente. Tive conversas com várias entidades e, devo dizer, o sistema português, em termos de *feed-in tariffs* e da importância que estas têm, é único no mundo, com esta percentagem é único no mundo. Não existe outro sistema que tenha uma percentagem onde sejam dados, o Sr. Deputado compreenderá, 5500 MW de *feed-in tariffs* à potência eólica, quando a maior parte das horas da semana, o consumo não passa dos 3800-3900 MW... Eu

costumo dizer aos meus alunos que, chegado aqui, não tenho argumentos e convido-os a eles a tirarem as conclusões.

É evidente que, juridicamente, se falar com qualquer um desses promotores, quando eles não tiverem mais argumentos, o que dizem é: «ah, mas... Estado de direito...» Eu sou favorável ao Estado de direito e sempre fui favorável à economia social de mercado. Ao contrário de muitos ilustres amigos da minha geração, que passaram por várias ondas ideológicas, eu sempre fui favorável à economia social de mercado! Há muitos anos, em 2003, escrevi num artigo, quando isso começou a disparar, uma expressão que depois foi gozada por algumas pessoas, que foi o «capitalismo decretino», ou seja, o capitalismo cujo lucro depende de um decreto-lei. E o exemplo mais acabado são as *feed-in tariffs*!

Sr. Deputado, eu falo do que sei, sei que haverá outras parcerias e outras questões, essas eu não conheço, mas esta eu estudei, reestudei e conheço os seus *back offices*, como calcula. Ao longo da minha carreira académica – licenciatura, mestrado, doutoramento, agregação, por aí fora –, estas foram questões que acompanhei e que tinha e tenho o gosto de partilhar com os alunos e com os meus colaboradores e de estudar.

Portanto, o que lhe posso dizer é que é uma área... Há aquela questão que os gestores chamam da informação assimétrica. Acho que aqui há uma questão grave de informação assimétrica, porque é evidente que o Sr. Deputado – tenho a certeza, e sei, que já estudou muito estas questões – para conseguir ler os documentos jurídicos e legais que estão envolvidos, desde os CMEC, aos CAE, às *feed-in tariffs*, leu centenas e centenas de páginas cruzadas com referências e modificações notáveis.

É evidente que para se fazer isto, é preciso ter tempo e competência. Ou a pessoa estuda, analisa e percebe o que está por trás... Repare: eu não me esqueço que, num célebre *Prós e Contras*, em 2012, eu estava exatamente a pôr em causa esta questão e, do outro lado, houve um ilustre membro do

painel, o Eng.º Carlos Pimenta, que disse que o assunto estava resolvido com as *feed-in tariffs* ou, melhor, com a intermitência das eólicas, porque havia modelos muito bons para prever o vento. Eu perguntei-lhe: «o que é que isso tem que ver com a questão?» Mesmo que fossem muito bons, eram insuscetíveis, em qualquer caso, valiam lixo para este efeito, porque para evitar um apagão, à fração de segundo, não se pode ter falhas. Se eu tiver um gás natural, ou umas batatas, ou limões, ou água, se amanhã a intendência do Parlamento não comprar água, por exemplo, se houver nos *stocks*, vai buscar-se aos *stocks*... Deverá dar, com certeza, para dois ou três dias, suponho eu. Na eletricidade, não! Se houver um disparo na rede, em Lamego, em Vila Franca, é automático — de acordo com Einstein, como saberá, são 10^{-3} s. Acabou!

Isto é um sistema muito complexo, aliás, devo dizer que, falando com os meus colegas eletrotécnicos, digo-lhes que, por vezes, também parece que eles pensam que uma bateria é um depósito de eletrões, mas não é. Uma bateria é um reator que está em condições de, quando eu o ligar, fazer as reações químicas para, nesse momento, libertar os eletrões.

Portanto, admito que, neste sistema das *feed-in tariffs* ligado à questão das intermitências das eólicas, muitas das pessoas envolvidas fizeram-no por total ignorância do que estava por trás e porque foram atrás do chamado «*wishful thinking* tecnológico».

Repare, Sr. Deputado: não estamos aqui a falar sobre o que é o desenvolvimento de uma ideia tecnológica, mas, como sabe, a partir do momento em que há algo que seja desenvolvido, e quando interessa politicamente uma determinada questão, se houve um desenvolvimento em laboratório, com alguma habilidade mediática, posso dizer que amanhã estará comercializado, mas poderá nunca vir a estar...

Eu sou de uma área de processos químicos, como sabe, e posso dizer-lhe que um remédio, desde o momento que é sintetizado e que são feitos os

primeiros testes laboratoriais até ser lançado no mercado, se o for – por cada 1000 são lançados três ou quatro –, demora em média 14 anos e os efeitos secundários, às vezes, ultrapassam os benefícios. Numa agenda de *marketing*, qualquer tecnologia procura esconder os efeitos negativos e sublimar os efeitos positivos.

Acho lamentável que essa questão não tenha sido desenvolvida. Quanto a mim, nunca me calei, nem conto calar-me, porque é o meu dever, como professor catedrático de uma casa como o Instituto Superior Técnico, poder usar todos os elementos que tenho e analisá-los, explicá-los e debatê-los com as pessoas.

Agora, sob o ponto de vista político, qual é a grande arma dos defensores desta situação? É a de dizer que, assim, vão salvar o planeta! O problema é que, no caso português, eu, com as *feed-in tariffs*, estou a lançar mais CO₂ para a atmosfera, porque, como deve calcular, para ter centrais a gás natural ou a carvão no para-arranca,...

Não sei se leu o documento que lhe referi do que se passou em maio de 2017, mas está lá claramente dito, nas entrelinhas: a central de Sines não pode estar a funcionar a 100 MW, portanto, se estava a meter 100 MW na rede é porque houve muito carvão que teve de ser queimado... Porque a 100 MW não há nenhuma turbina que funcione, porque não há nenhum sistema que seja equilibrado. Uma central pode funcionar a 100%, a 90%, a 85% ou a 87%, mas, abaixo de 82% ou 81%, a rentabilidade... E abaixo de 80%, então...!

Isto são coisas fundamentais. Quando um diploma chega... Por isso é que falo na assimetria, porque, para preparar um diploma destes e para poder ser estudado como deve ser... A vantagem que tenho é porque escrevi; não foi depois, eu escrevi antes, eu utilizei a expressão «capitalismo decretino» em 2003. Em 2003!

Portanto, não foi ontem, por isso é que também tenho os cabelos um bocadinho mais claros do que os seus, Sr. Deputado, mas é a realidade.

Portanto, aí estou perfeitamente à vontade.

A Sr.^a **Presidente**: — Obrigada, Sr. Prof. Clemente Pedro Nunes e obrigada também, Sr. Deputado Jorge Costa, do Bloco de Esquerda, que prescinde do restante tempo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral, do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Queira ter a gentileza, Sr. Deputado.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, queria cumprimentar as Sr.^{as} e os Srs. Deputados e, obviamente, o Sr. Prof. Clemente Pedro Nunes.

Sobre estas matérias, costumo acompanhar com atenção o que vai escrevendo e dizendo e queria fazer-lhe, para já, duas perguntas concretas.

Estamos a fazer aqui já um acervo de nomes: já lhe chamámos «monstro energético» — o Eng.^o Mira Amaral chama-lhe «monstro energético»...

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Creio que é «monstro elétrico».

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — «Monstro elétrico», exato!

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Em termos técnicos tem alguma diferença!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — O Sr. Professor chama-lhe «*cocktail* explosivo», mas eu prefiro «monstro elétrico», porque *cocktail*, em tempo de férias, pode levar a pensar noutra coisa com mais teor alcoólico e menos energético e ficamos cheios de «ciáticas»...

Ainda assim, independentemente do que é, percebemos que é algo que, em determinada altura, fugiu do controlo e se transformou em algo incontrolável. O Sr. Professor disse que é preciso saber quando, e estamos aqui exatamente para isso, portanto, não quero deixar passar a oportunidade de nos ajudar a perceber qual foi o *big bang*, o momento fundador, e, se possível, já que também lhe deu outro título, o de «decretino», se me dizer de que «decretinos» é que estamos a falar, exatamente de que peças legislativas estamos a falar, assinadas por quem e quando. O Eng.º Mira Amaral diz: Governo Guterres, mas não sei se o Sr. Professor concorda com esse momento.

Já agora, na sua apresentação, também falou da catástrofe e disse «depois direi o que é». A catástrofe é um segundo momento, ou é o mesmo? Esclareça-me, por favor.

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Na minha exposição, em vez de «monstro elétrico» utilizei a expressão «*cocktail* explosivo», porque o *cocktail molotov* é da química e eu sou engenheiro químico, portanto, foi nessa base: tem de ter os dois ingredientes, se eu tiver um deles separado do outro não há problemas, o problema é quando eles se juntam.

Ele saiu fora de controlo quando o sistema deu *feed-in tariffs* a potências intermitentes superiores a 1800 MW, estamos a falar a partir de 2005 ou 2006.

Em relação à pergunta que me fez sobre quando falei do «capitalismo decretino», tenho de fazer uma pequena qualificação. A primeira vez que o fiz foi num debate público, salvo erro, no hotel Pestana Palace, quando se

estavam a apresentar... Estavam instalados no sistema para aí 600 MW, salvo erro, em 2002, depois escrevi isso num artigo em 2003. Portanto, a origem do E4 é do Governo Guterres, que foi aquele que introduziu o sistema, alargou as *feed-in tariffs* ao processo das intermitentes, e atribuiu a novos escalões a possibilidade de o ter.

Agora, quando vi aquilo, disse: «bom, isto é como levar uma criança ao colo!» Tenho o meu neto, posso decidir levá-lo ao colo enquanto o peso for compatível, mas, quando ele tiver 13 ou 14 anos, não posso levá-lo ao colo. Ou seja, se eu me comprometer a levá-lo ao colo, estou a arruinar a minha saúde, arranjo, de certeza, uma espondilose e outras coisas complicadas.

Portanto, o «capitalismo decretino» teve as suas origens nas regras das *feed-in tariffs*. Se elas fossem mantidas apenas até aos 1200, 1300 — vá lá —, 1400, 1500 MW para o sistema elétrico português, eu diria: que grande apoio aos promotores eólicos, enorme apoio!, e não lhe chamava catástrofe.

Houve um discurso do Primeiro-Ministro – e, se quiser o nome, é conhecido – em 2009, o Eng.º José Sócrates fez um discurso a que assisti, pessoalmente, no Pavilhão de Portugal, na Expo, aliás, ficou conhecido na altura e está gravado na RTP, porque ele foi anunciado como «Eng.º Trocas-te» e, depois, isso deu um sururu muito grande na sala, em que ele anunciou 8000 MW de potência eólica com *feed-in tariffs* e 2000 MW nas fotovoltaicas.

Devo dizer que, na minha vida, nunca me senti tão mal, porque eu disse: como é que é possível? Quer dizer, não estou a fazer juízos de intenção sobre o que estava por trás do conhecimento ou do não conhecimento. Dar *feed-in tariffs* a 8000 MW mais 2000 MW...!?

Repare, Sr. Deputado: uma vez perguntaram-me como é que o Ministério das Finanças deixou passar isto. O Ministério das Finanças deixou passar porque, para as contas deles, isto não interessa. O que o governo

garante é que nós todos pagamos! Os consumidores finais pagam! O Orçamento do Estado não paga nada, exceto num ponto, como sabe — foi aí que entrou a troica. Quando a troica entrou, nomeadamente o Fundo Monetário Internacional (FMI) — que foi quem estudou melhor a economia portuguesa, devo dizer-lhe, porque falei com vários deles —, quando viu aquela dívida dos 5200, disse: espere lá, isto afinal pode não ser pago pelos consumidores e, então, temos dívida da República.

Daí houve um acordo, como saberá, em que eles aceitaram que a dívida não entrava, porque o Governo conseguiu provar-lhes que a dívida ia ser eliminada até 2020 — coisa que, neste momento, se espera que seja em 2025, ou 2026, ou 2027. Enfim, se assim for, já não é mau; então, se for em 2025, já não é mau, mas isso depende de vários outros fatores, como é evidente.

Agora, o que lhe digo é... Foi por isso que a troica foi sempre chamando a atenção, e por isso é que a OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico) continua a chamar a atenção, dizendo: meus caros amigos, este problema existe aqui e tem de ser resolvido e, neste momento, está a ser resolvido por uma gestão bastante rigorosa do que têm em cima da mesa.

Mas é uma gestão muito difícil, porque aqui só há duas coisas com as *feed-in tariffs*: ou se faz a tal contribuição extraordinária, se for possível sob o ponto de vista legal — que não é uma solução que me agrada; ou se renegoceia os contratos, se há alguma base *hardship* ou outra coisa para dizer que há ali coisas que podem ser renegociadas, mas essa é uma questão jurídica e sobre isso não me pronuncio, alguém que se pronuncie.

Portanto, Sr. Deputado, o momento é claro: entre 2005 e 2008, foi quando esses diplomas das *feed-in tariffs* foram feitos, ou melhor, quando foram atribuídos esses escalões.

Repare, Sr. Deputado: só era claro que o desastre ia acontecer quando se passou dos 1500 MW. Até lá, dou o benefício da dúvida, porque se podia dizer: olhe, isto é uma maneira, afeta 5% ou 10% da capacidade produtiva, estamos a ganhar o futuro... Pronto, há muitos discursos e, depois, tenho muito gosto em poder entrar por aí.

A Sr.^a **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr. Professor.

Acho que a sua audição é interessante porque, nas audições anteriores, também com o nosso comum amigo Dr. Sampaio Nunes, centrámo-nos muito na validade dos CAE, que ele achava aceitáveis e que o Eng.º Mira Amaral considera também aceitáveis, e, num determinado momento, os tais bons princípios ou a racionalidade perderam-se, e o Sr. Professor também, Sampaio Nunes considera os CMEC já ilegais e até insta a Comissão a fazer uma queixa, no final ou antes, ao supremo tribunal de justiça europeu, porque acha que, de facto, são ilegais, distorcem o mercado, e o Sr. Professor traz-nos hoje um terceiro componente: as FIT, que estavam também subjacentes na análise do Eng.º Mira Amaral.

Pergunto: podemos graduá-las, em termos de distorção e de efeitos no monstro ou no *cocktail*? Ou, como diz, só podemos chegar lá conjugando os três elementos?

Vamos continuar a falar de FIT, porque também concordo que elas introduzem aqui um elemento novo.

O Sr. Professor falou do efeito conjugado e eu gostava que nos pudesse explicar, para podermos também perceber, o seguinte: os CAE são aceitáveis, não foram assim tão graves, na altura era preciso fazer o MIBEL, era preciso garantir a uma empresa pública alguma sustentabilidade — enfim, porventura exagerámos —, dar-lhe um negócio garantido de venda

garantida do seu produto; os CMEC tinham a racionalidade de vir compensar o MIBEL; as *feed-in tariffs* vêm mais tarde, vêm, de facto, mais tarde. Queria saber se podemos dizer que algumas são piores que outras ou se são as três que, de facto, conjugadas, provocam este efeito.

Depois, como diz que escreveu isto desde muito cedo e disse «falei com muita gente e posso dizer quem», queria perguntar-lhe a quem é que deu conselhos para terem cuidado neste efeito conjugado de CAE, CMEC e FIT, porque a consequência podia ser aquela que, pelos vistos, se confirmou.

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Sr. Deputado, muito obrigado.

Sobre a questão dos CMEC e dos CAE, pessoalmente, olhando para a legislação europeia, tenho muitas dúvidas se, de facto, os CMEC entravam na legislação europeia depois de 1996.

Mas, sobre isso, o que lhe digo é que acho que a proposta do Eng.º Pedro de Sampaio Nunes de pedir um parecer ao tribunal de justiça europeu é adequada, porque acho que da parte da Comissão Europeia, nas regras que estavam previstas para poder haver contratos desse tipo, tinha de haver um acompanhamento dos resultados, e era basicamente para que não houvesse prejuízos. Ora, de facto, não só não houve prejuízos como houve grandes lucros. Portanto, acho que um pedido ao tribunal europeu é adequado.

Já na questão da gradação das culpas, a primeira, esmagadora, é de atribuir *feed-in tariffs* mantendo os CAE/CMEC, porque, basicamente, Sr. Deputado, repare: o que o CAE/CMEC faz é garantir que uma determinada instalação, quer tenha clientes quer não tenha, ao fim do ano tem uma rentabilidade mínima garantida.

Onde é que aparece depois o *cocktail* explosivo, ou, se quiser, o monstro, através das FIT? Se eu, através das FIT, estou a garantir — e, aí, é a quantidade — que tenho 5500 MW de potência eólica, que sempre que haja vento afasta tudo, tudo, e ficam pendurados, como estiverem, em termos

ambientais, em termos económicos – é isto que diz, basicamente —, até esgotar o consumo português, aí entrámos... Também não sou psicólogo, não posso utilizar esta palavra, mas, se fosse psicólogo, utilizaria a palavra «esquizofrenia», não é?

Em relação à questão do MIBEL, é evidente que o que o MIBEL pôs nos CMEC foi dizer que, para efeitos instrumentais, depois de estarem pagos, eles entram no sistema para passarem à frente de todos a zero. Por isso, é que, depois, podem ser comprados em Espanha e, em alguns casos, podem ser comprados em mercado em Portugal – e isso, agora, é uma questão de ver as análises das plataformas e, se quiserem, ouvir a posição dos responsáveis do OMEL e do OMIP –, em alguns casos, é por boas razões, por exemplo para armazenar eletricidade. Tem de ver o *cocktail*.

À partida, nunca se podia ter ultrapassado... Eu já li estudos que diziam que o CMEC de Sines, sozinho, numa situação normal, devia render 10 milhões de euros por ano se o sistema funcionasse como funcionava em 2005.

Para terem uma ideia, a central de Sines estava sempre a funcionar com 1400 MW ou 1500 MW, mesmo à noite estava a funcionar, só não estava quando tinha avarias, e, ainda por cima, tinha a central do Pego que completava.

Depois de termos as *feed-in tariffs* das eólicas, há uma zona ventosa durante a noite, às duas da manhã, e a central de Sines é informada: «olhe, acabou-se, não há espaço, saia». Isso tem custos, custos de pessoal, custos de arrefecimento, custos de tudo... Chega-se ao fim do ano e alguém paga.

Portanto, um CMEC que custava 10 ou 15 milhões, por causa da entrada das *feed-in tariffs*, dispara para 60, 70, 80... É ver os números que a ERSE disponibiliza.

Para mim, a responsabilidade política, neste momento, é corrigir esta situação, percebendo aquilo que se passou, percebendo como ela funciona e dizendo: agora vamos tentar minimizar a *outrance*.

Saúdo a realização da Cimeira que vai ocorrer no dia 27, porque é a primeira vez que a Europa... Há uma questão que podia ser verdadeira: a Europa fechou os olhos e enrolou-se não sei quantas vezes...

Digo-lhe mais: das conversas que tive com entidades estrangeiras, a entidade que sempre me falou com maior preocupação – pediu para falar comigo duas ou três vezes, bem como com outras pessoas – foi o Fundo Monetário Internacional. Indiscutivelmente! Eles têm um gabinete de estudos económicos, muito mais do que um gabinete de estudos financeiros. Portanto, sabem ver a economia à distância. E eles foram, e são, taxativos em relação a isso.

A Sr.^a **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado. Pode prosseguir.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr. Professor, disse que as intermitentes destroem a eficiência energética, que é um rombo no porta-aviões de quem defende que a eficiência energética era o grande objetivo e o grande desígnio.

Para retirar algum proveito desta afirmação, direi que consigo perceber que o quer dizer... Aliás, o Eng.º Mira Amaral dizia que temos fora dos mecanismos de mercado 85% da produção de energia. Julgo que concorda com essa afirmação.

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — É verdade!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Peço, depois, que esclareça.

Isto também tem a ver com o que foi dizendo aqui, ou seja, o problema é, de facto, a potência contratada. Se tivéssemos apenas com base na hídrica e com base nos 1800 MWh estaríamos com isto equilibrado; o problema é que, se não estou a fazer uma leitura errada, a tal destruição da eficiência energética é quando temos uma potência contratada muito para lá do que precisamos.

Pergunto-lhe: consegue perceber algum racional para termos essa potência contratada? Foi excesso de boa vontade? Ou há mais qualquer coisa para lá disso? Parece-me evidente que este salto é muito, muito, muito, grande.

Pergunto-lhe também: é possível ter intermitente sem *backup*? É para desmistificar essa questão, mas quero acreditar que não era possível uma coisa sem a outra. Aliás, já tivemos aqui versões para tudo, há quem diga que a central de Sines hoje é mais razoável do que era há uns anos por causa dos investimentos para a redução das emissões de CO₂, que já não é a central mais poluidora da Europa, etc., etc., mas, ainda assim, continua a ter — julgo que ainda não acabou — um subsídio.

No fundo, gostaria que clarificasse esta questão para percebermos e para não ficarmos com ideias erradas. Há um momento em que é razoável e há um momento em que se torna... e o Eng.º Mira Amaral também diz isso...

Embora, olhando para aquilo que acontece em termos de energias renováveis na Europa e em Portugal, o nosso País não compara mal, mas, de facto, alguém tem de explicar por que é que, de repente, dos 1800 necessários ou dos 3000, passamos para 6000... Eram 5300 e o Sr. Professor fala em 6000, mas também a diferença...

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Eu nos 6000 junto o fotovoltaico ao eólico.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Se pudesse esclarecer isso um pouco melhor, agradecia.

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Em relação à primeira questão, é evidente que temos de olhar para a situação de Portugal no MIBEL, se quisermos ser abrangentes.

Nós temos interligações elétricas com Espanha bastante boas, razoavelmente boas, coisa que já não acontece, muito pelo contrário, ainda hoje entre a Península Ibérica e França.

Portanto, se tivéssemos em Espanha uma situação em que não houvesse eólicas ou as eólicas fossem muito poucas, no modelo de negócios que fosse feito em 2005, 2006, podia pensar-se em exportar para Espanha e até se pode contratar transfronteiriçamente... Aliás, quando digo que é uma das melhores coisas que aconteceu à política, até lhe vou dizer mais, Sr. Deputado: a melhor coisa que está em vias de acontecer à política energética portuguesa nos últimos 40 anos, repito 40 anos, é a Cimeira que se vai realizar na próxima sexta-feira, dia 27 de julho, porque é a primeira vez que, em termos práticos, se as coisas correrem bem — e aqui tenho de ser muito cauteloso, já tenho cabelos brancos —, se o *drive* do Sr. Presidente de França é aquele que alguns me dizem que é e se as ideias que ele tem são aquelas que alguns me dizem que são, a nossa adesão à Comunidade Económica Europeia pode ter um benefício significativo em termos dos custos energéticos. E olhe que estou a dizer coisas fortes.

É evidente que aqui temos uma questão que é muito importante. Como podem ver, num dos gráficos sobre a evolução global da intensidade energética do País, ou seja, o rácio entre a energia primária que é introduzida no sistema e aquela que é aproveitada em termos económicos, isto é o PIB, e portanto, quanto mais baixo for esse índice melhor, que esse índice estabilizou de 1995 a 2005, depois desceu de 2005 até 2010 e a partir de

2010 estabilizou com uma ligeira subida, com todos os aumentos e programas de eficiência que foram feitos.

No outro gráfico sobre a intermitência das eólicas e a eficiência energética podemos verificar que a energia produzida a partir de 2009, 2010, porque eles foram atribuídos antes mas muito deles só arrancaram em 2009, 2010, avançou.

Como deve calcular, se eu tiver, neste momento, 2500 MW de potência eólica – aliás, eu ontem vi e, a certa altura, estavam 2000 MW, se eu tiver uma previsão que esses 2000 MW baixam para 1000 MW, eu, às horas de ponta de hoje, tenho de ter prontas para entrar no sistema centrais térmicas que vão ter 2000 MW de potência. Ora, para estarem em condições de entrar, significa que já estão a queimar gás natural e/ou carvão, e isto para ficarem em banho-maria.

Para o Sr. Deputado ter uma ideia, uma central a gás natural demora 24 horas a arrancar e uma central a carvão demora 72 horas e para fechar é a mesma coisa.

Portanto, se amanhã for um dia em que haja uma previsão de muito vento, que seja só um dia, a racionalidade, provavelmente — isso é gerido pelos colegas do despacho e por outros que gerem o sistema —, é não desligar a central de Sines, porque daqui a 24 horas vou precisar dela outra vez e não tenho tempo para rearrancar, só que isso significa que eu, durante 24 horas, estou a queimar carvão e a lançar para a atmosfera CO₂.

Já agora, faço um pequeno comentário: a central de Sines é a mais eficiente em termos de SO₂, anidrido sulfuroso, de CO₂ é o estequiométrico da função. De qualquer maneira, a central de Sines, em termos de consumo de carvão e mesmo de CO₂, também é das mais eficientes. Em SO₂ é a mais eficiente, de longe, da Península Ibérica hoje, e foi feita com investimentos pagos pelos consumidores finais na tarifa.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Estou quase a terminar e dificilmente vou à 2.^a ronda de perguntas.

Registo que isto tem solução, seja na próxima Cimeira, que aí vem, seja numa reconfiguração do sistema, no aumento das interligações que nos permitirão, porventura, exportar energia.

Mas gostava que me respondesse a algumas questões. Qual é a solução? É só a Cimeira? Ou há outras soluções? Renegociações dos contratos, porventura...?

Sobre a renegociação dos contratos, queria fazer outra pergunta. Não sei se fez a avaliação dos CMEC e dos CAE, mas gostaria de perceber por que é que eles foram construídos desta maneira, por que é que tem de estar lá a remuneração dos terrenos, a titularização, as diferentes taxas de juros, as compensações das rendas anuais...

Ou seja, a própria ERSE faz um estudo e crítica esse estudo. O estranho é que não vimos nenhum governo seguir as recomendações da ERSE, mesmo tendo em conta as taxas de rentabilidade interna, que é onde acho que está muito do problema, pois começaram em cerca de 7% e acabaram em 14%. Não sei se fez essa avaliação, por isso gostava que comentasse isso e que me dissesse qual é o papel do regulador no meio disto tudo.

Se temos a União Europeia, que, como o Sr. Professor já disse, terá estado com um olhar menos atento; eu, sendo adepto de uma economia de mercado, não posso aceitar que todo este *cocktail* explosivo feito por «decretinos» não tenha tido uma ação rigorosa do regulador, que se limitou a fazer pareceres.

Sou levado a ter alguma simpatia pelo regulador que diz que para todo o modelo que acabaram por montar, para além de 7%, tem de aumentar cerca de 15%, e o Governo acaba por aumentar 6%.

Percebo as razões do regulador que terá feito um alerta, mesmo assim muito aquém daquilo que deveria, porque os contratos são muito, muito..., os direitos do Estado, os direitos dos consumidores e os direitos do setor electroprodutor estão completamente desequilibrados – é a minha opinião.

Por isso, acho que o regulador devia ter mão pesada, mas, de facto, quando o regulador diz que tem de aumentar 15 e vem o Governo e diz que só pode aumentar 6 e cria o défice, que depois se junta ao CIEG e ao PRE...

Gostava de perguntar se avaliou isso, se alertou para estes problemas e se concorda com esta avaliação. Está aqui muito do que temos de apurar como distorção: conteúdo dos contratos, papel dos reguladores e, obviamente, alguns «decretinos» um pouco mal feitos.

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Muito obrigado, Sr. Deputado, pela oportunidade, que é uma das coisas que tenho muito gosto em vos transmitir, porque tenho a sensação que para a opinião pública isto não é claro.

A ERSE, como sabem, quer dizer Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos. Um leitor menos atento ou menos informado do *backoffice* diz que eles regulam todas as energias. De facto, o regulador só regula os ativos regulados. O Sr. Deputado perguntar-me-á: o que é isso de ativos regulados? Neste momento, na eletricidade são, exclusivamente, as redes de transporte.

O Sr. Deputado tem de perceber que...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Os investimentos!

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Os investimentos na rede de transporte, que são uma questão importante, como eu já disse, a rede de alta tensão, de muito alta tensão, portanto nas rede de transporte, exceto nas de

baixa tensão, que também regula, embora esteja entregue, como sabe, à EDP Distribuição.

Neste momento, eu, por exemplo, como membro do Conselho de Energia da CIP, recebo lá as propostas de investimento nas redes de transporte em média, alta, muito alta e baixa tensão e, depois, é sobre isso que nos pronunciamos.

Quando há dois anos foi emitido um parecer negativo que a ERSE convalidou no sentido de não devermos pagar 35 ou 40 milhões do cabo de ligação para o *Windfloat* na Figueira da Foz, pergunto: alguém paga? Pagam os centros de desenvolvimento tecnológico europeus? A comunidade europeia? O que quiserem! Agora, pôr isso na tarifa, além do que está, por amor de Deus, já chega de *feed-in tariffs*.

Portanto, a ERSE tem essa limitação.

Depois, a seguir, há uma contradição: é a ERSE que calcula as tarifas de acesso à rede.

Em 2005, eu era presidente da APIGCEE, falei com o Eng.º Jorge Vasconcelos e disse-lhe: «meu caro Engenheiro, estamos aqui a fazer uma catástrofe». Isto foi em 2005! «Estes números são... Se isto continua assim, se continua esta moda de oferecer *feed-in tariffs* a tudo o que é renovável, isto estoura tudo!»

Há bocadinho citei o exemplo do Pavilhão de Portugal em 2009 e devo dizer que foi daquelas vezes em que me senti o mais desconfortável possível com a resposta. Isto porque a resposta que tive do Eng.º Jorge Vasconcelos, presidente da ERSE, foi: «se o País for à falência, isso não é comigo! Irrelevante!»

Eu perguntei: «sim?» E ele respondeu: «sim, sim, sou regulador, presidente da ERSE, tenho um decreto-lei ou uma lei que me dá as minhas competências. Sigo a lei. Regulo o que tenho de regular; no resto, nas contas, eu ponho lá o que as contas dão! Sou completamente independente!»

Há uma coisa que devo dizer, e que é importante, sobre quando se criou o MIBEL. Na altura, disse ao Dr. Carlos Tavares que era Ministro da Economia: cuidado que há uma questão, porque o regulador em Portugal é independente, ou, pelo menos, foi criado com o estatuto de independência, dá as tarifas e, depois, o Governo só intervém *in extremis*, no tal caso de que podemos falar a seguir e que se passou, aliás, com o Eng.º Jorge Vasconcelos, porque ele, aí, foi coerente; pode-se dizer que foi pelas piores razões, mas foi coerente.

Em Espanha não, o regulador propõe e quem decide é o Governo. E estamos os dois no mesmo mercado. As nossas cerâmicas, os nossos têxteis, o nosso cloro, a nossa gasolina, tudo isto é vendido em concorrência direta com os espanhóis e os preços são completamente diferentes. Um é determinado pelo regulador independente e outro é...

Devo dizer que sobre isso também tive longas conversas com o Eng.º Jorge Vasconcelos. Na altura, como saberá, era o presidente da Associação Portuguesa dos Industriais Grandes Consumidores de Energia Elétrica e disse-lhe: «meu caro amigo, isto, de facto, não pode ser assim...» Quer dizer, não pode haver uma equipa em que o árbitro joga na equipa. E nós estamos a concorrer com ele!

Risos.

Ele disse-me: não, não, isto vai-se resolver rapidamente. Dentro de um ano, Bruxelas vai obrigá-los a todos a serem independentes.

E eu disse ao Eng.º Jorge Vasconcelos — estou a transmitir-vos isto porque ele não me pediu segredo, já cá esteve, mas se quiserem perguntem-lhe: eu sou engenheiro, mas estudo História há muitos anos, já corri muitos países, já vi muitas coisas e isso de Bruxelas dar ordens a um país como a Espanha, é um bocadinho... É vida!

De facto, até hoje, como sabe, o regulador espanhol – hoje, estamos em 2018 e já lá vão 13 anos... sobre o ano que estava previsto pelo Eng.º Jorge Vasconcelos já passou há 12 anos — continua a ser um mero informador do governo.

Portanto, a ERSE num certo sentido foi, digamos, isto há a letra e o espírito da lei, como está na Bíblia... Disse-me o Sr. Eng.º Jorge Vasconcelos, como depois disse o Prof. Vítor Santos, que muitos dos relatórios internos que fizeram são bastante contundentes. Mas foram reservados. Suponho que alguns deles estão no *site* agora.

Há uma certa altura em que é preciso pôr a boca no trombone, mas é evidente que um regulador independente tem de ter um grande cuidado em não obstaculizar o Governo e para não se tornar força de bloqueio. Com certeza.

Mas, quem tinha os dados para perceber o que se estava a passar, mais do que ninguém, era a ERSE. Se me pergunta se tinham obrigação de alterar a lei eu digo que não, que não podem alterar a lei, como sabe.

Também já fui diretor-geral, como saberá, noutra encarnação.... Durante três anos fui Diretor-Geral do Ensino Superior e, de facto, nunca... Às vezes, pressionaram-me, dizendo: «o senhor pode aí dar uma volta à lei...», mas eu disse sempre: «não, não, aqui aplico a lei, exclusivamente!»

O regulador também tem de o fazer, mas pode alertar e, mesmo correndo o risco da demissão ou de um choque institucional, há certas alturas em que deve falar, mas isso depende da consciência de cada um. Se me perguntar se, legalmente, ele podia ter feito mais do que fez, provavelmente, de acordo com a lei, no sentido farisaico do termo, não, mas no sentido do interesse...

Aliás, a resposta que lhe dei foi: «Eng.º Jorge Vasconcelos, você é pago pelo Estado português! Você é uma personagem do Estado português,

relevante, muito relevante. O senhor tem uma qualidade de técnicos a trabalhar para si, notável. Portanto, para onde é que vamos?»

Aí eu já tinha visto logo era a derivada! E essa derivada, para mim, teve o seu colapso ou, se quiser, o corolário, o coroamento, quando assisti, atónito, devo dizer, no Pavilhão de Portugal, na Expo, ao Sr. Primeiro-Ministro de Portugal dizer que Portugal ia ser o país mais avançado em termos energéticos, porque ia ter 8000 MW de potência eólica, com FIT, e mais 2000 MW de potência fotovoltaica.

Aí eu não tive palavras...! É evidente que o Eng.º Jorge Vasconcelos, quando o Governo não o deixou fazer os aumentos... Aí começou a dívida tarifária, como é evidente! A decisão política foi a decisão de um casal que, neste momento, está com grandes esperanças de viajar, não tem dinheiro e vai a uma Cofidis. E lá vai a caminho de Miami ou de Cancun...

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — E ainda aluga um carro elétrico!

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Como?

Para Cancun, não: pode alugar um carro elétrico para ir, por exemplo, para a Grécia ou outro país do género.

Depois andámos aqui no chamado «aumentar o prejuízo». Depois, havia várias pessoas que diziam que havia umas tecnologias que vão resolver isto. Eu sempre disse a essas pessoas que era excelente, mas, então, que prescindissem das *feed-in tariffs* e, depois, fossem ao mercado.

Não é dizer: não faça tanto barulho...! Eu recebi esta pressão muitas vezes — não lhe vou dizer de quem, como é óbvio. Diziam: «não se preocupe que daqui a dois ou três anos, com os avanços tecnológicos, isto está resolvido». Eu respondi-a: «meu caro amigo, ando a fazer uma avaliação estratégica de inovações tecnológicas, há 30 anos — agora é há 40 —, já estudei isto de tantas maneiras...» É o tal: a rosa e os espinhos. Uma análise

tecnológica tem de estudar a rosa e os espinhos, ou seja, as vantagens e os inconvenientes.

Dou o exemplo dos medicamentos, como o Sr. Deputado sabe bem. Não há medicamentos que não tenham contraindicações, mesmo o que, cada vez mais, tem mais aplicações, que é o ácido acetilsalicílico, vulgo aspirina, e que hoje serve para 10 coisas e antigamente só servia para duas. Mas, mesmo assim, tem algumas contraindicações, por exemplo, a certas pessoas pode atacar as paredes do estômago, como saberá.

Portanto, tem de se estudar as duas coisas. A análise tecnológica não é dizer: isto não presta, de todo! Não, é dizer isto presta, pode ser usado nas seguintes condições, como, aliás, tem no receituário de qualquer medicamento. Use com cuidado!

Aqui temos uma situação em que a ERSE não tem... Penso que algumas pessoas, incluindo decisores políticos, pensaram que a ERSE tinha poderes que, na realidade, não tinha. Já várias vezes, em várias reuniões, disse que a ERSE não regula nenhum dos ativos produtores de eletricidade, apenas se limita a entrar nas tarifas com o que a lei diz ou com o que os contratos dizem. O que foi dito, depois, é verdade, foi que a ERSE, e este Governo fez isso, fez mal os cálculos dos CMEC, ou seja, que esses cálculos estavam mal calculados e que podiam ser feitos mais rigorosamente de acordo com uma interpretação bastante exigente do que está na lei.

A diferença, salvo erro, do que vi na imprensa, são 500 milhões de euros e para os próximos 10 anos isso vai ter efeito... Aliás, essa é uma das razões pelas quais, como vê, na minha projeção de 15 anos, estão apenas 10 000 milhões de euros de sobrecustos, ou seja, anualmente, estamos basicamente a falar em metade dos 1500 que foi nos últimos 10 anos, e uma das razões é esse rigor; a outra, é evidente, é que alguns desses contratos vão acabar e, portanto, essa questão vai estabilizar.

O primeiro contrato importante que acabou foi o de Sines. Essa questão é fundamental.

Como é que o assunto se resolve? Sobre a questão da Cimeira repito o que lhe disse, Sr. Deputado: não podemos esperar da Cimeira aquilo que não pode dar, porque a Cimeira não vai acabar com as *feed-in tariffs*.

Quer dizer, amanhã há interligação com França, está a funcionar e vou dar-lhe como 2022... Mas, cá em Portugal, não afeta nada, porque, no princípio da subsidiariedade, a não ser que tivéssemos um governo federal europeu... Como costumo dizer, só temos um governo confederal em duas coisas, na minha opinião, com toda a modéstia: no euro e no acordo de Schengen. Por isso é que sou muito crítico de tudo aquilo que fez uma ilustre líder europeia contra, na prática, Schengen, mas, no resto, Bruxelas, pronto, lá faz os seus equilíbrios... Também percebo o papel de Bruxelas: se vai muito para um lado, é muito ao mar, e é acusada de não fazer; se vai muito para o outro lado é acusada de interferir. *Aí, o quantum satis* não é fácil!

Mas, repito-lhe: não se pode esperar da interligação aquilo que ela não vai dar. Não vamos resolver os problemas das *feed-in tariffs*... Por isso é que disse que tudo aquilo que se puder fazer para antecipar o fim das *feed-in tariffs* é adequado.

Se, depois, são feitos impostos especiais, se são estendidos, isso é uma decisão soberana que afeta, depois, as decisões de investidores e outras. Isto porque, a partir do momento em que se entrou neste comboio... Quer dizer, o problema foi ter entrado, foi ter feito o contrato, como o Sr. Deputado sabe bem... Há certos contratos em que a pessoa, passado um ano, diz: que horror, onde é que estava com a cabeça quando fiz aquilo?

A Sr.^a **Presidente**: — Passo, de imediato, a palavra ao Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr.^a Presidente, quero começar por cumprimentar o Sr. Prof. Clemente Pedro Nunes e agradecer a sua participação e os contributos que tem trazido a esta Comissão de Inquérito.

Vou juntar algumas questões, em vez de colocar uma pergunta de cada vez, vou agregar algumas matérias e a primeira está relacionada com aquela referência que o Sr. Professor tem feito ao «capitalismo decretino» ou, como alguns têm chamado, ao capitalismo.

Todo o discurso político do PS, PSD e CDS, todos os quadros legislativos do sistema elétrico nacional, na sua multiplicação, toda a propaganda de sucessivos governos sempre anunciaram as grandes vantagens para o País, para as famílias, para as empresas daquela sequência de desmembramento, privatização, liberalização do sistema eletroprodutor com a tese do mercado, da concorrência, das tarifas e com o preço da energia a baixar.

O resultado, desde esta reunião até às outras que temos tido e todo o acompanhamento que se pode ter sobre o setor, é bem conhecido e a verdade é que temos tido das tarifas mais altas da União Europeia, milhões de euros para os acionistas da EDP, REN e companhia e uma fatura pesadíssima para as famílias e empresas e para a economia nacional.

O Eng.^o Sampaio Nunes, entretanto ouvido nesta Comissão de Inquérito, falava de um sistema que fez, e cito, «uma transferência maciça, direta de recursos das famílias e das PME para o bolso dos acionistas destas empresas».

Portanto, a minha primeira questão é: na sua perspetiva, como é que se pode explicar tal contradição entre os objetivos e intenções e os resultados e a situação em que nos encontramos?

Depois, estas opções que têm vindo aqui a ser analisadas nestas discussões, os CAE, os CMEC, as tarifas *feed-in*, resultam ou não de se optar ou pretender suportar, garantir o melhor, entre aspas e com umas aspas muito

grandes, processo de privatização, procurando garantir o êxito, entre aspas, desses processos, quanto mais não fosse, à custa de rendas a pagar durante décadas pelos clientes finais do sistema?

Do ponto de vista conceptual, temos aprofundado muito nesta reunião, nas intervenções do Sr. Professor, a questão das FIT, das tarifas *feed-in*. Pergunto-lhe que elementos do sistema integra, na sua perspetiva, na existência daquilo que se convencionou designar por rendas excessivas e que nós consideramos, de facto, como superlucros ou lucros de monopólio para lá dos CAE, dos CMEC, da PRE. Isto porque há vários fatores nesta dinâmica que têm de se considerar e gostávamos de ouvir a sua perspetiva sobre eles.

Ainda sobre a questão do capitalismo...

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Capitalismo ou capitalismo decretino?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Do capitalismo... Vai perceber, por que é que digo isto, porque a minha pergunta é a seguinte: considera que a REN é uma empresa privada de uma economia capitalista?

Estou a falar da REN, uma entidade que tem lucros fixados administrativamente, os seus principais investimentos em redes de transporte são pagos pelos clientes segundo regras definidas pelo Estado – aliás, ainda há pouco dava essa referência muito concreta, de ser, praticamente, a única parte do sistema, digamos assim, que é regulada, onde há competências da ERSE diretamente nessa matéria, e uma empresa em que os investimentos dos acionistas não correm riscos no monopólio natural.

Finalmente, que considerações o Sr. Professor pode fazer aos cálculos das ditas rendas excessivas, superlucros, feitos pela consultora Cambridge — já foi aqui referida a questão da Cambridge e os cálculos feitos em 2012

—, de qualquer coisa como 4000 milhões de euros, e aos resultados apurados pela ERSE em 2017 com os cálculos do ajustamento final dos CMEC?

Eram estas as questões que gostaria de colocar ao Sr. Prof. Clemente Pedro Nunes, para já. Ainda continuarei na primeira ronda, mas num outro grupo de questões.

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Com certeza, Sr. Deputado.

A Sr.^a **Presidente**: — Faça favor, Sr. Professor.

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Sr. Deputado, em relação à questão que me pôs, do capitalismo decretino, da privatização e da liberalização, que não resultaram em benefícios, e da fatura muito alta, vou dizer-lhe o seguinte, na minha perspetiva e com os dados que tenho: como sabe, o capitalismo decretino é designado, em termos anglo-saxónicos, por *crowning capitalism*, ou seja, capitalismo de compadrio, em que há uma promiscuidade entre quem faz as leis e quem delas beneficia, e isso tem sido estudado em várias academias.

O problema aqui é exatamente as leis. A questão aqui são os diplomas legais, porque não se trata de contratos... Vamos lá a ver: de certa maneira, quando se fez uma *feed-in tariff*, o promotor eólico fez um contrato com seis milhões de portugueses, só que os seis milhões de consumidores não negociam, quem negocia é o Estado por eles.

Há pouco, tive o cuidado de dizer que o Ministério da Finanças, como sabe, nunca se pronunciou sobre isto tudo... De facto, só se pronunciou quando ficou aflito, quando a troica disse: «espere lá! Se os consumidores não pagam, paga o Ministério das Finanças e a República». E aí o Ministério das Finanças foi ter com o Ministério da Economia e disse: «resolva-me lá este problema!». E, depois, chegaram à tal situação, em que disseram:

«vamos lá acabar com a dívida tarifária até 2020» que, como sabe, a troica engoliu com muito Alka-Seltzer pelo meio, tanto quanto sei e, pelos vistos, com razão. Mas, de facto, o sistema não funcionou da melhor maneira, pelo contrário.

Como já disse, e não tenho dúvidas nenhuma em lhe dizer, Sr. Deputado, sempre fui partidário da economia social-democrata, mas sempre fui contra um capitalismo predador ou decretino.

Repare, isto tem um enquadramento, que era o seguinte: quando se começou a dizer que nós descobrimos umas energias limpas, temos de as proteger, com elas o planeta está salvo, sem elas é o fim do mundo... Portanto, nada demais para salvar o planeta.

Sr. Deputado, isto foi o que ouviu à saciedade, com certeza, durante, pelo menos, o consulado de José Sócrates e, depois disto, por muitas outras entidades que se pronunciaram.

Portanto, muitas vezes disseram-me: «não vamos fazer contas de merceeiro, quando no princípio está o planeta». Por isso, é que fui fazer as contas à eficiência ou «desineficiência» energética que o sistema provoca, porque se me disser que devem ser dados apoios ao investimento, por exemplo, a energias renováveis, até começando por aquela que é mais importante em Portugal em termos de fontes de energia primária, e de que pouca gente fala, que é a biomassa, que é a que resolve muitos problemas da propagação dos fogos, não da ignição, mas da propagação, essa tem a vantagem de não ser intermitente, porque posso armazenar a biomassa, como posso armazenar carvão e posso puxar pela torneira, abri-la e fechá-la, consoante o consumo.

Mas com o vento não posso fazer isso, é o que ele dá. Já a água também posso regulá-la, se a armazenar. O plano do Prof. Ferreira Dias foi um enorme sucesso – aliás, é esse plano que está a aguentar grande parte do sistema, para ele não estar pior, apesar de tudo.

Quando me falam em rendas excessivas, acho que esse termo é muito pouco agressivo tendo em conta o que se passou, porque nós temos uma subversão do sistema que dá a ganhar muito dinheiro a muitos operadores — nisso tem toda a razão, é o que diz o meu colega Pedro Sampaio Nunes —, mas não é isso que está na origem.

O problema é que nós estamos a destruir valor, porque ao darmos, aos operadores, regras erradas, ou melhor, ao permitir... — e, depois, o Sr. Deputado pode dizer que as relações entre operadores e poder político, e tal e coisa, mas esse é outro assunto sobre o qual não sei pronunciar-me e, provavelmente a CPI poderá ter outras pessoas a quem perguntar...

Todavia, sei dizer-lhe que dos membros do Governo com quem falei, quando tinha funções institucionais, o que se mostrou na altura mais sensível ao problema foi o Eng.º Manuel Lencastre, Secretário de Estado do Eng.º Álvaro Barreto no Governo do Dr. Pedro Santana Lopes. Ele foi a única pessoa. E, nessa altura, as *feed-in tariffs* estavam aplicadas ainda aos tais 1200 MW.

Mas eu um dia, em conversa com ele, disse-lhe: «se continua esta moda de dar *feed-in tariffs* sem limite, é um desastre!» E ele respondeu-me: «isso é verdade!»

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Professor, dá-me licença?

A Sr.ª **Presidente**: — Muito rapidamente, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Peço desculpa por o interromper, mas essa é uma questão muito relevante, a sensibilidade do Eng.º Manuel Lencastre enquanto governante, na altura, em funções.

No entanto, salvo erro, foi ele quem veio à Assembleia da República apresentar e defender a autorização legislativa que deu origem ao decreto-lei dos CMEC.

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Como deve ter percebido, sobre os CMEC não me considero especialista, tenho uma ideia genérica. Na altura estávamos a falar das *feed-in tariffs* e, vamos lá a ver...

Mas nisso tenho todo o gosto em dar-lhe toda a clarificação possível, é para isso que cá estou, fá-lo-ei com todo o gosto.

Eu, tendo acompanhado o sistema elétrico como engenheiro de processos, compreendo que quando se faz um investimento muito grande numa central térmica há condições, que são a 30 anos, como o Sr. Deputado compreende, eu invisto numa central térmica para que ela funcione durante 25 ou 30 anos. É evidente que, a meio do caminho, ao fim de cinco ou dez anos, não posso dizer: olhe, isto agora mudou... Tem de haver um Estado de direito, se bem que, depois, podemos discutir em que termos é que funciona, como são as reversões e como devem ser aplicadas.

Portanto, ali estávamos em função de uma situação que... Como sabe, os CMEC têm um conceito que até entendo: com os CAE tenho a garantia que recebo aquele valor tal e qual, é um contrato de venda. Por acaso, no outro dia ouvi numa sessão dizer que as faturas da EDP não referem as tarifas de acesso à rede e o CIEG está incluído nas tarifas de acesso à rede, mas tenho aqui uma e posso distribuí-la.

Tenho aqui o exemplo de uma microempresa de Cascais, cuja fatura refere esses valores, em que as tarifas de acesso à rede representam 50,9% do total da tarifa à EDP. Esta é uma microempresa, paga 429 €, mas desse valor, 217 € são para as tarifas de acesso à rede, nos quais pontificam os CAE e dentro dos CAE pontificam os CIEG e dentro dos CIEG a PRE, a começar pela eólica. E esses são todos pagos. Não nos podemos esquecer que se diz

que quem paga os CIEG são, sobretudo, os consumidores de baixa tensão, mas cuidado, 98% das empresas portuguesas são de baixa tensão, normal e especial; 80% do emprego está em baixa tensão. Portanto, estamos a falar de coisas muito sérias, muito sérias.

Dentro desse quadro, tenho a certeza que o Eng.º Manuel Lencastre — aliás, ilustre engenheiro — tinha a noção. Repare, eu acompanho esta área com todo o gosto, porque é uma área que junta três elementos fundamentais: a tecnologia, a economia e o ambiente. O ambiente é o resultado de um processo, portanto, tem uns parâmetros que têm de ser avaliados sob o ponto de vista tecnológico, como é evidente.

Nesse quadro, em 2004 – ele saiu em 2004, salvo erro, porque depois o Eng.º Sócrates começou funções em 2005, creio, e nessa altura o Secretário de Estado era o Prof. Carlos Zorrinho —, o Eng.º Manuel Lencastre tinha essa noção, isso posso garantir-lhe.

Depois disso, confesso-lhe que não percebi bem se as pessoas tinham essa noção, escapou-me. Das vezes em que falei com o Secretário de Estado Carlos Zorrinho não percebi bem se ele tinha essa noção.

É evidente que aqui há outra questão que tem a ver com a tal informação assimétrica. Não é fácil uma pessoa que não tenha uma preparação tecnológica razoável, ou alguém que lhe explique aquilo de uma forma séria, estudar em profundidade estas questões e tirar delas as ilações estratégicas e depois políticas que elas exigem, porque se não, há, depois, uns consultores magníficos que põem lá umas verdades e...

Como sabe, vivi uns anos em Inglaterra e houve um ilustre dirigente inglês que estava no Parlamento inglês e disse uma coisa que achei extraordinária: «esta é a casa da verdade.» E depois disse o seguinte, com aquele humor britânico: «a verdade de acordo com as regras britânicas, ou seja, uma verdade do tipo BBC». E eu perguntei-lhe: «o que é uma verdade

do tipo BBC?» e ele respondeu-me: «é uma verdade que resiste a um entrevistador da BBC».

Risos.

O que significa que a grande questão na apresentação das notícias não é dizer mentiras; é escolher quais as notícias que devem ser ditas. Podem-se ir buscar duas ou três questões fundamentais, são verdadeiras, com filme e tudo, só que é a parte da verdade que interessa ao processo.

O que lhe digo é que a minha perspetiva não é a de dizer parte da verdade; a minha perspetiva é académica e é a de transmitir esses dados — e já digo isto há muito tempo — e, em grande parte, *pro bono*, porque acho que, tendo as condições de o poder fazer, essa é a minha obrigação como professor catedrático — e agora, ainda por cima, aposentado, aposentado no sentido do ativo, embora no ativo em termos de investigação —, e faço-o com todo o gosto.

O Sr. Deputado põe-me a questão da REN. Posso dar-lhe a minha opinião em termos estratégicos. A REN é uma concessão e não vejo inconveniente nenhum que ela funcione em termos de economia social de mercado. Pergunta-me: qual é a lógica? A lógica é que, evidentemente, há uns parâmetros, e posso esforçar-me todos os dias — e como calculará, não pretendo convencê-lo nem com certeza espera convencer-me —, mas acredite que sou sincero. Tudo o que fiz, na indústria e na Academia, está no meu currículo e penso que o esforço deve ser compensado, há pessoas que vão mais longe do que outras e, como tal, devem ter a capacidade de poder interferir mais na economia a bem da sociedade, porque se vão interferir na economia a mal da sociedade, estamos mal. E a sociedade tem regras nas quais funciona.

Chamo-lhe a atenção para o seguinte: as empresas podem ter-se aproveitado das circunstâncias, mas quem criou o quadro legislativo para que elas funcionassem foi o legislador ou os governos.

Portanto, acho muitíssimo bem que esta Comissão de Inquérito funcione e a única coisa que me permitiria dizer, em termos estratégicos — estou a falar apenas em termos estratégicos, não estou a falar noutros temas que, certamente, preocupam as pessoas —, é que esta Comissão já deveria ter funcionado há dez ou doze anos.

Fizemos o primeiro manifesto em 2009, exatamente para alertar para estas questões: é que à pala das melhores intenções estava a construir-se o *cocktail* explosivo — o Sr. Deputado do CDS preferiu «monstro» a «*cocktail* explosivo», mas é uma das duas coisas — e hoje estamos com ele nos braços. E a saída... Pronto, há várias. Uma das questões, mas...

A Sr.^a **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Professor.

Passo, de novo, a palavra ao Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Falou do manifesto de 2009 e há outras iniciativas em que o Sr. Professor também participou ativamente, junto do poder político e não só e adiante voltarei a essa questão.

Na sua apresentação, na página 12, há um aspeto que tem a ver com a questão dos CMEC, que também já referi na minha pergunta anterior. O Sr. Professor refere, quanto ao diploma dos CMEC, publicado em 2004, que é o Decreto-Lei n.º 240/2004, que começou a ser aplicado, digamos assim, em 2007.

Pergunto se foi do seu conhecimento, em algum momento, ou se, pelo contrário, apenas ficou a saber recentemente, como nós, o parecer negativo da ERSE sobre esse decreto-lei e das dúvidas da Autoridade da Concorrência

(AdC) e se é capaz de perceber por que razão esse importante parecer da ERSE não teve eco.

Para além da questão da independência, não podemos ver apenas a relação das entidades reguladoras com os órgãos de soberania fechadas no gabinete governamental da tutela.

Portanto, atendendo à responsabilidade, do ponto de vista do processo legislativo e da aprovação, ou seja, do processo de decisão, do papel dos reguladores, olhando, em particular, para o quadro normativo estatutário da ERSE, na altura, que até era diferente do que é hoje e dava mais poderes de intervenção e iniciativa à ERSE nessa matéria, como é que entende esta razão de, no debate da alteração legislativa – e ainda há pouco falávamos do Eng.º Manuel Lencastre –, não se ter referido esse parecer. Não estamos aqui perante uma ocultação deliberada que, quase 15 anos depois, tem aqui o impacto que se vê?

Em relação, ainda, a este *cocktail* explosivo, pergunto se, alguma vez, se dirigiu a estas entidades de que falávamos, à ERSE ou à Autoridade da Concorrência, e, se esse contacto foi feito, que resposta é que teve.

Finalmente, em relação às outras iniciativas, para além do manifesto de 2009, da carta dirigida ao primeiro-ministro da altura, 2014,...

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — A carta não foi minha.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Não, não. Mas julgamos que participou, digamos, naquele movimento de opinião e de alerta...

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Em 2009 e 2011.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Exatamente, nessa fase posterior.

Mas, ao longo desse tempo, a pergunta, congregando estas várias etapas, no fundo, é: qual a leitura que faz sobre a resposta que obteve das várias entidades, seja do poder político, do governo da altura – já referiu o Prof. Carlos Zorrinho enquanto secretário de Estado –, dos governos seguintes, do anterior Governo do PSD de Passos Coelho, e do CDS de Paulo Portas, da ERSE e da AdC nas responsabilidades que tinham em relação a esta matéria?

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Sr. Deputado, tenho muito gosto em dar-lhe as informações.

Objetivamente, em relação ao parecer da ERSE sobre os CMEC só soube agora, quando foi transmitido. Como calcula, e penso que ficou claro da minha exposição, na altura era o presidente da APIGCEE e, portanto, tinha a responsabilidade de garantir as melhores condições possíveis.

Repare, nós estávamos, e estamos, com um problema particularmente complicado, temos indústrias que estão no mercado, têm de enfrentar preços de concorrência permanente e temos de pagar uma base energética que não é competitiva. Este era, e é, um problema bastante complicado e era por isso que estávamos em cima do acontecimento.

Repetindo o que disse há pouco: a questão dos CAE e dos CMEC – e por isso o termo *cocktail*, quer dizer que são dois –, foram as *feed-in tariffs*, que subverteram o espírito dos CMEC.

A lógica dos CMEC, na lógica do MIBEL, intelectualmente, até a percebo. Era a lógica de dizer: vou ter aqui uma produção que, depois, pelo menos numa segunda instância, vai a mercado. Que aquilo era uma construção um bocadinho artificiosa, dava para eu entender, mas era um esforço nesse sentido.

Os CAE, à partida, já vinham de trás, era outra questão, não se incluíam na liberalização em curso.

Sr. Deputado, a lógica de liberalização é fazer com que cada um, na sua área, se esforce o mais possível a bem da comunidade. Esta é a lógica do Adam Smith, de quem já, com certeza, ouviu falar, e que eu, sinceramente, ao longo da minha vida, tenho procurado praticar, com limitações mas que tenho procurado praticar. Aí sou um *true believer* na economia social de mercado, embora reconheça que ela é sempre frágil.

É evidente que, se as regras permitem promiscuidade, um bom gestor vai viver com elas e vai esgravatá-las. Ainda por cima, numa área em que, para poder estudar as regras é preciso ter batalhões de especialistas – jurídicos, tecnológicos, etc.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Os tais consultores magníficos.

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Os tais consultores magníficos, os tais magníficos escritórios de advogados e tudo o que quiser, e devem ser bons,...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Também desconfio que sim.

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — ... devem ser bons!

Mas o que lhe digo é que a última auditoria tem de vir aqui da Assembleia da República, que tem, em termos políticos, de fazer a verificação.

Portanto, repetindo o que disse há pouco – não sei se o Sr. Deputado estava cá quando dei um exemplo, que foi o seguinte: até as *feed-in tariffs* passarem dos 1800 MW, o custo dos CAE e dos CMEC era muito menor. Portanto, quando falei com o Professor Carlos Zorrinho,...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Deu o exemplo de Sines.

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — O de Sines e não só, dei o exemplo do restaurante da Assembleia. Não sei se ouviu essa.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sim, sim!

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — O restaurante da Assembleia pode ter um contrato, uma concessão, legítima, e eu posso dizer ao senhor do restaurante: «garanto-lhe que pago, por exemplo, 5 € por 200 refeições por dia, o que dá 1000 € por dia, e o meu amigo governa-se o melhor possível».

No dia seguinte, abre ali em frente um restaurante, grátis. O desgraçado do homem não tem... Se ele tem no contrato que a Assembleia paga as 200 refeições, é claro que a Assembleia, que estava previsto que pagasse zero, porque, normalmente, supunha que os clientes «zeravam» a exploração, a partir do momento em que há aquele restaurante ali ao lado, tem de lhe pagar, por dia, os 1000 €. Isto foi o que se passou com os CAE e os CMEC.

Por isso é que o termo *cocktail* é fundamental — peço desculpa ao Sr. Deputado Hélder Amaral —, porque tem de se perceber que há um segundo elemento.

Foi quando falei com o Prof. Carlos Zorrinho e percebi que ele não estava sensível para a situação, porque ia salvar o planeta, que eu disse: «isto tem de se ir à opinião pública». Não há nada mais desagradável do que ter de pagar não sei quantas centenas de euros para pôr anúncios nos jornais. É desagradável sob o ponto de vista financeiro, do bolso de cada um, sob o ponto de vista cívico, foi uma realidade com a qual convivi muito bem.

Isto é atingir, na expressão anglo-saxónica — desculpe lá o anglicismo — uma *twilight zone*, quase. Estou a trabalhar numa área em que pensava que não era preciso trabalhar, porque estava garantida, mas, afinal, não está.

O que lhe digo é que, dessa parte, de facto, nessa época, a partir de 2005, em termos de ideias, a única coisa que havia era uma questão ambiental, para salvar o planeta, e o buldózer levava tudo à frente. Qualquer pessoa que dissesse o contrário... A certa altura quase pensei que voltava o pelourinho da inquisição, isto com toda a franqueza. Felizmente, psicologicamente, não sou muito sensível a essas coisas, portanto, não me calei.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Só falta a questão sobre a resposta que obtive.

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Sobre a ERSE, a resposta que obtive já a dei há bocadinho. Não ouviu a resposta sobre o que o Eng.^a Jorge Vasconcelos me disse?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sim.

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — O Eng.^o Jorge Vasconcelos, quando lhe disse que a Nação ia falir, disse-me: «olhe, isso não é da minha competência, fale com o Ministro da Economia».

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — E os governos subsequentes?

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Estávamos em 2005, foi quando comecei a perceber que...

Quando eu tinha CAE ou CMEC e, ao mesmo tempo, ou pior que isso, havia anúncios de que se iam instalar, na altura, 3000 MW, depois passaram a 8000 MW, e instalaram-se, na realidade, 5500 MW de potência eólica, e eu disse que tínhamos entrado na estratosfera.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Podemos só esclarecer este ponto.

A Sr.^a **Presidente**: — Só mesmo para esclarecer, porque estamos já com uma audição muito longa.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O Sr. Professor refere as *démarges* que fez em 2005, o manifesto de 2009 e acrescentou que prosseguiu com mais iniciativas e mais alertas, nomeadamente nos governos que se seguiram. Ficou claro, para mim, qual foi a resposta que obtive em 2005 e a ausência de resposta em 2009.

A pergunta era: na etapa que se seguiu, a partir daí, como é que entendeu, que leitura fez, da resposta que obtive ou não? Era esta a dúvida.

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Sr. Deputado, vou dizer-lhe com todo o gosto.

Tive funções institucionais entre 2002 e finais de 2006, 2007, porque fui presidente da APIGCEE e, como tal, tinha uma posição institucional com a qual podia falar, dialogar, com algum à-vontade, com as pessoas e depois voltei a tê-la em 2012. Portanto, entre 2006 e 2012 eu era um cidadão, que a única coisa que podia fazer era manifestos e artigos de jornais, e isso fiz.

Uma ou outra vez encontrei-me, esporadicamente, mas não era uma reunião de trabalho, formal. Isso foi só depois de 2012 até hoje, através da CIP (Confederação Empresarial de Portugal).

Portanto, há esse período, entre 2006 e 2012 em que fui um cidadão *vulgaris linnaeus*.

A Sr.^a **Presidente**: — Passo, de imediato, a palavra ao Sr. Deputado do Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata, António Topa.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Sr.^a Presidente, queria cumprimentar o Sr. Prof. Clemente Pedro Nunes, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata, agradecer-lhe a participação nesta Comissão e os contributos que nos está a dar, pois sendo um académico e um especialista na matéria, pode compreender que muitos de nós devemos quer ser esclarecidos. Às vezes, até, não entendemos bem as questões, mas vamos estudando, vamos aprendendo e, assim, naturalmente, ficamos mais preparados para as próximas audições.

Todos temos a consciência de que há sobrecustos na tarifa da energia, aliás, como foi apresentado e está patente nesta fatura que nos foi presente, onerando a fatura a pagar por todos os consumidores através dos CIEG.

É importante perceber como é que estes sobrecustos foram gerados, quem são os responsáveis pelos mesmos, se houve benefícios, e o que poderemos fazer para melhorar a situação.

Nesta Comissão de Inquérito, e para se retirarem as devidas conclusões, deve ficar claro como chegámos até esta situação e para tal, haverá necessidade de recuar no tempo, até à altura em que foram criadas as rendas aos produtores de energia, nomeadamente as rendas à EDP.

Sr. Professor, o quadro legal dos CAE foi estabelecido era, então, Cavaco Silva primeiro-ministro e o Eng.º Mira Amaral ministro desta área. Os CAE da EDP, entretanto, foram assinados em 1996, já o Eng.º António Guterres era primeiro-ministro de Portugal. Nestes contratos dos CAE da EDP — blindados, na minha opinião —, ficaram definidas as taxas de

remuneração, os prazos, as condições de cessação antecipada, e diversos artigos de blindagem face a decisões futuras que pudessem vir a ser tomadas pelo governo.

Sr. Professor, enquanto especialista que sempre acompanhou de perto estas questões, tem conhecimento de as negociações destas condições terem sido iniciadas no tempo do Eng.º Mira Amaral, enquanto ministro, ou posteriormente no tempo em que o Eng.º António Guterres era primeiro-ministro?

Ponho esta questão, porque esta é uma Comissão de Inquérito e, essencialmente, faço-o para datar estas questões, o que é importante.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Professor.

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Sr. Deputado, como acabei de dizer, os CAE e CMEC, mas sobretudo os CAE, são uma matéria jurídica, contratual.

Eu enquanto professor, técnico, como acabei de dizer, enquanto responsável industrial, acompanhava esse assunto à distância e não lhe sei dizer em pormenor.

Os CAE e os CMEC – na altura eram os CAE, no fundo –, eram a compensação que havia pelo investimento de longo prazo do diagrama de base, que era um processo que, sob o ponto de vista tecnológico, ou melhor, que era um tipo de contrato que, sob o ponto de vista tecnológico, com os elementos de referência que havia na altura, não me chocava particularmente.

É evidente que estou a falar como engenheiro, não estou a falar em termos de purista da concorrência e de questões de direito concorrencial.

Como disse, para mim, o problema surgiu depois de 1999, porque, de facto, em 1999, com o Programa E4, houve apoios específicos às chamadas

novas renováveis, porque a mais importante renovável era a hidroelétrica e, depois, há uma outra renovável, que tem pouco impacto na eletricidade mas é a mais importante em termos de calor, que é a biomassa, que, em termos de eletricidade, também tem *feed-in tariffs*, só que tem a vantagem de ser intermitente e, como tal, não tem efeitos tóxicos ou explosivos sobre o sistema.

Portanto, só comecei a acompanhar isto com pormenor depois do Programa E4 e depois de se começarem a instalar ou, melhor, depois de terem sido dados parques eólicos com *feed-in tariffs* a partir do ano 2000.

Foi a partir daí que os meus primeiros alertas amarelo-avermelhados começaram a surgir.

Não tenho conhecimentos, infelizmente, ao contrário de outras coisas — se os tivesse teria todo o gosto em os partilhar —, mas, sobre essa altura, não tenho dados sobre o que se passou nessa matéria em 1994, 1995 e 1996 que possam beneficiar esta Assembleia.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Sr. Professor, na sua opinião, entende como razoável que um governo tenha tido necessidade de estabelecer contratos tão blindados — estes contratos são mesmo blindados! — como os dos CAE da EDP com uma empresa 100% pública?

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Pois, não sei! Não tenho experiência em termos de contratos públicos a esse nível.

Fui administrador durante uns anos de uma empresa pública, a Quimigal, mas, como calcula, numa área técnica, tecnológica e produtiva e, portanto, não lhe sei dizer.

Tradicionalmente, a eletricidade, pelas suas características — não se poder armazenar e ser altamente de capital intensivo —, é uma matéria que tem de se tratar com todo o cuidado.

Mas é evidente que não sei dizer se isso foi só aqui ou se foi noutras áreas. Repare que se eu tiver uma refinaria posso ter uma situação geográfica de alguma proteção, mas posso ir buscar um cabo externo a Espanha e colocá-lo aqui; não posso é ir buscar um cabo externo de eletrões e colocá-lo cá.

A eletricidade é uma realidade física que tem de ser tratada com cuidado e com grande conhecimento das implicações económicas das tecnologias que estão em curso. E tem de se ter muito cuidado com algumas justificações que alguns procuram dar para dizer que aquele é um problema muito pequeno quando, na realidade, pode ser um problema devastador.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Sr. Professor, ao contrário dos CAE da Turbogás e da Tejo Energia, que foram sujeitos a um concurso internacional, os CAE da EPD foram assinados sem concurso e, portanto, a questão que lhe ponho, em primeiro lugar, é se concorda com os CAE da EDP. Em sequência, pergunto: concorda com os termos e condições em que foram assinados?

Em terceiro lugar, pergunto: acha que os termos dos CAE da EDP foram especialmente vantajosos para a EDP, na altura pública, no sentido de potenciar um maior encaixe financeiro na operação de privatização que estava em marcha e que, à partida, ia ocorrer?

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Sr. Deputado, à partida, acho que, em termos de lei de mercado, de economia social de mercado, um CAE, ainda por cima blindado, devia ter ido a concurso ou devia ter tido, o que se chama, em termos de negociação empresarial, uma arbitragem.

A EDP, no sentido tradicional do termo, como sabe, foi criada à imagem da EDF (Électricité de France), portanto uma empresa majestática, uma *régie*, como os franceses gostavam de chamar de chamar.

Admito que aí há uma questão: se se tencionava privatizar tinha de se ter cuidado com o que se lá ia pôr. É evidente que, por isso, se está a vender por mais, mas, Sr. Deputado, não nos esqueçamos que, independentemente de ter havido aí um excessivo «alindar da noiva», isso não faz com se ignore o que se passou adiante.

É que, por maioria de razão, sabendo que isso existia, quando me iam contar a «história da Carochinha» das *feed-in tariffs* para salvar o planeta, eu dizia: «meu caro amigo, cuidado! Mas, então, vai desfazer o CMEC, ou CAE, ou seja o que for? Olhe que aquilo parece que foi assinado para blindar tudo». Isso, para mim, é que é a catástrofe! Aliás, escrevi-o na altura, porque sabia que havia CAE e CMEC — devo dizer que na minha exposição refiro «CAE/CMEC» — que eram contratos que garantem uma remuneração mínima ao processo, mais ou menos blindados, com mais sal mais pimenta, isso deixo aos investigadores e já vi documentos... Sei que já saiu uma notícia no *Expresso*, dizendo que o documento foi feito diretamente na EDP e que não houve nenhum consultor que tenha dado a cara por ele perante o ministro... Li isso no jornal e o Sr. Deputado também leu com certeza.

Mas, mais grave do que isso, é a pessoa saber que havia contratos que blindavam o sistema, ou seja, se eu fosse dono da central de Sines...

Vou pôr isto de outra maneira: se eu fosse administrador da EDP — nunca fui, mas admitindo que era — e me dissessem: «vamos dar aqui 5000 MW de potência eólica e a sua exploração vai ser subvertida» eu diria: «tenho aqui um CAE, ou um CMEC, uma garantia de que ao fim do ano, aconteça o que acontecer...» — e voltamos ao caso do restaurante em que não tenho um único cliente — «Então, como é que é?» E dizem-me: «não se preocupe que, no mínimo, tem uma rentabilidade de 7, 8, 9%».

Ora, eu, como administrador da EDP, diria: «boa! Se for assim, até vou nas *feed-in tariffs*, também invisto e ganho em dois carrinhos: ganho nas *feed-in tariffs* e estou safo em Sines».

Repare que isso se passou em outros países europeus. A Alemanha teve esse problema. Simplesmente, como não tinha CAE e CMEC, as empresas que estavam com as centrais viram-se da cor da abelha e algumas delas tiveram prejuízos monumentais; depois, pediram ressarcimentos ao Estado alemão, enfim, várias situações...

O problema está no indivíduo que, sabendo que isso existia e tendo regulado o diploma – o Sr. Deputado disse há pouco que, em 2007, o diploma foi regulado e pôs isto a funcionar –, ao mesmo tempo estava a subverter, com as *feed-in tariffs*, as regras pelas quais os CAE/CMEC tinham sido feitos. Aí é que já não tenho explicação racional nenhuma para lhe dar!

Noutro dia, um ilustre jornalista perguntou: «como é que classifica isso?» Respondi: «irracional, absurdo!» Depois o jornalista quis que eu dissesse outra palavra, que não é do foro da engenharia mas do foro da jurisprudência. Respondi: «essa não digo! Vá falar com algum professor de Direito. Essa não digo!» Sou professor de Engenharia Química e de Processos Industriais e sobre isso, invocando a irresponsabilidade académica — posso dizer o que entender e tenho o dever de dizer o que penso, a não ser que o Conselho Científico da minha escola me tire a palavra, como não tirou estou aqui a dizê-lo nessa lógica —, tenho de dizer uma palavra. Agora, sobre outras questões não; isso aí alguém tem de investigar e dizer o que é que está por detrás. Isso é um absurdo, foi um absurdo! E, sublinho, isso provocou que o valor dos CAE e dos CMEC pagos a partir daí disparassem!

Todavia, sublinho que, se for ver aos resultados da ERSE, a maior componente dos CIEG, apesar disso, não é dos CAE e CMEC, é da PRE, apesar de os CAE e CMEC estarem alavancados, altamente prejudicados por estarem lá metidas as consequências das *feed-in tariffs*.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Sr. Professor, a transposição da Diretiva 2003/54/CE e a criação do MIBEL obrigaram à extinção dos CAE da EDP.

O Sr. Prof. Jorge Vasconcelos, na sua audiência, referiu que havia lugar a uma compensação devida à EDP já privatizada. Este foi também o entendimento da ERSE, da Comissão Europeia e do governo português.

O montante calculado na altura era superior a 3000 milhões de euros a serem pagos pelo Orçamento do Estado, nos termos dos CAE da EDP negociados pelos governos de António Guterres.

Considerando a debilidade das contas públicas de então, na sua opinião, qual deveria ter sido a opção para pagar essa compensação à EDP?

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Sr. Deputado, como já percebeu, não tenho dificuldade em dar respostas quando estou seguro do que digo e aí tenho alguma dificuldade.

O MIBEL foi uma construção, digamos, jurídico-política porque não há muitos mercados. Repare: o MIBEL é específico pelo seguinte: temos o Nord Pool nos países escandinavos, mas o Nord Pool tem uma ligação direta ao mercado alemão, que é um mercado enorme.

O MIBEL tem um problema — continua a ter e esperamos que a Cimeira reduza esse efeito, mas, cuidado, com as *feed-in tariffs* não o vai resolver — que pode ser reduzido, tornando um pouco mais racional a utilização dos dois lados da fronteira dos Pirenéus.

O MIBEL tem um problema complicado: é Portugal e Espanha e parou! É pouco mais, porque, depois, a ligação é muito pequena! Portanto, o que se criou foi uma tentativa de otimização dentro da Península Ibérica.

É evidente que a grande questão que surge é se os CMEC não beneficiaram a EDP para além do que era previsto nos CAE, do que era a compensação.

A essa pergunta não sei dar resposta. Sei que a ERSE já se pronunciou e disse que a aplicação que tem sido feita ultrapassou em 500 milhões de euros o que era adequado, e para os próximos 10 anos isso vai ser reduzido, de acordo com a iniciativa do atual Secretário de Estado, que tem prosseguido uma política exigente, e muito bem, tentando gerir o sistema que tem para gerir, não o alterando de forma radical, mas fazendo uma gestão rigorosa do chamado dia a dia.

Portanto, não lhe sei dizer isso mas é evidente que o MIBEL, quando se tem um mercado em que 85% está legalmente estabelecido... Não é regulado, essa era a palavra errada, porque ele está legalmente constrangido e se fosse regulado era melhor, porque aí a ERSE podia intervir e dizer: na central tal o investimento não é de 700 milhões mas de 500 milhões...

É evidente que a lógica, como sabe — e penso que o Engenheiro Mira Amaral, que conhece bastante essas matérias, tê-lo-á dito, e também o Engenheiro Sampaio Nunes —, é a de só regular uma matéria que seja monopólio natural, porque, se não o for, não é preciso regulá-la, quanto muito tenho de a fiscalizar.

Agora, se é um monopólio natural, como o é uma rede de distribuição... eu não vou pôr uma rede de distribuição nas ruas da cidade ou nos campos do país e, portanto, utilizo a que já há. É a questão das autoestradas de energia, eu tenho uma autoestrada e é uma concessão. Mas quanto à produção de eletricidade posso tê-la de muitas maneiras, pura e simplesmente, a nível de mercado...

O que aconteceu, de facto, e foi-me dito em 2005 por várias pessoas foi que se não tivessem as *feed-in tariffs* os bancos não emprestam o dinheiro para as eólicas. E eu disse: «então, deem-lhes uns subsídios ao investimento e depois se não for...»

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Quem é que disse isso?!

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Houve várias pessoas que me disseram... Agora, tenho de ser cuidadoso, mas houve várias pessoas e vários banqueiros, várias pessoas ligadas à banca.

Aliás, ainda hoje, devo dizer-lhe, várias pessoas na banca me têm dito que não financiam projetos fotovoltaicos a não ser que tenham *feed-in tariffs*. Já vários gestores bancários me disseram, e aí invoco o sigilo bancário.

Repare que a grande vantagem do mercado é que se for a sério é risco e, se as coisas funcionarem bem, o beneficiado é a sociedade. Por isso, nunca mudei de convicções em termos de economia social do mercado. Não estou a dizer-lhe isto para o tentar convencer nem fazer catequese, é apenas para dar a minha opinião, vivida dos meus sessenta e bastantes anos, que tenho um histórico para falar disso...

Peço desculpa, Sr.^a Presidente, mas fui vítima de ser indisciplinado.

A Sr.^a **Presidente**: — Com certeza.

Faça favor, Sr. Deputado António Topa.

O Sr. **António Topa** (PSD): — De acordo com a anterior pergunta que lhe fiz, em 2004, o Governo decidiu criar o mecanismo dos CMEC de forma a compensar e a assegurar os benefícios futuros a que a EDP teria direito com os CAE, mas sem prejudicar a concorrência no mercado da produção de energia. Era esta a filosofia.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 240/2004, os CMEC pretendiam ser neutros face aos CAE.

O parecer da ERSE de março de 2004, aliás, o parecer de que há bocado falámos, alerta o Governo para quatro situações passíveis de originar sobrecustos face aos CAE.

Na última audição, o Eng.º Jorge Vasconcelos foi perentório e confirmou que, na altura, nenhuma das situações elencadas nesse parecer geraram algum sobrecusto, ao abrigo do quadro legal, os CMEC não tinham gerado sobrecustos face aos CAE, dentro daqueles quatro parâmetros do parecer.

Sr. Professor, na sua opinião, os eventuais benefícios obtidos pela EDP no contexto dos CMEC foram originados no momento da sua concretização aquando da parametrização nos termos da lei ou, eventualmente, em 2007, quando foram definidas as taxas de remuneração e os prazos, aliás, à semelhança do que aconteceu com os CAE?

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Sobre isso posso ser bastante claro numa das partes, na outra não tanto.

Em relação às questões sobre os CMEC, o decreto-lei fala em equilíbrio contratual. Portanto, no fundo, era... Vamos lá ver: sobre o que o Eng.º Jorge Vasconcelos disse em relação àqueles parâmetros, eu digo que é uma parte da verdade, porque o problema...

Voltando ao que eu disse há pouco — e peço desculpa por me repetir, mas acho que é útil enquadrar cada uma das questões —, quando fiz os CMEC, a questão de os parâmetros dos CMEC serem mais favoráveis é uma questão complexa e, de facto, olhando para os números acho que eles são mais favoráveis do que os CAE, mas é um parecer, não fiz os cálculos e tem de se fazer os cálculos.

O que sei foi o que lhe disse, que vinha no jornal e que li no *Expresso*, que, de facto, não há nenhum assessor do Sr. Ministro nem nenhum consultor que até hoje tenha vindo a lume dizer que se tinha atravessado pelo documento que foi, depois, assinado pelo Sr. Ministro. Isso veio no jornal e até agora ninguém desmentiu. Ainda há dias estava a ver um programa de televisão na SIC e um representante da EDP também disse que não conhecia.

Portanto, é uma questão que, com certeza, há aqui várias pessoas que podem falar sobre ela muito melhor do que eu.

Agora, há uma coisa que lhe garanto, voltando atrás, e que o Sr. Eng.º Jorge Vasconcelos também deveria ter dito: «se, em 2004, estou a fazer uma coisa que vai dar um equilíbrio contratual de algo que vinha detrás, tenho de manter as condições de 2004». Se a seguir, em 2005, em 2006 e em 2007, vou dar 5500 MW de potência eólica e mais 500 MW de potência fotovoltaica e continuo a dizer que está garantido, estou a subverter o que já estava na lei. O que está na lei pode ser o mesmo, o espírito é que não tem nada a ver! É uma subversão total! E aí digo-lhe aquilo que disse há pouco: não tenho palavras! Além de dizer que é absurdo, não tenho outras palavras.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Sr. Professor, nós estamos a falar de CMEC, não estamos a falar de PRE!

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Ó Sr. Deputado, o problema é que eu não posso falar de CMEC sem falar de PRE...

O Sr. **António Topa** (PSD): — Os CMEC aconteceram há seis anos!

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Vamos lá ver, o CMEC tem um determinado número de parâmetros de rentabilidade, que, embora não esteja lá dito, deixam de vigorar se entretanto eu der uns *feed-in tariffs*.

Como não está, se eu for administrador da EDP, no meu legítimo direito, digo: «meu caro amigo, eu tenho isto garantido». Amanhã posso fazer um contrato em que digo que vou comprar a Assembleia da República quando aquilo estiver vago. Faço um contrato-promessa, mas não tenho nenhuma garantia de que daqui a 50 anos, com certeza que com a democracia

a funcionar, isto está a funcionar e ninguém me vai vender isto, não vou entrar lá, mas tenho um documento jurídico.

Agora, se eu disser ao contrário: «se eu não comprar o Palácio de S. Bento, todos os anos em que não comprar, ofereço-lhe 10 000 €» é um belo negócio! Belo negócio! Porque eu ouvi dizer que havia um ministro que ia fazer um parlamento *xpto* com as últimas tecnologias algures num campus de justiça nos arredores de Lisboa. Está a perceber, Sr. Deputado?

O problema é este: eu não posso olhar para os CMEC — e por isso uso a expressão *cocktail* — sem colocar lá o que se passou quando subverti o sistema elétrico. Estou a dizer-lhe isso como já disse em 2013... Aliás, a conversa que tive com o Eng.º Manuel Lencastre foi nesse sentido, eu disse-lhe: «meu caro amigo, se isto vai por esta derivada, se esta propaganda vai continuar para termos 1500, e 2000, e 3000, e 4000, e 5000, e 6000, e 7000 até aos 8000 anunciados, em 2009, isto é a falência, isto é a bancarrota».

Porque repare, Sr. Deputado, tem a noção clara de que se não tivesse um CMEC, a administração da EDP, quando visse anunciados os 5000 MW de potência intermitente com *feed-in tariffs*, tinha dito: «espere aí, não pode ser! Então e eu?»

Tal como o Sr. Deputado viu que quando o Estado foi dar o dinheiro para a Caixa Geral de Depósitos e dizer que as imparidades eram não sei quanto, os outros bancos disseram: «espere lá! Então, se o meu amigo vai dizer que a imparidade da empresa *x* são 98% de imparidades, eu também emprestei a essa empresa, depois também vai cair em cima dos meus resultados...» Isto é aritmética! A EDP não disse isso. Por que é que não disse? Não disse, porque tinha um CMEC, um CAE, o que fosse.

Portanto, quem pagou? Uma única entidade: os consumidores finais. Aqui chamo a atenção, os consumidores finais, porque, depois, há os consumidores intermédios, há os operadores, há as pessoas que vão aos OMEL e aos OMIP e que, repito, é uma questão que convém ver, porque

posso comprar e vender ao mesmo tempo no OMEL e no OMIP e posso ter sido um produtor de *feed-in tariffs* no mesmo grupo.

Do que sei — mas podem perguntar isso aos operadores do OMEL e do OMIP — não há restrições para isso e aí eu já começo a ter dúvidas na defesa da economia social de mercado, porque acho que a possibilidade de se poder operar aí tem a ver com as pessoas que podem operar e depois saber, por exemplo, se as indústrias finais podem ou não ser operadores e em que condições, o tal agrupamento de empresas que se pode fazer. Mas aí já estamos a falar em questões técnicas, relevantes, para tentar resolver o problema, porque uma das vias para tentar resolver o problema, como o Sr. Deputado Jorge Costa disse há bocado, é fazer uma taxa que tente reduzir a dívida tarifária, que, com certeza os produtores eólicos não vão gostar.

A outra via é, evidentemente, reduzir isto ao mínimo e a outra via é facultar as transferências entre a fronteira de Espanha e de França para aumentar o escoamento.

Agora, isso só funciona para aquele bocadinho quando passa a ter um outro cliente que pode ser... E os consumidores ficam a ganhar, mas não sei se alguns operadores estarão muito interessados nisso, porque quando estiver nas horas de ponta, o mercado é contestado pelo que vem do outro lado, tal como nos supermercados, em que o mercado dos produtores de batatas, ou de beterraba, ou de alface, ou de leite, ou do que for é contestado, pelo que vem do mercado espanhol, ou francês, ou holandês.

A Sr.^a **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado, para prosseguir.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Sr. Professor, na audição do Eng.º Sampaio Nunes foi referido que os CAE e os seus sucedâneos, os CMEC, implicaram uma imensa transferência de dinheiro dos consumidores de

energia para os acionistas das empresas produtoras. Subscreeve esse entendimento?

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Vamos lá ver: se eu juntar aos CAE e aos CMEC as FIT, subscrevo, mas tenho de juntar as FIT. Os CAE e os CMEC, tal e qual hoje funcionam, é verdade, mas com as FIT. Se não tivessem as FIT, eu já qualificava mais a resposta, porque, efetivamente, um investimento em produção de eletricidade é um investimento a longo prazo, como se fosse a concessão de uma autoestrada, por exemplo, ou seja, vou investir para 25 anos, não vou investir para 4, nem para 5, nem para 3, nem para 2 anos; vou investir para 25, para 30, para 35 anos.

Por isso, gostaria de ser muito claro perante esta Comissão — se a Sr.^a Presidente me permite — e dizer que tenho muitas dúvidas de que sejam só rendas excessivas, porque é muito mais do que rendas excessivas.

O *cocktail* que criámos aqui é um *cocktail* que subverteu o sistema elétrico e que, ao fazê-lo, protegeu os produtores a 100%, todos, isso é verdade! Agora, há outras pessoas que podem ganhar com isso, também é verdade, nomeadamente operadores ou quem possa beneficiar...

Sr. Deputado, dou-lhe este exemplo: suponha hoje à noite há muito vento e que o mercado não absorve toda a energia produzida por via eólica e, por isso, há quantidades de energia eólica que vai ao mercado do MIBEL a zero e há um produtor em Espanha que, às duas horas da madrugada, compra uma eletrólise, por exemplo, a 2 € ou a 1 €/MWh, uma coisa que os nossos consumidores pagaram a 94 €.

Ora, com isto, estou a permitir que haja alguém em Espanha que compre aquilo, porque em Espanha não tem de pagar tarifas de acesso à rede, pelo menos as portuguesas. Portanto, isto é uma aberração!

Por isso é que eu digo que estas questões têm de ser estudadas integralmente e com bastante cuidado. O elemento decisivo que subverteu

o sistema foi as *feed-in tariffs* com a dimensão a que foram introduzidas. Por isso é que na minha apresentação tinha muita coisa para pôr, a certa altura tinha uma apresentação de 45 páginas em que falava de muitas coisas e disse: vou concentrar-me naquilo que é essencial, depois o resto, com todo o gosto, cá estamos para esclarecer tudo aquilo que puder esclarecer.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Muito obrigado, Sr. Professor.

Sr. Professor, em 2006 ainda não tinha sido efetuado nenhum pagamento ou ajuste no âmbito dos CMEC e nesse mesmo ano o governo fez uma aposta forte na abertura de concursos para investimentos na produção eólica, sendo expectável que o aumento de potência a instalar teria um impacto assinalável no valor dos CMEC.

Pergunto: não acha que estavam criadas as condições para a revisão do mecanismo dos CMEC, de modo a acomodar a política do governo?

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Nisso, sou taxativo, uma de duas coisas devia ter sido feita: ou se mudavam os CMEC, se fosse possível, porque aí é uma questão jurídica e pode haver um juiz que diz: «não, não! estava blindado, nada a fazer!» Estava feito, estava blindado; ou, então, as *feed-in tariffs* não eram introduzidas assim, porque eu podia ter introduzido de outra maneira, eu podia ter introduzido a eólica e dizer que pagava 90% do investimento.

A única coisa que havia era o preço de intervenção da *feed-in tariffs*, mas o princípio da *feed-in tariffs* estava lá, aliás, essa foi logo a minha contestação à partida, ao dizer: espere lá, o valor não é o mais importante; o mais importante é a garantia que eu tenho de que vou vender aos consumidores, quer eles queiram, quer não.

Já viu o que isso significa para um comerciante qualquer que está aí desgraçado, à espera que venha o cliente ou quando a gente passeia agora

nas ruas da Baixa e vêm ter connosco dizer: «*do you want to have dinner?*... Venha aqui ao meu restaurante, que é mais barato...!» Ele não precisa de fazer isso, porque se ele não vender, está pago.

O pequeno comerciante sabe bem que a primeira coisa que tem de ter é um cliente que pague. O Estado garante, através das *feed-in tariffs*, dizendo: esse assunto está resolvido! É o primeiro! Mais do que dizer, se bem que também seja importante, se são 92, se é 70, se é 75, etc.... A primeira coisa é que o Estado paga, e isso está garantido! A única coisa que tem de fazer é produzir. Aliás, o termo *feed-in tariffs* quer dizer isso, quer dizer que eu introduzo no sistema, faturei, recebi. Isto é o sonho de qualquer empresário...!

A Sr.^a **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado, para concluir.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Sr. Professor, depois tenho outras questões a colocar-lhe nas rondas seguintes, pelo que gostaria só de lhe pôr esta questão de imediato: o senhor concorda com a ideia de que a exploração da central de Sines, para além do prazo que estava definido relativamente aos CMEC, foi entregue de graça à EDP sem ter pago a devida contrapartida?

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Do que li na imprensa, é que terá havido um despacho, não sei se do Secretário de Estado ou do Diretor-Geral, que entregou à EDP a possibilidade de continuar a explorar a central depois do CMEC. Não lhe sei dizer mais do que isso.

O que posso dizer é que, sob o ponto de vista técnico, pelos dados que tenho, não só a central de Sines tem todas as condições para continuar a funcionar, como, dependendo de uma outra coisa que depende do Governo, que é a taxa do carbono... É que se eu quiser inviabilizar a central de Sines, tenho uma maneira simples: ponho a taxa de carbono, por exemplo, a 100 €.

Agora, tenho de ter consciência de que, se eu fizer isso em Portugal e não for feito a nível da Europa, é um tiro de canhão que estou a dar nos dois pés de um país já falido, que ainda fica pior.

Portanto, os voluntarismos ambientalistas, normalmente, têm um beneficiário e têm umas vítimas, como tudo na vida. Houve uma vez, há muitos anos, que alguém me disse que nesse setor há passarinhos e passarões, pássaros há poucos. Ou são passarinhos e estão distraídos, ou são passarões e sabem tudo! Portanto, cuidado com a taxa do carbono sobre o carvão. Há muitas maneiras de caçar gambozinos...! Sob a aparência das melhores intenções, está o inferno cheio.

Sob o ponto de vista do funcionamento corrente, Sines é, hoje, fundamental. Por isso é que proponho que se mantenha até acabarem as *feed-in tariffs* das eólicas, porque senão é o desastre em cima do desastre. Vão fazer outra central a gás, depois querem outras condições, depois tem de se remunerar não sei o quê, enquanto aquela está toda automatizada, incluindo a resolução do problema do SO₂, do anidrido sulfuroso, do ácido sulfúrico e das chuvas ácidas.

O Sr. **António Topa** (PSD): — E CO₂?

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — CO₂? Sob o ponto de vista tecnológico, em termos de captura, que eu conheça, não há solução para o CO₂. Amanhã posso mudar de ideias, mas posso dizer-lhe apenas que, em tudo o que li, não há. Agora, é evidente que numa situação como a do CO₂, o que lhe digo é o seguinte: no mundo em que vivemos hoje, em que cada uma das potências tem os seus interesses, e nós tivemos ontem um exemplo claro do que é o jogo das superpotências, não há ilusões sobre aquilo que cada um faz em defesa dos seus interesses. Se algum deixa os seus interesses ir por água abaixo, ninguém... Quer dizer, podem vir dar, como nos deram

a nós quando estoirámos... Eu disse ao Eng.º Jorge Vasconcelos, em 2006, que íamos estoirar e demorou 5 anos, estoirámos em 2011. Uma das razões pelas quais estoirámos foi essa! Não tenha ilusões! Foi uma das razões. Houve outras, mas essa foi uma delas.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Deputado António Topa, peço-lhe que seja muito sintético, até para haver equilíbrio entre todos os Srs. Deputados. Se desejar, pode ir à segunda volta.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Sr.^a Presidente, segundo deduzi, o equilíbrio gera-se nas questões seguintes, retirando o tempo que tenha sido usado a mais, não é?!

Portanto, como não usei tempo a mais, não tenho desconto de tempo nas questões seguintes.

A Sr.^a **Presidente**: — Não, não, foi uma brincadeira minha.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Sr. Professor, todos os especialistas ouvidos nesta Comissão referiram que a PRE teve um impacto significativo não só nos CIEG mas também nos CMEC, e já falámos acerca disso.

Esse impacto é só nos CMEC ou é também nos CAE da Turbogás e da Tejo Energia?

A Sr.^a **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Na minha análise, é também nos CAE da Turbogás e da Tejo Energia, porque é evidente que qualquer mecanismo que preveja um resultado final garantido, digamos, um *floor*, uma garantia mínima... Se eu estiver a pôr no sistema coisas que não

estavam previstas, porque, quando foi feito o contrato da Turbogás e da Tejo Energia, salvo erro, em 1994, ninguém sonhava que em Portugal ia haver 1000 MW de potência eólica, quanto mais 5500! Ninguém sonhava! Que eu saiba! Eu, pelo menos, não sonhava. E, sobretudo, num mercado fechado, sem ter feito primeiro as interligações com a França.

Houve uma coisa que o anterior Governo fez, e muito bem, numa célebre cimeira na Europa, que foi dizer que congelava o acordo a todas as questões ligadas à energia e ao ambiente até que as interligações estivessem, pelo menos, em 10%, entre a Península Ibérica e a França. Aliás, é por causa disso que vamos ter a Cimeira no próximo dia 27.

Isso estava certíssimo, porque eu nunca vou dar de barato uma coisa que tenho de pagar e que não sei se se vai verificar...! Isso foi o que se passou. Portanto, esse quadro, para mim, é claro. E é evidente que, quando se fizeram as *feed-in tariffs*, tinha de se ir ver tudo, para saber o que é que isso afetava.

Aquilo que se faz na jurisprudência normal, quando se faz uma lei, é ver em que vai afetar todas as anteriores, o que é que tem de se mudar para encaixar aquilo, a começar, supostamente, pela Constituição. Eu, aqui, também tinha dito: «espere lá, eu vou fazer isso; o que é que isso vai implicar com os contratos que já estão estabelecidos a longo prazo no setor da eletricidade?»

Ainda por cima, como já disse, porque a eletricidade é um bem único, é daqueles que, de facto, não se armazenam. O armazenamento é só indireto, mesmo que venham com condensadores, ou com placas, ou o que for, é algo indireto, que faz uma reação, ou uma transposição, ou uma realidade física, e, depois, vai-se lá buscar novamente para, naquela altura, libertar os eletrões.

Isso dá à eletricidade a importância de tratar isto com muito cuidado. E, de facto, quando se deram as *feed-in tariffs*, foi menos do que cuidado,

quer dizer, não foi nada; foi a convicção de que se ia salvar o planeta. E talvez uma coisa: muitos decisores políticos não se aperceberam de que a intermitência da eólica era inultrapassável e que era proporcional ao cubo da velocidade do vento, o que a torna pior do que uma montanha-russa.

Isso, acho que, independentemente de outras confabulações, que cada um dos Srs. Deputados pode fazer, eu próprio as posso fazer, sobre o que se passou ou não passou, esta falta de conhecimento... Por isso, é que falei em conhecimento assimétrico.

Agora, houve gente que se aproveitou dessas ignorâncias, mas isto é o princípio do conhecimento assimétrico e as escolas de gestão bem ensinam: se há uma pessoa que sabe uma coisa sobre uma tecnologia e outra não sabe, aquela pessoa compra, avança, sabe que aquilo faz uma coisa e a outra pessoa não sabe que faz, enfim...

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Deputado António Topa, em termos de tempo de intervenção, está mais ou menos em igualdade de circunstâncias. Ainda dispõe de 30 segundos. Quer usá-los, Sr. Deputado?

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Estou a vitimizar o Sr. Deputado? Agora, estou a ficar com a consciência pesada. A culpa é minha...

A Sr.^a **Presidente**: — Não, não, tem 30 segundos por uma questão de igualdade com os outros colegas.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Queria colocar só uma questão, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a **Presidente**: — Sim, faça favor, Sr. Deputado, para concluir.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Pareceu-me que, na afirmação do Sr. Professor, há pouco, só o Presidente francês é que estava a puxar a carruagem para que esta Cimeira se fizesse.

Há uns tempos ouvi umas declarações suas em que indiciava que o Governo português, neste momento, não tinha muito interesse nessa situação. Aquilo que estou a dizer é verdade ou é suposição minha?

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Sr. Deputado, a única coisa que lhe posso transmitir é que, segundo os dados que tenho, o Governo francês, desde setembro do ano passado, está muito interessado em contribuir para esta Cimeira, porque considera que ela é uma peça muito importante para o reequilíbrio do sudoeste da Europa e que pode contribuir para aumentar a perceção nas entidades portuguesas da vantagem de haver Europa. E é verdade, só se pode fazer uma interligação dessas, só se pode fazer um projeto desses, com todos os estudos de impacte ambiental e estudos económicos que acarreta, com uma grande boa vontade, que todos devemos ter.

Terá sido o Presidente Macron que propôs ao próprio Primeiro-Ministro António Costa que a Cimeira fosse em Lisboa. Isto foi-me dito por entidades francesas que considero bastante reputadas

Depois disso, as datas vieram a atrasar-se — é verdade —, mas não lhe sei dizer mais pormenores. Sei que, agora, está marcada e que foi anunciada, aliás, o anúncio é que foi um bocadinho curioso, porque, como saberá, apareceu no *site* do Palácio da Moncloa antes de ter aparecido em Lisboa, e foi escrito em francês, porque terá sido combinado também com o Presidente Macron. Mas o Ministério dos Negócios Estrangeiros, com certeza, tem dados sobre isso. Não lhe sei dizer mais, mas congratulo-me por ela existir e vamos ver o que dela resulta.

A Sr.^a **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Professor.

Vamos entrar, agora, na última intervenção desta ronda e dou a palavra, de imediato, ao Sr. Deputado Fernando Anastácio, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Professor, atendendo ao tempo de que disponho, vou já direto às questões.

O Sr. Professor tem criticado muito, ao longo de toda a sua intervenção, as energias renováveis, aliás, não as energias mas as tarifas garantidas nas energias renováveis.

Portanto, no fundo, queria fazer-lhe uma pergunta, sem risco de presumir, desde logo, também uma presunção de resposta: o que é que o preocupa mais? As tarifas garantidas nas energias renováveis ou, concretamente, os CMEC da EDP?

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Bruno Dias.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Professor.

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, ao longo da minha vida, tenho sido especialista em vários tipos de energias renováveis e sou muito a favor das energias renováveis. Ao longo da minha carreira, tanto na indústria como na Academia, uma das minhas especialidades é estratégia de processos, ou seja, analisar estrategicamente as tecnologias. E, portanto, uma das coisas em que sou especialista é em avaliar os aspetos negativos e positivos das várias tecnologias.

As energias renováveis têm todas as vantagens e tiveram muitas evoluções. Sob o ponto de vista térmico, por exemplo, a energia solar, os painéis solares de aquecimento estão no mercado, funcionam, não

introduzem nenhum efeito secundário no sistema. A pessoa tem, utiliza, compara com a biomassa ou com o gás natural, faz o seu negócio. Excelente! O mesmo se diz se eu tiver uma caldeira a biomassa, faço as contas e vejo como é.

Se eu usar a energia fotovoltaica ou a energia eólica para meu autoconsumo, sem entrar na rede, sem entrar no sistema elétrico, encantado!; se eu entrar no sistema elétrico, tenho de saber em que condições e daí surge a questão das *feed-in tariffs*.

Portanto, se me pergunta qual é o principal problema entre os CAE e os CMEC, por um lado, e os FIT, nisso, sou taxativo: são os FIT, devido à potência que foi autorizada. É que se me tivesse dito 1000 MW, 1500, 1800, diria...

Não é por ser colega e amigo do Eng.º António Guterres, meu ilustre colega de ano, não de curso, porque ele era de Eletrotécnica, mas fomos contemporâneos ao longo dos 5 anos, e colaborei com ele em variadíssimas coisas, mas digo-lhe que ele pode ter culpas de muita coisa, porém, quando instituiu o Programa E4, provavelmente foi com boa vontade para ajudar uma energia nascente a dar os primeiros passos.

Foi o que eu disse: posso garantir ao meu neto que vou andar com ele ao colo durante um ano ou dois, mas depois, a partir daí, não posso garantir, porque, senão, daqui a pouco, ele tem 10 ou 12 anos, é da minha altura e parto a coluna. É esse o problema.

O Sr. **Presidente** (Bruno Dias): — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Professor, o Eng.º Sampaio Nunes sustentou aqui, na Comissão, que os CMEC da EDP são ilegais e que, por força disso, devia haver uma devolução de 3000

milhões de euros, já recebidos. Tem algum comentário em relação a esta posição? Concorde com ela?

O Sr. **Presidente** (Bruno Dias): — Sr. Professor, faça favor.

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — O que digo é que ele, salvo erro, fez uma proposta com a qual concordo.

Esta Comissão devia solicitar, porque este assunto foi arrastado várias vezes... Acho que o ser um bom europeu, e sou um europeu bastante convicto, aliás, há muitos anos atravessei o *Checkpoint Charlie*, tinha acabado de fazer o último estágio na Holanda, foi uma imagem que me ficou na cabeça, estive quatro dias na Alemanha Oriental, numa altura em que Portugal não tinha relações com aquele país, fui interpelado às 10 da noite numa rua de Leipzig e vi-me da cor da abelha...

Portanto, sou um grande partidário da intercomunicação entre todos os países europeus, não só na União Europeia, como até fora dela, incluindo a Rússia, e isso faz com que lhe diga aqui uma coisa: na minha opinião, penso que a Comissão Europeia, o Tribunal Europeu deve pronunciar-se sobre se é ilegal ou não, porque, de facto, olhando para...

Bom, este é o problema das declarações políticas: se eu digo que tenho mercado europeu, a nível europeu, que esse mercado é um *level playing*, ou seja, é um mercado onde todos podem funcionar em igualdade, e que não pode haver contratos que subvertam o mercado, havendo dúvidas fundamentadas — e eu julgo que há dúvidas fundamentadas, mas não vou mais longe do que isso — de que os CMEC podem estar fora disso, a certa altura, a Comissão Europeia tem de saber o que é que diz o Tribunal Europeu, para dizer: sim, senhor, aquilo é ou não é, porque é para isso que está feito o edifício jurídico europeu.

Se há dúvidas sobre se a Comissão devia ter intervindo ou não, ou deve intervir, porque diz que é ilegal, o Tribunal é que se pronuncia. Portanto, acho que o apelo para que o processo vá para o Tribunal Europeu faz todo o sentido, porque, de facto, é isso que faz com que a Europa funcione, é isso que dá um aspeto de pré-confederação. Porque se ficamos nós a interpretar que é ilegal... O Eng.º Pedro Sampaio Nunes é um ilustre especialista e trabalhou durante muitos anos com a Comissão Europeia, mas não faz jurisprudência na Europa.

Portanto, a proposta dele, acho-a totalmente correta. O Tribunal Europeu que se pronuncie. Na minha opinião, isso é absolutamente correto.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — O Sr. Professor calculou que a EDP recebeu 510 milhões de euros a mais pelos contratos dos CMEC desde 2007. Acha que os CMEC foram generosos com a EDP?

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — À partida, parece que sim. Mas tenho só uma dúvida: será que eles foram generosos, ou será que a sua aplicação é que foi generosa? Isso aí não percebi! Uma, das duas, é verdadeira.

O que penso, e joga a favor do atual Secretário de Estado, é que isso denota um cuidado muito grande em gerir o processo com grande rigor. Isso é positivo.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Acompanha a ideia de que se deve continuar a cortar nos CMEC?

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Acho que se deve continuar... Vamos lá ver: por mais que se corte nos CMEC, não vamos resolver o problema do *cocktail* explosivo.

Uma coisa é cortar pela aplicação, ou seja, é dizer: vou buscar aqui uma alínea pela qual pode ser 0,3 em vez de 0,4 ou 0,5 e, portanto, vou cortar as unhas o mais rente possível de acordo com a minha interpretação do contrato. É isso, 200%!

Se me perguntar: e rescindir os CMEC? Isso já é uma questão jurídica complicada. É evidente que pode haver sempre uma cláusula de *hardship*. Aliás, devo dizer-lhe que uma vez um responsável do FMI me disse numa reunião em Paris, numa conversa particular, que ele achava que algumas dessas cláusulas de *hardship* deviam ser aplicadas — ele, a título pessoal.

Mas os juristas têm de se pronunciar. Estou de acordo com uma coisa que já foi dita aqui por várias pessoas: antes de se rescindir um contrato tem de se ver muito bem quais são as consequências. Isso é um facto.

Agora, se não se rescindir esse contrato, porque há outras maneiras de se fazer... Em relação à questão que foi referida pelo Sr. Deputado há bocadinho, do célebre imposto extraordinário sobre as energias eólicas, penso que, sob o ponto de vista jurídico-legal, posso gostar ou não, mas a Assembleia é soberana para o fazer.

Se se utiliza uma parte disso, a totalidade ou metade, como penso que era a ideia, para pagar a dívida tarifária, é uma forma de se fazer política. Posso concordar ou não concordar. Há várias coisas dessas com as quais não concordo e acho que poderão ter efeitos perversos e tem de se ver se têm.

Mas, chegado onde chegou, penso, e foi aqui dito pelo Eng.º Mira Amaral, que poderia, eventualmente, ser revisto o prolongamento, a tal história da compensação dos mais seis ou sete anos pelo desconto atual nas tarifas do *feed-in*. Aí, sou taxativo: se se puder fazer, deve fazer-se! Porque tudo o que seja acabar mais cedo as *feed-in tariffs* só é vantajoso para o sistema. As *feed-in tariffs* são uma verdadeira subversão do sistema. Por mais que queiram pintar a manta com água de rosas.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — A criação dos CMEC possibilitou à EDP, digamos, um quadro menos exigente, ou a passagem para um quadro menos exigente, face aos CAE.

Na sua opinião, os CMEC foram mal desenhados desde o início?

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Pois, não sei. Aí remeto para a ERSE. Como disse, não sou um especialista em CMEC. Olho para o sistema de uma forma macro, sei para que serve, sei como funciona, sei a sua lógica, mas também sei que quando se está numa venda de milhares de milhões de KWh, variar um parâmetro 0,1 ou 0,05 dá para dezenas de milhões ou centenas de milhões.

Aí, tem de haver uma análise muito exegética disso. De uma coisa tenho a noção: a ERSE, sob o ponto de vista técnico, tem pessoas de alta qualidade e faz estudos bastante detalhados, até em excesso, às vezes.

Nunca me esqueço que, no tempo do Eng.º Jorge Vasconcelos, recebemos uma proposta de audição e, a certa altura, a minha secretária entrou pelo gabinete espavorida e disse: «já esgotei oito resmas de papel ...» — salvo erro eram 4000 páginas — «... e não consegui imprimir todo o documento» Eu disse: «oh diabo! Tenho de me pronunciar em 15 dias e não sei como vou fazer...!»

Portanto, às vezes, os textos, como os documentos, têm de ser sintetizados para poderem ser lidos pelas pessoas em tempo útil.

O problema aí é uma palavra italiana: *traduttore traditori*. Quem faz a síntese, quem faz o sumário executivo tem de ser de muita confiança técnica, estratégica, económica.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Sr. Professor, o Eng.º Jorge Vasconcelos, nesta Comissão, referiu que o parecer da ERSE foi ignorado pelos governos de Durão Barroso e de Pedro Santana Lopes.

Considera que faz algum sentido terem sido ignorados os avisos do regulador sobre estes sobrecustos dos CMEC da EDP?

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Pois, não lhe sei dizer. Em princípio, ignorados... Pronto, é um parecer...

Com o Eng.º Jorge Vasconcelos, como disse, tive várias reuniões já nessa altura. E depois, sobretudo, em 2005 e 2006, e a minha preocupação foi quando vi a criação do *cocktail* explosivo e era uma análise mais global, mas não vou repetir o que disse nas conversas que tive com ele.

Sob o ponto de vista do rigor técnico dos documentos feitos pela ERSE no tempo do Eng.º Jorge Vasconcelos, tenho uma avaliação muito positiva. Do ponto de vista estratégico, que é o de dizer que o mais importante é isto ou aquilo, aí a minha apreciação já não é tão positiva, porque alguém devia... Não sei se ele o fez, ou não...

A minha dúvida é se houve algum parecer da ERSE. É uma pergunta que faço: houve algum parecer da ERSE em 2004, 2005, 2006, 2007, 2008? Salvo erro, o Eng.º Jorge Vasconcelos demitiu-se em 2008 ou 2009, já não sei dizer. Mas, até esse período, houve algum parecer em que tenha chamado à atenção ou alertado o Governo dizendo que as *feed-in tariffs* estavam a subverter o sistema todo?

É que, Sr. Deputado, é a mesma questão de quando tive de decidir qual era o tema de que ia falar, e que era mais importante, hoje, aqui. Como já percebeu, não tenho dúvidas nenhuma em dizer qual é e estou a dizer-lhe com toda a convicção, mas baseado na tecnologia, nas contas, na aritmética, na matemática. Gosto muito de Matemática e, como já devem ter percebido, também gosto muito de História. Juntando as duas dá a estratégia!

Portanto, o que critico ao Eng.º Jorge Vasconcelos é que se ele não fez um parecer a dizer que isto ia dar raia, então, devia tê-lo feito, porque, tenho

dúvidas de que o regulador, seja a Autoridade da Concorrência, seja a ERSE, seja o Banco de Portugal, deva falar muito em público.

Um regulador tem de ser discreto, mas o ser discreto não quer dizer que não tenha de ser incisivo, como o Sr. Presidente da República, que não é um regulador, mas é quem regula o sistema político. Portanto, tem de ser incisivo.

É claro que o atual Presidente da República é uma personalidade muito especial, que conheço muito bem, desde que ambos fizemos exame de admissão ao liceu Pedro Nunes, que fica a 500 m daqui, em julho de 1959. Imagine aos anos que foi e quão bem conheço o Sr. Presidente da República!

Mas, mesmo assim, digo-lhe: ele regula o sistema dentro da sua lógica.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Em 2004, ainda, a ERSE lançou também um primeiro alerta sobre os CMEC e, depois, em 2005, fez, inclusive, um cálculo sobre os CMEC em que se verificou que estes teriam um impacto de 600 milhões de euros na fatura dos consumidores.

Que comentário lhe oferece fazer o facto de, na altura, os responsáveis governamentais — no caso, estamos a falar do governo de Durão Barroso e, depois, de Pedro Santana Lopes — não terem reagido aos alertas que a ERSE fez?

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Acho que o deviam ter feito. Todas as questões relacionadas com os CAE e com os CMEC exigem um trabalho de grande profundidade. Aí, o meu problema é este: o Governo tem como braço armado a Direção-Geral de Energia e Geologia e quando criou a ERSE pôs nela algumas das maiores competências técnicas.

A dificuldade é depois interpretar os estudos, vê-los e dar-lhes sequência. Acho que o devia ter feito, mas não tenho mais dados sobre isso.

De facto, sobre alguns dos estudos e pareceres técnicos que vi da ERSE, a maior crítica que faziam era sobre a extensão excessiva. Costumamos dizer, quando é análise bibliográfica, que, primeiro, o pior é não termos informação e, segundo, é termos informação a mais e desorganizada, ou não suficientemente organizada. Acho que aí devia ter havido um cuidado grande. Aliás, devia ter havido por aí fora...

De qualquer maneira, o Sr. Eng.º Jorge Vasconcelos falou em 600 milhões de euros dos CMEC, mas eu falo em 25 000 milhões até 2033! Claro que estamos a falar de outro tempo e não sei se os 600 milhões eram por ano. Mas que eles estão lá, estão! Provavelmente podemos estar a chegar à conclusão de que há o que está na lei e há a aplicação. Quando se falou, há bocadinho, na ERSE dizer que a EDP tinha recebido pelos CMEC mais 500 milhões, julgo que foi mesmo com a lei existente. É a mesma lei.

Portanto, o que a atual ERSE fez, a pedido do Sr. Secretário de Estado, foi ser muito rigorosa na interpretação da lei. E isso deve fazer-se, mas não tenho mais dados.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Admite que poderia ter havido possibilidades de se ter alterado os CMEC de forma a não pesarem tanto na fatura?

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Quando? Em que altura?

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Na mesma altura dos estudos, precisamente, em 2004, 2005.

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — O que penso é que onde eles deviam ter sido...

Quando o Governo tomou a decisão, em 2006, de passar os 2000 MW de potência intermitente com *feed-in tariffs* tinha a obrigação ou de renegociar ou de não pôr *feed-in tariffs* e de dar o apoio sob a forma de subsídio ao investimento. Isso é claríssimo! Essa foi, utilizando a palavra de alguém, a catástrofe.

Tudo o que puder ser feito para reduzir o efeito nos consumidores hoje, amanhã, daqui a dois ou três anos, pode e deve ser feito. Considero que os secretários de Estado que estiveram no último Governo e neste, a começar pelo Eng.º Henrique Gomes e a acabar no Dr. Jorge Seguro Sanches, têm feito um trabalho muito mais exigente e cuidadoso em tentar que o sistema não derrape ainda mais.

Mas, que a infraestrutura legal que está criada é explosiva, isso é totalmente verdade! A prova é que, apesar do aumento enorme das tarifas, a dívida tarifária ainda aí está e, de acordo com as melhores expectativas, antes de 2025 não vai desaparecer.

A dívida tarifária é uma tarifa escondida para o futuro! É o que lhe posso dizer!

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Reporto-me agora a um artigo publicado no jornal *Observador*, em junho de 2017, onde vários especialistas teriam descrito o decreto-lei dos CMEC de 2004 como blindado, após a sua aprovação, no final desse ano. Diziam que havia pouca margem para se fazerem alterações.

Concorda com esta leitura feita por esses especialistas?

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Devem ser especialistas jurídicos!

Como leitor, digamos assim, tecnólogo, tenho alguma dúvida em pronunciar-me.

Repito aquilo que disse: se eram, de facto, blindados, o outro dado da equação é que devia ter figurado, dado esse que era não dar as *feed-in tariffs* como se fez. Porque, aí, devia ter havido...

Não posso esquecer que, na primeira vez que falei de intermitência das eólicas, houve um ilustre diretor da EDP que ficou escandalizado comigo e disse que a eólica não era intermitente e que se o fosse não tinha problemas. Fiquei de cabelos em pé, porque ele até era engenheiro. Fiquei de cabelos em pé, não tenho outra expressão! Admito que havia pessoas, nomeadamente políticos que não se aperceberam.

Evidentemente, não vou querer ser corporativo, mas se na hierarquia do Ministério da Economia não estiver um único engenheiro tenho uma situação em que tenho de ter consultores que me informem do que se passa. Quais são os consultores do Ministério da Economia? É a ERSE e a Direção-Geral de Energia e Geologia, nesta matéria. A começar pela ERSE que é quem, à partida, tem acesso a todos os dados, a todos, repito, por lei. Isto porque são eles que fazem as tarifas!

Quando fazem as tarifas têm de dizer: «meu caro amigo, olhe que...» E eles têm mais dados do que toda a gente! Têm obrigação por lei, de ter mais dados do que toda a gente.

Por isso é que lhe digo que o Ministro e o Secretário de Estado não tinham formação em engenharia — é um facto que entre 2005 e 2011 não tinham! —, mas o presidente da ERSE tinha. E era presidente da ERSE! Fez um parecer? Enviou-o ao Governo? Alertou? Não lhe sei responder. Ele já cá esteve, não sei se pode voltar outra vez...

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Sr. Professor, um grupo de cidadãos apresentou uma queixa a Bruxelas, em 2012, contra os CMEC da EDP. O Prof. Clemente Nunes foi signatário dessa queixa?

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Não, não fui. E posso dizer-lhe porque não fui.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — E considera que faz sentido a Comissão Europeia ter rejeitado essa denúncia? Deveria ou não Bruxelas ter atuado nesta matéria?

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Sr. Deputado, primeiro, vou dizer-lhe porque não assinei.

Estavam lá vários amigos meus que assinaram; eu não assinei porque olhei para o texto e, como não sou jurista, nunca gostei de me pronunciar, em termos públicos, sobre questões a que eu não pudesse resistir, tal como a um interrogatório da BBC como referi há pouco.

Quando falo em público imagino um entrevistador da BBC, daqueles muito bem preparados, que fazem as pessoas em picadinho, intelectualmente falando. Portanto, olhei para aquilo, pareceu-me muito bem elaborado, mas disse: «não é a minha especialidade». Até porque, desde 2004/2005, como já lhe expliquei, para mim o problema principal era a junção das *feed-in tariffs* com os CMEC.

Em relação à queixa em si, o que acho é que a resposta da Comissão não me convenceu. Isso posso garantir-lhe. Aliás — penso que isso também já foi tratado por esta Comissão —, houve um primeiro parecer técnico que ia num sentido e, depois, houve um parecer político com uma decisão política que foi noutro sentido.

Como europeu convicto, julgo que se deveria confrontar a Comissão com um recurso ao Tribunal de Justiça da União Europeia para dizer: «meus caros amigos, digam lá...» Isto de termos um mercado único europeu da energia, com determinadas regras muito bonitas no papel, mas que, depois, na prática, não são para aplicar... É como aquela conversa de «isto está ali

no papel, mas não é para levar a sério». Isso não pode ser! Isso é dar razão aos Nigel Farage deste mundo, ou seja, que a burocracia de Bruxelas, depois, quando chega a altura de disparar é frouxa — disparar em termos estratégicos.

Eu diria que dever-se-ia confrontar o Tribunal de Justiça da União Europeia, perguntando: sim ou não? Isto é verdadeiro ou não? E, depois, confrontar a Comissão.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — A queixa foi, de facto, arquivada pela Comissão Europeia.

Qual é a sua opinião sobre o facto de a Comissão Europeia, que na altura era liderada por Durão Barroso, ter arquivado a referida queixa?

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Só posso fazer juízos de opinião genéricos, não tenho mais informações.

É evidente que a Comissão Europeia, numa situação como essa dos CMEC, que é uma questão muito sujeita a questões de subsidiariedade, de um contrato do Governo português com uma empresa portuguesa...

A outra razão pela qual não subscrevi a queixa é que sou um pouco irónico ou cético, ou, se quiser, pouco convicto de que os poderes não interferem com algumas decisões estratégicas desse nível. Dado que, no fundo, era uma história complicada, tive dúvidas sobre isso.

Perante os argumentos que foram dados pela Comissão para arquivar, e que me pareceram muito fracos, considero que um recurso para o Tribunal de Justiça europeu faz todo o sentido. Disso não tenho dúvidas.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Pegando na sua resposta, faz alguma leitura do facto de os CMEC terem sido criados pelo Governo de Durão Barroso e de, na altura, quando arquivaram a queixa, ele ser

Presidente da Comissão Europeia, tendo em consideração essa tal permeabilidade entre o técnico e o político?

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Confesso que não, até porque no Governo, não de Durão Barroso, mas de Santana Lopes, o Secretário de Estado Manuel Lencastre talvez fosse a pessoa mais bem preparada, ou das mais bem preparadas, tecnicamente — depois disso houve outros bem preparados — que encontrei sobre esse assunto. Portanto, não faço nenhuma leitura direta disso.

Até porque os CMEC apareceram para dar resposta a um desejo da Comissão Europeia de fazer um mercado europeu de energia e como isso era um objetivo a longo prazo foi-se por partes. Como já havia a experiência do Nord Pool, nos países escandinavos, o MIBEL era uma maneira de se constituir um mercado e de aumentar a eficiência energética dentro da Península Ibérica.

O que é que subverteu o MIBEL? Tenho de ser muito claro sobre isso. Quando se fizeram os CMEC, o pressuposto era o de que, a partir daí, o resto da nova produção iria a mercado – era o que estava subentendido nos CMEC. Transformámos os CAE em CMEC para que eles fossem, entre aspas, comercializáveis, com alguma figura de construção intelectual e tudo o que viria a seguir seria mercado.

Só que, depois, veio invocar-se o facto de uns – e isto é tudo como George Orwell, em há uns mais iguais – que são verdes, esses, coitados, não podem ir a mercado, esses têm de ter uma *feed-in tariff*, mas esses passaram a ser a maioria, porque, supostamente, se tudo o que tivesse sido instalado em potência em Portugal desde 2004 fosse de mercado, hoje o mercado era 80% e não 15%.

Portanto, quando os CMEC foram feitos, era para funcionarem em mercado em que tudo o resto era mercado, só que a partir daí vieram as *feed-in tariffs*.

Quando lhe vou buscar as *feed-in tariffs* é porque é lá que estão as metástases do cancro que nos afeta. Enquanto ele não for extirpado, estamos todos tramados! É claro que, depois, podemos ter paliativos e arranjos — e devemos ter, tudo o que vier é ótimo.

O que subverteu os CMEC foram as *feed-in tariffs*. Repare: fez-se o mercado ibérico para que o mercado funcionasse nos dois países da Península Ibérica. Estamos a falar de 54 milhões de habitantes, quase o equivalente a Itália, uma potência média europeia média-grande, dá para ter um mercado, dá para que os melhores avancem, dá para que as economias de escala funcionem, mas, a seguir, em Portugal, praticamente tudo o que foi posto em cima tinha *feed-in tariffs*. Quer maior contrassenso? Mas isso não foi culpa do Governo do Sr. Dr. Durão Barroso, com todos os defeitos que possa ter, nem do Governo do Dr. Santana Lopes. Infelizmente, foi de outro, a seguir.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — É, então, de opinião que os CMEC violam as leis comunitárias ou as leis da concorrência?

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Não sei, porque não sou jurista. Por isso, digo: julgo que a proposta do Eng.º Sampaio Nunes, de enviar o assunto para Bruxelas é muito válida.

A minha opinião é a de que a justificação dada pela Comissão Europeia para arquivar os CMEC me pareceu, como leigo da jurisprudência, mas como engenheiro de contratos bastante batido, bastante fraquinha. Como sabe, em relação a essas coisas — resultados de juízes e rabinhos de bebés... — não se conseguem fazer muitas previsões.

Risos.

Perdoe-me o coloquialismo, Sr.^a Presidente.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — O Sr. Professor tem sido uma das vozes mais críticas das rendas da energia, como, aliás, está a sê-lo hoje, aqui.

O antigo *chairman* da EDP, o Dr. Eduardo Catroga, tem dito publicamente que existe um *lobby* contra a EDP. Considera que faz parte desse *lobby*? Fazem algum sentido as críticas do Prof. Eduardo Catroga?

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Conheço bem o Dr. Eduardo Catroga, desde que ambos trabalhámos em empresas de adubos, e tenho pelo Dr. Eduardo Catroga a maior consideração como gestor financeiro — julgo que é um gestor financeiro de primeira qualidade.

Sobre energia — e já lho disse diretamente —, há certas coisas que, por muito brilhante que uma pessoa seja numa determinada área, não chega lá. Não é aos 60 anos, por muito que se estude e por muitos assessores que se tenha... Há certas coisas que precisam de *feeling* experimental e, diria, de cálculos.

Não tenho, em relação à EDP, qualquer tipo de *lobby*. Julgo que a EDP é uma grande empresa portuguesa e desejo-lhe os maiores sucessos. Sobre a forma como a energia é gerida, sobre isso, tenho ideias muito claras. É evidente que o Dr. Eduardo Catroga sabe muito bem o que penso. É evidente que ele trabalha hoje para a EDP — tanto quanto sei, julgo que já não é *chairman*, mas é atualmente membro do conselho geral de supervisão — e, portanto, tem o direito de defender os seus pontos de vista.

Falo porque é minha obrigação, como professor universitário, transmitir as informações numa área em que há, claramente, uma assimetria de conhecimento. Quando, num jornal, se lê que o problema das

intermitências eólicas vai estar resolvido dentro de dois anos, olho para aquilo, fico com os cabelos em pé e pergunto-me: como é que se pode dizer que daqui a dois anos a lua vai ser pintada de verde ou de cor-de-rosa às riscas...? Para isso, tem de se fazer uma análise exegética das inovações tecnológicas em curso, nas suas três fases: na fase laboratorial, na fase de demonstração piloto e, depois, na fase comercial.

Posso-lhe dizer, por exemplo, o seguinte — nisso a Comissão Europeia também esteve envolvida e teve uma posição correta, até certo ponto: duas grandes tecnologias que estão, neste momento, em desenvolvimento e em fases diferentes, e tenho de dizer isto para se perceber o que está por detrás e algumas conversas que tive com algumas dessas pessoas, não necessariamente o Dr. Eduardo Catroga, mas pessoas ligadas à EDP, que conheço e com as quais me dou muito bem.

Por exemplo, a questão do carvão limpo, de que já deve ter ouvido falar, do sequestro de carbono, etc. Estive nesta Assembleia, numa Comissão Eventual de Energia, em 2004 — salvo erro, era presidida por um Deputado do Partido Comunista...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — O Deputado Agostinho Lopes.

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Exatamente! E, na altura, em 2004, estava na programação da REN, que era quem fazia na altura a programação, que a central de Sines iria ser a carvão limpo em 2015.

Vou-lhe contar a história toda. Houve aqui uma audição pública, fui uma das pessoas que a Comissão ouviu, numa sala do edifício ao lado, e, a certa altura, eu ou outra pessoa perguntou ao Eng.º José Penedos, que era o presidente da REN na altura: «vamos ter, em Sines, uma central a carvão limpo em 2015?» Ele respondeu: «sim, é o que está no programa». E eu perguntei: «mas com que tecnologia?» E ele respondeu: «vou pedir à Prof.^a

Graça Carvalho, que representa a Comissão Europeia, para lhe responder.» E a Prof.^a Graça Carvalho levantou-se e respondeu: «de facto, em 2015, prevemos ter uma central protótipo, mas não comercial» E, aí, perguntei à Prof.^a Graça Carvalho, que, como sabe, é minha colega no Técnico: «mas qual é a operação unitária de separação do CO₂ do azoto?» – esta era a questão técnica! E ela respondeu: «nós estamos a usar oxi-combustão». Usar oxi-combustão quer dizer que se separa o azoto do oxigénio antes da combustão. Então, perguntei: «e alguém está a otimizar a separação do oxigénio do azoto?» E ela respondeu: «ninguém!» Eu voltei-me para o Eng.^o José Penedos e para o Deputado Agostinho Lopes e disse: «Srs. Deputados, têm aqui a resposta». Nem em 2015, nem em 2020, nem em 2025. Não está previsto, até hoje, em Portugal, nenhuma central de carvão limpo.

Que houve uma central de demonstração na Noruega que custou 400 milhões de euros — os noruegueses podem pagar, têm dinheiro para isso e para muito mais — e que agora está fechada, isso é verdade!

Vou-lhe dizer mais: segundo os últimos números que vi, já se gastou no programa de fusão nuclear controlada, por todos os países principais do mundo, da OCDE e, sobretudo, da Europa, mais de 5 bilhões de euros. Isso é uma questão decisiva, porque se controlamos a fusão nuclear — no fundo, é ter bombas de hidrogénio controladas —, todo o paradigma elétrico é mudado.

Perguntei a dois ilustres colegas meus, um dos quais Professor do Técnico, o Prof. Fonseca Varandas, quando previam que isso pudesse estar pronto e eles responderam que nunca antes de 35 anos. E eu disse: «pronto, estou descansado!» E daqui a 35 anos estarei, provavelmente, ainda mais descansado. O assunto está resolvido, mas daqui a 35 anos vamos rever a matéria!

Julgo que estas coisas devem ser ditas.

A EDP é uma empresa privada, esta Comissão Parlamentar de Inquérito não é uma entidade privada. Esta Comissão Parlamentar de Inquérito tem de ir buscar as verdades e os conselhos para minimizar um problema terrível que foi criado. Para isso tem de ir buscar todos os meios e, depois, tem de o fazer de uma forma que respeite, tanto quanto possível, o Estado de direito, os equilíbrios e as expectativas criadas, obviamente, tendo em atenção os contratos que estão feitos.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Nesta Comissão já se tem falado muito no poderoso *lobby*, no poder fortíssimo do setor elétrico, do *lobby* dos produtores de energia, particularmente dos produtores de energia eólica.

Na sua opinião existem, em Portugal, *lobbies* organizados pró-EDP, pró-energia elétrica? Já sentiu também, no mercado e nas soluções, o peso desses *lobbies*?

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — É evidente que há uma associação que é a APREN (Associação Portuguesa de Energias Renováveis) que defende a energia eólica e defende todos os produtores de energia eólica. É o papel deles!

Estou a dizer que a APREN é uma associação constituída formalmente, que tem um secretário-geral, que, penso, também vai ser ouvido aqui, e que tem como missão, é para isso que são pagos, suponho eu, defender os interesses dos produtores de energia eólica.

A EDP tem um impacto enorme nos órgãos de opinião pública. Basta o Sr. Deputado, como eu, abrir qualquer jornal de fim de semana ou assistir aos EDP's *alive* e não sei quantos e ao Jazz EDP não sei quê, para ver que eles influenciam mundo cultural, mundo real, o que quiser!

É óbvio que ter dinheiro, ter uns milhões de euros para dar em publicidade dá poder. Isso é óbvio. Não vivemos num mundo de meninos de

coro, não é? Agora, o que lhe posso dizer, enquanto Vice-Presidente do Conselho de Energia da CIP, de que a EDP também faz parte, é que o nosso papel é, evidentemente, chegar às conclusões que possam otimizar todas as situações que estão em cima da mesa com o objetivo de garantir uma base energética competitiva da indústria portuguesa. Isso, sim. É esse o meu papel na CIP.

Mas, como lhe digo, a EDP está lá sentada no Conselho. Portanto, faço parte desse *lobby*.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — O Eng.º Mira Amaral chamou ministro da energia ao Dr. Mexia durante o anterior Governo, durante esse período.

Considera que o presidente da EDP teve poder para influenciar decisões, por exemplo, do anterior primeiro-ministro? Acha também que os cortes nas redes de energia foram demasiado suaves?

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — O Eng.º Mira Amaral dirá as expressões que entender e terá razões, certamente, para isso. Acho que o Dr. António Mexia, como presidente da EDP, defende a sua empresa e o seu lugar de todas as formas que puder, no pressuposto de que são legítimas.

O que lhe digo é que quem assume os órgãos de poder e as entidades que fazem as leis têm de responder por elas. Depois, se invocam que tiveram pressões, são elas que devem dizer — o meu ponto de vista é esse.

Se amanhã houver um ministro que diz que fez isto, que hoje é um disparate, mas que houve alguém que o enganou, ele que diga!

O que digo é que em 2005, 2006, 2007 anunciar 8000 MW de potência eólica com *feed-in tariffs* mais 2000 MW de potência fotovoltaica com *feed-in tariffs* é um absurdo, para ser diplomático.

Isto não tem a ver com ser contra a energia eólica ou fotovoltaica, quer dizer que isso só por si subvertia todo o sistema. Agora, por que é que isso foi feito... Quer dizer, de facto, reconheço que no Ministério da Economia não havia engenheiros, mas na ERSE havia.

Portanto, um decisor político, como qualquer decisor, como qualquer Deputado, não tem de ser onisciente em todos os assuntos. Deve fazê-lo, como penso que está a fazer, e bem, esta Comissão, indo chamar as pessoas, ouvindo-as, tomando nota, reúne os dados, compõe o caleidoscópico e o *puzzle* e tira as suas conclusões.

Penso que o relator, do que vi nos jornais, é o Deputado Jorge Costa. Não lhe invejo a sorte, porque vai ter de juntar muitos dados e vai ter de passar umas noites, não digo em claro, mas de intenso estudo.

Mas o que posso dizer é que, em termos da realidade e de se falar de empresas muito poderosas, isso aumenta a responsabilidade de quem toma as decisões. Isso é indiscutível!

Como lhe disse já fui diretor-geral também e lidava com as universidades, que são entidades públicas, umas, outras, privadas, e, pronto, a pessoa quando exerce um cargo público tem, basicamente, duas ferramentas: a esferográfica e o demitir-se. Acho eu!

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — O anterior Governo anunciou cortes de 4000 milhões de euros na área da energia. Feito o saldo verificou-se que ficamos muito abaixo deste valor. Podia ter-se ido mais além nesses cortes ou não?

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Como consumidor diria que era desejável que se fosse.

Vamos ver: o atual Governo, em relação aos cortes de energia dos esquemas que estavam a funcionar, não foi mais longe do que o anterior. O

anterior governo fez uma coisa que, acho, não devia ter feito, que foi, de facto, prolongar as FIT por uma compensação que teve em conta as tarifas, mas não com a subversão do sistema elétrico que elas acarretam, e esse é que é o problema.

Foi uma análise estática e não uma análise estratégico-dinâmica, mas, no resto, o que o anterior governo foi travar, como sabe, as orientações que vinham do governo de José Sócrates para instalar 8000 MW de potência eólica. Ficámos nos 5500 MW e, depois, houve mais um ou outro parque eólico feito.

Acho que, de facto, se devia ter ido mais longe. E, inclusivamente, acho estranha a questão de as eólicas terem sido isentas de pagar a contribuição especial para a energia e de se ter aplicado essa contribuição às refinarias. Acho estranho, acho que não está equilibrado. A razão que é dada é a de se estar com a energia verde de um lado e com hidrocarbonetos do outro.

Sobre isso tenho as maiores dúvidas. Como se pode ver, isso da energia verde tem muito que se lhe diga. A reciclagem de baterias e outras coisas tem muitíssimo que se lhe diga. O *life cycle assessment* é muito longo e, portanto, aí, tenho muitas dúvidas.

De qualquer modo, estamos perante uma situação de emergência e isso acho que o anterior governo e este poderiam ponderar. No meu texto, remeti para os diplomas espanhóis, nomeadamente do Supremo Tribunal e tudo, tendo referido que nem o Governo atual nem o anterior quiseram ir para uma solução à espanhola. Aliás, a solução à espanhola, já, como pode ver, não era as *feed-in tariffs*, no fundo eram regimes garantidos às PRE e isso faz toda a diferença sob o ponto de vista do funcionamento.

Preços garantidos, sem *feed-in tariffs*, quando vendem, estando sujeitos à venda ou tendo um *plafond* mínimo, já têm um efeito completamente diferente, porque já não distorcem o mercado à partida.

Aí diria que, de facto, para resolver este problema brutal que foi criado, não nos podemos iludir, tem de se ir um pedaço mais longe. Inclusivamente a questão da abertura da fronteira dos Pirenéus, repito, é um passo muito importante, é uma condição necessária para racionalizar o sistema europeu, porque vai permitir provavelmente, em certas horas, que a Europa possa comprar muito mais barato e nós possamos comprar mais barata a eletricidade no centro da Europa, mas não vai resolver o problema das *feed-in tariffs*. Não vai resolvê-lo completamente! Não lhe sei dar uma percentagem, mas se for 10% ou 15%, já não é mau.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Em 2014, o então Ministro da Energia, Jorge Moreira da Silva, declarou que já não existiam rendas excessivas no setor elétrico e que o trabalho em relação às rendas do setor estava concluído.

Pedia-lhe uma opinião, face a estas declarações do Eng.º Jorge Moreira da Silva.

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Se o Eng.º Jorge Moreira da Silva falava em relação a contratos de CMEC e outras questões...

O termo «rendas excessivas» tem sido muito usado, por isso, a minha oposição a que seja usado só aí... Aliás, vi, curiosamente, que a resolução da Assembleia da República foi bastante cuidadosa ao referir-se a outras formas que garantam rendimentos ou vantagens.

Portanto, se vamos considerar o sistema global do sistema elétrico, tal como referi, incluindo a junção do *cocktail* explosivo entre *feed-in tariffs* e os CMEC é evidente que, nesse sentido, o Eng.º Moreira da Silva não tinha razão nenhuma em dizer que tinham sido eliminadas.

Se vamos analisar, em termos daquilo que eu considerava ser uma gestão parcimoniosa dos contratos, eu diria que, de qualquer maneira, era

uma posição modesta. Acho que se podia e devia ter ido mais longe. E hoje continuo a defender que o *cocktail* explosivo que foi criado, que estava em vigor durante o tempo do Eng.º Moreira da Silva, que, no seu Governo, juntou o Ministério do Ambiente com a Secretaria de Estado da Energia – o que acho que não é correto, porque, acho, o Ministério do Ambiente não deve ter responsabilidades num setor económico concorrencial, deve ser uma espécie de consciência vigilante, com todos os dados técnicos que isso tem, assim como acho que hoje o Ministério do Ambiente também não devia ter as questões do transporte, porque mistura as duas coisas. É a tal questão de ser árbitro e jogador ao mesmo tempo.

Portanto, acho que isto pode ter distorcido alguma das avaliações. É o que lhe posso dizer, Sr. Deputado. Infelizmente, se a pergunta é sobre se o assunto estava resolvido, não estava. Se ele achava que com os contratos tal qual os tinha herdado não podia ir mais longe, é a opinião dele. Acho que, eventualmente, podia ter-se sido mais rigoroso. Depois, há sempre outra coisa que se podia fazer, há o efeito secundário, que é a questão da tal tributação extraordinária.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Ainda recordando, digamos, afirmações e textos, o Tribunal de Contas disse, em 2015, que o Governo do então primeiro-ministro, Passos Coelho, não tomou medidas legislativas para acautelar o interesse nacional e do Estado português nas privatizações da EDP e da REN.

O Sr. Professor concorda com esta posição do Tribunal de Contas? É verdade que os interesses nacionais e os do Estado português não foram salvaguardados nestas privatizações?

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Aí já não tenho uma opinião formal sobre isso. Com certeza, o Tribunal de Contas, se o fez, estudou o assunto com pormenor.

A privatização da REN, que é uma rede de distribuição, tem cumprido a sua missão razoavelmente, sobre a EDP... A privatização de uma EDP e de uma REN exigem um Estado regulador bastante forte. Isso é indiscutível. Como já referi, são empresas poderosas e, portanto, têm de ter reguladores bastante fortes e muito competentes, que tenham coragem para tomar decisões junto dos governos e, quando for caso disso, junto da opinião pública, do Presidente da República e da Assembleia da República.

Aliás, julgo que o regulador, não sei exatamente qual é o procedimento, o Presidente da ERSE, deverá vir cá periodicamente apresentar relatórios e fazer análises. Isso tem de ser visto e analisado.

Quanto à sua pergunta, não lhe sei dizer. São matérias, de facto, sensíveis, são empresas sensíveis que exigem uma atenção bastante cuidada. A vantagem da privatização é fazer com que a sua gestão seja muito mais descentralizada, muito mais eficiente e desburocratizada. O cuidado que é preciso ter é que o poder económico que elas geram não interfira na decisão do poder político. Isso é um cuidado muito relevante.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Sobre rendas e acordos com os produtores eólicos, em 2013, o governo anterior assinou um contrato, um acordo com os produtores eólicos para uma redução de 150 milhões de euros nas rendas das renováveis.

No entanto, este acordo implicou um pagamento de uma tarifa garantida por mais anos a estes produtores. Aliás, por contas já feitas e vindas a público, nomeadamente referenciadas pelo Eng.º Mira Amaral, os produtores vão receber mais 1000 milhões de euros em rendas com esta decisão.

Qual é a sua apreciação crítica sobre isto quando se cortam 150 milhões e se permite uma extensão para pagar mais 1000 milhões?

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Pois, eu, à partida, sou crítico desse acordo porque, e logo à partida, prolonga as *feed-in tariffs*. Esse é o aspeto negativo.

Mas, repito: tenho de ter algum cuidado, mas esta questão dos efeitos perversos das *feed-in tariffs* não era da consciência da maior parte dos decisores políticos. Não quero ser incorreto com nenhum decisor político, mas acho que, muitas vezes, ouvi, e disse-o na minha apresentação, equipararem as *feed-in tariffs* a um subsídio. As *feed-in tariffs* são muito mais perigosas e muito mais subversivas que um subsídio, pela própria natureza da eletricidade.

É que se fosse outro produto, a coisa ainda era gerível, porque se eu disser que subsidio leite e vou beneficiar um produtor em detrimento de outro, o primeiro a ficar prejudicado pode pô-lo em armazém. Já um produtor elétrico, não pode pôr em armazém, perdeu a oportunidade, ardeu.

Este caráter único das *feed-in tariffs* e do que é a eletricidade julgo que não foi tido em conta pelo anterior governo, quando fez essa troca. É que, de acordo com algumas contas, se fosse apenas nos pressupostos que estavam criados, admitindo que o preço do petróleo é tanto e o do gás natural é tanto, em 2025, com todas as limitações que estas coisas têm, aquilo equiparava um com o outro, e eu diria o que sempre disse, e disse-o a algumas das pessoas envolvidas: isto não me convence! Disse-o a eles, como digo ao Sr. Deputado: isto não me convence!

É que, já nessa altura, como tive oportunidade de dizer, o problema, o drama começou com o facto de as *feed-in tariffs* terem passado a marca dos 1800 MW e de muita gente ter procurado dizer que isso não era nenhum

drama e ter legislado como se aquilo não fosse nenhum drama e não ter percebido que, existindo os CMEC e os CAE antes, eles colidiam de frente.

Repare, Sr. Deputado: quando eu ponho um CMEC em Sines, para ele estar a funcionar 8000 horas por ano, que era o que estava na cabeça em 2004, e depois lhe ponho em cima 5500 MW de potência eólica, eu estou a subverter a central de Sines, em todos os seus pressupostos.

Como o Sr. Deputado sabe, quando se faz um orçamento, diz-se que o pressuposto do preço do petróleo para o ano é este, do dólar é aquele, o euro não sei que mais, etc. Ora, se isto está tudo errado...! E isto estava tudo errado! Não quero parecer demasiado catedrático ou qualquer outra coisa, mas isto estava tudo errado.

A partir do momento em que se concederam as *feed-in tariffs* àquele nível, e existindo os CAE e os CMEC, então, é o estoiro! Daí eu ter usado a palavra «explosivo», à qual o ilustre Deputado Hélder Amaral prefere o «monstro». Para mim, é explosivo, porque criou-se ali uma coisa que as pessoas não perceberam... Bom, para já, *feed-in tariffs* é uma palavra inglesa, é uma coisa engraçada, um FIT... Agora, quando a pessoa diz: «espere lá, mas com o *feed-in tariffs*, eu produzi e recebi?» Sim! «E passo à frente de todos os outros?» Sim! «Mesmo que sejam...»

Repare, neste momento, posso estar a trocar 385 €, que estou a pagar a uma fotovoltaica e que aparece na conta nos CIEG, por 40 € ou 50 €, em Sines. É o que a lei diz.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Sr. Professor, vou fazer só mais duas perguntas finais e em conjunto.

Uma delas tem a ver com uma questão que suscitou hoje aqui e para a qual chamou a atenção um conjunto de vezes como sendo uma oportunidade, e também acho que é uma oportunidade, que é a Cimeira que se vai realizar.

E também já se discutiu muito hoje aqui o custo das infraestruturas, nomeadamente, e como é que ele, depois, se repercute no consumidor.

Todos sabemos que, para tirar a Península Ibérica do isolamento que tem a nível da questão energética, será necessário um conjunto de infraestruturas que terá um custo significativo. A minha pergunta é se também não o preocupa o impacto que possa vir a decorrer daí, para uma solução que nos permita, depois, entrar nesse mercado com uma outra capacidade em relação à questão produtiva.

Uma última questão, esta já mais conceptual, é esta: considerando que não encontramos ainda uma solução equilibrada, conforme tem defendido aqui, para as energias renováveis, pelo menos acima de uma certa e determinada medida, como a solução do carvão limpo é uma miragem, como também já aqui acabou de dizer, e como temos um conjunto de compromissos a nível europeu e a nível mundial, nomeadamente com a questão dos níveis de CO₂, como é que, na sua reflexão, coloca todos estes fatores, na perspetiva de termos uma energia a um custo sustentável para os consumidores? Quais são as suas soluções, concretamente, para esta questão?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Professor, para concluirmos a primeira ronda, tem a palavra, para responder.

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado, em relação à questão dos custos da interligação e da Cimeira, está previsto que, na sexta-feira da próxima semana, dia 27, vá estar, em Lisboa, o Presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker e ele traz um cheque de 575 milhões de euros do plano Juncker para esta infraestrutura.

O preço que ouvi referido para todo este custo era de 1000 milhões de euros, pelo que ainda faltam 425 milhões de euros. Se for para 5000 MW,

fazendo umas contas rápidas, a percentagem que isto dá no KWh é de 1 cêntimo ou 2 cêntimos. Portanto, por esse preço, o ganho que vou ter com a abertura de mercados é muito maior. É evidente que aqui ainda há um outro fator, que o de saber quanto é que paga Espanha, quanto é que paga França e quanto é que paga Portugal.

Admitindo que é em Lisboa e que o Presidente Macron é um cavalheiro — ainda por cima agora que é campeão do mundo em futebol — e estando cá o Presidente Juncker, acho que há aqui uma margem de manobra para o Governo português poder fazer um brilharete. Aliás, o Presidente Macron, ao fazer a Cimeira em Lisboa, está preparado para dar um brilharete ao Primeiro-Ministro, António Costa, pois, já que é em Lisboa, certamente vai ser muito bem recebido. Ainda ontem, recebi um convite para ir à Gulbenkian para participar numa sessão na parte da manhã, julgo que a Cimeira vai ser da parte da tarde, e que vai haver uma sessão organizada pela Câmara do Comércio e Indústria Luso-Francesa. Portanto, aí, diria que tem bastantes vantagens.

No caso português, as *feed-in tariffs* limitam bastante estas vantagens nos próximos anos. Se fosse possível, em média, os tais 4000 MW que foram renegociados, o que, no fundo, foi basicamente reduzir as taxas no período de vigência do contrato e prolongar as FIT, que foi isso que se fez, eu, por mim, acho que valia a pena reduzir as FIT, até porque, agora, com a abertura dos Pirenéus, há outra vantagem e, não havendo FIT, depois eles vão ao mercado. Vão as eólicas como vão as outras todas e no momento em que estiverem, têm de se ajustar ao preço que estiver — e aquelas plataformas são difíceis de gerir, porque tem de ser praticamente à fração de segundo, mas, enfim, há plataformas informáticas para isso.

Em relação à questão das renováveis e à questão dos compromissos europeus, do Acordo de Paris, etc., nós temos uma taxa de penetração das

renováveis das maiores da Europa, para não dizer que estamos nos três primeiros lugares. Portanto, o nosso principal problema é económico.

Ora, os três parâmetros da energia, como o Sr. Deputado sabe, são a dependência externa, o custo e o ambiente. Portanto, fazendo o conjunto, eu diria: mantendo o que está das eólicas e das fotovoltaicas, e acabando com os benefícios que têm no sistema, a questão que temos é com a biomassa, porque, de facto, aí, o Sr. Secretário de Estado da Energia tem sido sensível e julgo que, para o ano, a conferência europeia sobre biomassa vai ser em Lisboa, a convite dele, que esteve na última que, salvo erro, foi em Copenhaga.

Portanto, acho que essa questão é muito importante, porque isso ajuda a resolver o problema da biomassa excessiva pois, infelizmente, temos um problema muito complicado no interior, já que esta se acumula. Como, infelizmente, grande parte das culturas de montanha do interior norte e centro, em termos económicos, entraram em colapso, pois, ou há alguma floresta de qualquer tipo ou, então, há mato grosso. E isso aí, por mais programas da floresta que haja, tem de se consumir esses valores — aliás, mesmo na região de Lisboa, temos problemas de gestão da biomassa, porque, como sabe, só temos aqui uma central da Valorsul. E também em toda a região oeste, que vai até Mafra, incluindo todo o parque de Sintra, não há sítio onde queimar utilmente essa energia.

Portanto, a minha solução era fomentar, tanto quanto possível, as biomassas. Sobre a questão das novas tecnologias, a minha proposta é estar o mais atento possível. Os cenários que tenho, neste momento, em termos das tecnologias, são estes, mas tenho de estar disponível para ver se as tecnologias evoluem — e isso é válido para tudo, como, por exemplo, nos carros eléctricos, as baterias, etc.

Agora, para tomar decisões para me comprometer com dinheiro, tenho de ter a certeza de que aquilo funciona mesmo. E aqui, já estamos na questão

de a central de Sines ser a carvão limpo. Ora, para pôr lá no programa, tenho de ter a certeza de que aquilo funciona e tenho de fazer um chamado «planeamento deslizante» para ter a certeza de que os testes vão resultar, que é o que se está a fazer hoje, por exemplo, na questão das centrais nucleares de fusão.

Os governos estão a seguir todos os processos tecnológicos para ver os avanços que estão a ser dados com a fusão — o famoso projeto Thor, na fronteira entre a Suíça e a França —, para ver se aquilo vai evoluir e se o cenário é de 20, 25, 30 ou 40 anos e como estão a evoluir os vários testes. E para, depois, decidir em função disto.

É que, por exemplo, tivemos revoluções brutais: os Estados Unidos da América, pela primeira vez, desde 1953, vão ser, este ano, autossuficientes em energia, no conjunto. Vão exportar gás natural, vão exportar carvão, vão exportar biomassa e vão importar petróleo — eles continuam a ser importadores de petróleo, são o maior produtor, mas são importadores.

Portanto, são alterações significativas no mercado, o que teve a ver com o tal *shale oil*, *shale gas* e com o *tight oil* e outras questões, são alterações significativas. E nós temos de estar atentos.

Portanto, dentro desse quadro, temos de ir a todas as fontes de energia, incluindo carvão e o petróleo, razão pela qual sou a favor das explorações de petróleo que sejam ambientalmente bem feitas, porque são alternativas económicas fundamentais.

Posso citar aqui o caso do Canadá, que é o principal subscritor, com o atual Primeiro-Ministro Justin Trudeau, mas, apesar disso, há uma semana, tomou conta do *pipeline* de Alberta, o que leva a decuplicar o transporte de gás natural do estado de Alberta até ao porto de Vancouver. Portanto, joga em todos os carrinhos — e é o Canadá, que é um país rico.

A Sr.^a **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Professor, pelos esclarecimentos que prestou nesta primeira ronda a todos os Srs. Deputados.

Finda a primeira ronda, pergunto ao Sr. Deputado Jorge Costa se pretende usar os 5 minutos da segunda ronda.

O Sr. **Jorge Costa** (BE): — Sr.^a Presidente, peço desculpa a todos os membros da Comissão e, em particular, ao Sr. Prof. Clemente Pedro Nunes, mas vou ter de me ausentar agora porque vou ter de participar na audição ao ex-Ministro Manuel Pinho que vai ser ouvido hoje na Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas, audição essa que começa dentro de poucos minutos.

Assim sendo, não poderei usar a segunda ronda.

A Sr.^a **Presidente**: — Seria agora a vez do Grupo Parlamentar do CDS-PP, mas, uma vez que o Sr. Deputado Hélder Amaral não se encontra neste momento na sala, dou a palavra ao Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

Sr. Prof. Clemente Pedro Nunes, também da parte do PCP existe este constrangimento de agenda que, eventualmente, poderá não me permitir ficar até ao final desta nossa reunião, precisamente porque, entretanto, se inicia, às 15 horas, a reunião da Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas.

Em todo o caso, no pouco tempo de que ainda dispomos, há, apesar de tudo, algumas questões muito concretas que gostaríamos de colocar para algum esclarecimento adicional em relação ao que o Sr. Professor tem partilhado aqui com a Comissão de Inquérito.

Começo por dois aspetos muito objetivos da apresentação que nos trouxe. Um deles — e já referiu nas suas respostas, mais do que uma vez, esta questão — tem a ver com aquilo que definiu como «limite do desastre»,

que são os 1800 MW, em termos de potência. Falou da questão da potência nas horas de vazio, em aproximadamente 2900 MW; falou daquilo que estava instalado em 2004, em termos de total de FIT, que eram os 1200 MW, que consideraria como razoavelmente comportável pelo sistema elétrico nacional.

Entretanto, pedia-lhe só um esclarecimento sobre como se chega a este valor de 1800 MW como o que seria aceitável, apesar de tudo, dentro do limite em relação ao que refere.

A segunda questão – e vou colocar as quatro questões de seguida – tem a ver com a solução à espanhola. Não aprofundando muito essa matéria, aquilo que é excluído como solução à espanhola — e isto tem a ver com o final dos CTC (Costes de Transición a la Competencia) e com o processo contencioso que, a partir daí, se desenvolveu... E nós temos em nosso poder, aqui na Comissão de Inquérito, as sentenças do Tribunal Supremo do Estado espanhol em relação ao processo que foi oposto ao Governo do Estado espanhol durante vários casos destes, e a questão que decorre daquela informação que nos é transmitida é que o Tribunal Supremo deu razão ao Estado espanhol para romper com contratos com empresas.

Portanto, o que é que podemos concluir ou interpretar face àqueles que agora dizem que tribunais arbitrais internacionais estão a condenar o Estado espanhol apesar das indemnizações? Em que termos é que esta realidade se pode analisar?

As duas últimas questões têm a ver ainda com o contexto das interligações — e volto a este ponto porque é um aspeto central daquilo que o Sr. Professor propõe, do ponto de vista de análise, como saída deste *cocktail* explosivo, digamos —, com o reforço das interligações para 9000 MW.

Ora, temos conhecimento de que as nossas exportações de eletricidade, incluindo de fonte renovável, têm vindo a aumentar desde 2008

e isso não significou, necessariamente, que os consumidores portugueses tenham estado a pagar uma tarifa mais baixa. Aliás, gostaria de perguntar-lhe se, face ao que há pouco mencionou, de exportações a preço próximo do zero, face à realidade da produção em França, com um pilar fortíssimo de produção de energia nuclear a um preço muito baixo também, desde o princípio, o que é que pode levar-nos a considerar e a ficar convictos de que os franceses vão querer a nossa energia eólica quando têm a energia àquele preço? Em que medida é que importar a energia que França tiver para vender, nas horas de ponta, pode significar preços mais baixos nessa matéria?

Mesmo para terminar, Sr.^a Presidente, quero colocar uma questão sobre o preço da energia e os impactos para a economia e para as empresas, questão esta que é central para o PCP e sobre a qual tantas vezes temos ficado, na Assembleia da República, a falar sozinhos.

A questão é a seguinte: institucionalmente, quer na APIGCEE, de que o senhor foi Presidente durante aquele período, tendo tido interações não só com o Presidente da ERSE, como também no quadro do Conselho Tarifário, das quais já nos deu nota, da sua intervenção e para o que na altura alertou, o que se nota, Sr. Professor, é que, do ponto de vista dos que representam estas empresas, fala-se tanto no impacto dos salários e do salário mínimo, e tão pouco do custo da energia para as empresas. E somos nós, Partido Comunista Português, que, tantas vezes, levantámos, nos debates sobre política económica, a questão do impacto para as empresas e, em particular, para as PME.

O Sr. Professor há pouco mencionava que 90% das empresas estão na baixa tensão normal e baixa tensão especial, BTN e BTE

Nesse contexto, como é que se vê a pouca veemência, para ser simpático, com umas estruturas que, ainda por cima, contaram e contam com o seu contributo e a sua reflexão — estou a falar da CIP — relativamente a

esta matéria que é, de facto, tão crucial para a economia e as empresas do nosso País?

A Sr.^a **Presidente**: — Passo a palavra ao Sr. Deputado António Topa, do Grupo Parlamentar do PSD.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **António Topa** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr. Professor, na sua apresentação refere os efeitos devastadores da aplicação das FIT de origem eólica ou fotovoltaica intermitentes. Exclui as FIT dos produtores de energia em regime de cogeração mini-hídricas e biomassa?

Há pouco, na sequência de uma intervenção de um Deputado de outro partido, apareceu esta questão. O Sr. Professor tem conhecimento dos cortes que foram feitos nas rendas por este Governo? Se tem, poderia referi-los?

Por outro lado, também gostaria de lhe colocar outra questão: tem conhecimento que o governo anterior cortou cerca de 4000 milhões de euros em rendas? E que, essencialmente, que a queda do défice tarifário tem a ver com esses cortes que foram efetuados?

O Eng.^o Mira Amaral, na sua audição, perante esta Comissão, referiu que os valores da taxa nominal das centrais da Turbogás e da Tejo Energia seriam próximos dos 8% e que esses eram valores muito próximos dos apresentados como adequados no relatório sobre as rendas excessivas, que referia que esse valor era de 7,92%. Entretanto, o mesmo relatório indica que as taxas efetivamente contratadas para essas centrais rondariam os 13%.

Do conhecimento que tem dos CAE em questão, tem ideia de que valores serão mais próximos da verdade, os sugeridos pelo Eng.^o Mira Amaral, ou os apresentados pelo referido estudo que defende o valor de 13%?

Gostaria também de lhe colocar outra questão, que é a seguinte: relativamente à muito falada concessão do domínio público hídrico, fala-se que o valor desta concessão foi acordado entre o governo, através do ministro da altura, e a EDP, sem concurso público, envolvendo o valor de cerca de 800 milhões de euros.

Entretanto, a REN, na altura, e a ERSE defendiam que esse valor seria à volta de 1600 milhões de euros. O Ministério Público, num relatório elaborado, refere que esse valor seria também à volta de 1600 milhões de euros.

Primeira questão: o Sr. Professor entende que essa concessão deveria ter sido objeto de concurso público? Tendo conhecimento destas situações e sendo um especialista na matéria, qual o valor que defende: o valor próximo dos 1600 milhões de euros ou o dos 800 milhões de euros?

Essencialmente, ficaria por aqui.

A Sr.^a **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Deputado Fernando Anastácio, do Partido Socialista.

Queira ter a gentileza, Sr. Deputado.

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Sr. Professor, o Sr. Engenheiro subscreveu, em 2010, um manifesto para uma nova política energética e neste manifesto considerava-se que a eólica e a solar só sobreviveriam se tivessem direito a fortes subsídios. Acho que este era um dos pontos focados no referido manifesto.

O atual Governo tem autorizado centrais solares, por exemplo, sem subsídios, portanto, provando, pelo menos de acordo com as autorizações, que as renováveis conseguem operar sem incentivos.

A pergunta que lhe queria deixar é se, na sua perspetiva, este é o caminho certo, ou seja, o da promoção de renováveis sem direito a qualquer subsidiação.

Ainda noutro plano, queria colocar-lhe outra questão, que tem a ver com um estudo da Cambridge Economics Policy Associates (CEPA) a respeito dos CMEC e das taxas de rentabilidade, onde eles asseguram uma taxa de rentabilidade em PRE de 14,2%, face aos 7,5% que deveriam assegurar.

A minha pergunta é como é que analisa este impacto de 7 pontos percentuais relativamente aos contratos da EDP e que comentário se lhe oferece fazer face a esta discrepância.

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — está a falar em PRE?

O Sr. **Fernando Anastácio** (PS): — Sim.

Uma outra questão, a respeito da redução dos CIEG, que tem sido uma constante desde 2015 e, segundo a informação de que disponho, situar-se-á hoje a níveis semelhantes aos de 2008. Pergunto-lhe se considera que a redução dos CIEG e da dívida tarifária deverão ser objetivos prioritários no setor da energia.

Uma última questão que tem, ainda, a ver com as fontes de energia: falou-se hoje, aqui, muito sobre o sobrecusto das renováveis, particularmente sobre o modelo em que elas estão concebidas no mercado da energia português, e eu não podia, obviamente, também deixar de fazer a referência de que houve a opção, independentemente da questão financeira, do encerramento de centrais bastante poluentes — Setúbal, Carregado, Barreiro, Tunes — que também recebiam tarifas garantidas, independentemente de produzirem ou não.

Portanto, a minha pergunta é esta: se existem tarifas garantidas na produção de eletricidade, não faz mais sentido fechar centrais bastante poluentes para promover centrais de energia limpa? Qual é a sua reflexão sobre esta questão?

Um último aspeto, para finalizar, ainda sobre as fontes de energia. Tendo em consideração, concretamente, a abertura do mercado, de que hoje ainda não se falou aqui, vai colocar-nos perante a evidência de podermos consumir energia vinda de França.

A França tem uma opção pelo nuclear bastante significativa, como conhece. Qual é a sua reflexão sobre a opção nuclear, neste quadro concreto, uma vez que tanto em França como em Espanha já temos opções nucleares? Na sua perspetiva, o nuclear é também uma solução para a problemática da energia numa perspetiva global?

A Sr.^a **Presidente**: — Pergunto às Sr.^{as} e aos Srs. Deputados se mais alguém deseja ainda intervir nesta audição.

Pausa.

Não havendo inscrições deduzo que não haverá uma terceira ronda.

Para finalizar esta audição, passo a palavra ao Sr. Prof. Clemente Pedro Nunes para responder às questões que lhe foram colocadas.

Faça a gentileza, Sr. Professor.

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Obrigada, Sr.^a Presidente. Antigamente, costumava dizer-se que as reuniões, quando começavam às 10 horas e 30 minutos, pelo menos às 13 horas e 30 minutos terminavam, mas agora, ou porque o assunto foi interessante, ou porque não me expliquei bem, ainda cá estamos... Mas vamos a tempo de lanchar, penso eu.

Risos.

Bem, de qualquer forma, tenho muito gosto em responder. Tenho aqui um rol de perguntas bastante extenso, ainda vou demorar um bocadinho — a Sr.^a Presidente desculpar-me-á, por isso é que falei no lanche, não foi a pedir bolachas!...

A Sr.^a **Presidente**: — Não, não, estamos todos a pensar em ir para a Comissão de Economia.

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Mas terminarei quando a Sr.^a Presidente entender.

A Sr.^a **Presidente**: — Esteja à vontade.

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Sr. Deputado Bruno Dias, eu tomei aqui nota sobre a questão dos 1700 MW ou 1800 MW de potência.

Para simplificar, porque claro que o estudo é bastante mais completo, em alguns dos documentos que enviei penso que havia alguns estudos sobre isso, mas, como calcula, eu tinha cerca de 30 elementos para enviar e, salvo erro, enviei 10 ou 12 até para não sobrecarregar os Srs. Deputados.

Basicamente, tem a ver com o seguinte: tem de se ter em consideração as *feed-in tariffs* das potências não-intermitentes, ou menos intermitentes, por exemplo, a biomassa e a questão das hidroelétricas de fio de água e, depois, há um elemento fundamental, que é assegurar que, pelo menos, uma das centrais a carvão, ou das centrais de *base line*, possa funcionar.

Portanto, se considerar que tem 1400 MW — isto simplificando muito, para que o *cocktail* explosivo não apareça do outro lado, porque se o Sr. Deputado vai meter as *feed-in tariffs* a uma quantidade tal que vai obrigar a parar sistematicamente... Aliás, posso dizer-lhe que a central da Lezíria num ano chegou a parar 120 vezes, com o que isso significa em termos de desgaste do material, que é brutal, em termos de desperdício energético, que é brutal, porque a instabilidade num período de arranque e de paragem, como sabe, é como andar em 1.^a num automóvel, é uma ineficiência enorme.

Portanto, se tirar 1400 MW a 3800 MW mais 200 MW ou 300 MW, mais o problema do equilíbrio de rede, no mínimo está nos 1800 MW, 1900 MW. A partir daí, para meter mais *feed-in tariffs*, vai ter de ter centrais que só lá estão no pára-arranca e, ainda por cima, como elas tinham os CAE e os CMEC, quem paga é o consumidor final.

Não se esqueça disto, Sr. Deputado, se não tivesse CAE e CMEC, quando foram anunciadas *feed-in tariffs* a 3000 ou a 4000, os indivíduos que tinham as centrais de Sines ou do Pego ou da Turbogás teriam dito: «Espere lá! Então, e eu?! O senhor vai pôr uma lei que me rouba o cliente...!» Eles não o disseram, porque disseram: «Espere lá, ó amigo! Você, em última análise, tem aqui a renda garantida». Se é excessiva ou não...

O que fiz o possível para explicar é que o termo «renda excessiva» não é o mais adequado...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Mas existe!

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Existe, com certeza, e há muitos custos e foram feitas perguntas, o problema é a génese do sistema. É o conjunto, é juntar tudo, o *cocktail*. É como os jovens, às vezes, não é beber cerveja nem beber vodca; é beber de tudo e, depois, misturar. Aí é que entra no esquema.

Sobre a questão da solução à espanhola e do que sei acerca da situação, como o Sr. Deputado compreenderá, sei o suficiente da prática empresarial para saber que quando se entra no Direito Internacional Privado, depois, o esquema é complexíssimo.

Portanto, neste momento, a posição do governo espanhol é dizer que, de acordo com a lei europeia... Como uma das arbitragens foi feita em Estocolmo e Estocolmo já se comprometeu, agora ao contrário dos ingleses que, como sabe, na questão jurisdicional tiveram sempre um pé dentro e outro fora, os suecos que, como sabe também, estão historicamente muito ligados aos ingleses, aí meterem-se na jurisprudência europeia e a Espanha invocou que a jurisprudência europeia não aceita arbitragens exteriores à jurisprudência europeia.

Portanto, a posição do governo espanhol é a de que aquilo não vale nada. Vai dar pano para mangas, Sr. Deputado!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sim, sim!

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Até lá, o dinheiro está no bolso dos espanhóis e depois logo se vê. Estou muito cético de que aquilo dê alguma coisa. Aliás, como sabe, no outro dia também houve uma decisão, que é outro assunto completamente diferente, mas sobre a questão do Novo Banco e que incluía, inclusivamente, a Goldman Sachs, em Londres, a Goldman Sachs perdeu contra o Estado, contra o Novo Banco e contra o Banco de Portugal, que remeteu para a jurisprudência portuguesa, para os tribunais portugueses, o que significa que o assunto foi ganho pelo Estado português, como toda a gente sabe, pelo menos nos próximos 25 anos, depois logo se verá, mas, nessa altura, já não haverá grandes problemas.

Tudo isto para dizer que, de facto, nesse aspeto, as coisas parecem bastante positivas para o lado espanhol, mas esta é uma opinião de uma pessoa que de Direito Internacional Privado é um mero observador atento.

Sobre as interligações a França, exportações e tarifas mais baixas, digo-lhe o seguinte: penso que ficou claro que quando foi criado o MIBEL — peço desculpa por ter de me repetir, mas, às vezes é necessário para completar o raciocínio —, o objetivo era que a partir daí tudo o que entrasse no mercado em Portugal e em Espanha entrava a mercado, o indivíduo fazia o seu produto, vendia-o e, depois...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Supostamente!

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — O pressuposto era esse!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Exato!

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — O que é que subverteu, sobretudo o lado português? Porque os espanhóis não foram tanto para as *feed-in tariffs*, foram para subsídios chamados subsídios simples. Repito: subsídios simples é dar um subsídio ao investimento e dizer: «E agora o meu amigo tem 50% e depois vá à praça...». Eu pago 50% das galinhas, você vai à praça e, depois, logo vê se tem clientes e se paga.

As *feed-in tariffs* não é isso, é dizer: «Você vai à praça, se ninguém lhe comprar, eu dou-lhe do meu bolso, ou melhor, arranjo aqui uns rapazes que andam distraídos e que pagam do bolso deles e você está garantido», com o problema gravíssimo que a eletricidade diretamente não se armazena. Julgo que este quadro ficou claro.

Portanto, é muito pior do que a praça e do que as galinhas na praça, porque aquela galinha morre, naquele dia e naquele momento, se não for vendida...

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — É mais parecido com o peixe!

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — O sistema foi completamente subvertido pelas *feed-in tariffs*. Por isso é que lhe digo que, neste momento, nós devíamos ter 80% a mercado e temos 85% fora do mercado, ou seja, 15% em mercado.

A ligação a França e a questão da Cimeira não vai resolver isso. Quer dizer, ela aplica-se quando conseguir entrar no sistema, o que vai depender de fatores que nem os Srs. Deputados controlam, quanto mais eu: se vai haver vento ou não, se vai haver nuvens ou não, de como funcionam os preços do gás natural, do petróleo e do carvão, quais as comparações, se há as centrais nucleares ou convencionais em Espanha ou em França que estão para revisão ou não... No momento, vê-se, mas quando digo no momento é no momento! Este é que é o problema que às vezes é difícil.

Conheço muito bem o sistema dos setores da indústria de processos e uma das questões importantes é a logística, a armazenagem e o problema da eletricidade é que a armazenagem não existe ou o que existe é um cabo dos trabalhos que é mais teoria do que prática.

Por isso é que aqueles modelos conceptuais que temos — não usei agora, armazeno para usar mais tarde — faz-se com custos brutais e ainda uma barragem, que custa centenas de milhões, puxa-se para cima e depois fica-se à espera quando falta no mercado e à hora de ponta abre-se a torneira e turbinase. Sr. Deputado, desculpe utilizar o termo «abrir a torneira», que é pouco técnico, mas, enfim, faz-se turbinar.

Agora, que traz vantagens, traz. Em algumas alturas, por exemplo, se tiver a central de Sines a funcionar e se tiver uma ligação a França à noite, ou num fim de semana, ou num dia feriado em Portugal, que não é em Espanha nem em França, porque as conjunções de feriados podem ter efeitos muito grandes, e isso joga com preços que estão muito degradados num lado ou no outro, pode haver benefícios simultâneos muito fortes.

Mas, como sabe, quando há feriados de um lado e não há de outro... Não são a maioria, mas dá para ganhar dinheiro e bastante dinheiro num determinado momento, porque se eu tiver o nuclear a esta hora em França a 22 €, e posso ter, pode-se ir ao *site* e ver, se em Portugal estiver a 65 € ou a 70 €... Está a ver?

Agora, é evidente que o transporte não é direto e tenho de ver se há algum contrato pelo meio e tenho de ter a portagem de passagem. Portanto, estou a falar-lhe em termos macro, de grandes números e não estou a ir ao detalhe dos cêntimos, mas penso que o Sr. Deputado está a perceber e se não estiver, não sei se a Sr.^a Presidente permite alguma intercalação, mas julgo que está a perceber.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Estou, estou!

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Em termos dos impactos para a economia e para as empresas e sobre a posição da CIP, posso dizer-lhe que, enquanto posição da CIP, sempre defendi a posição das PME e mesmo enquanto Presidente da APIGCEE eu tinha de cumprir o mandato das empresas que tinha, mas sempre defendi o global do processo, inclusivamente, como sabe, a DECO também está presente no Conselho Tarifário e no Conselho Consultivo da ERSE e a DECO representa os consumidores domésticos basicamente.

É evidente que a representação das empresas, das PME mais pequenas, é sempre um problema complicado em regime livre, mas isso tem a ver com o associativismo empresarial.

Mas, Sr. Deputado, quero dizer-lhe que todas as medidas que o PCP tomar para defesa das micro empresas, nomeadamente, numa questão que é muito relevante agora, que é o problema das empresas do interior, que são as mais castigadas com a história do ISP adicional nos automóveis e nas camionetas, embora haja isenções que tenham sido feitas, haver uma compensação na eletricidade, que, como sabe, só existe essa compensação para as regiões autónomas, que têm garantido o mesmo preço do continente, embora, à partida, isso signifique um subsídio.

Penso que aqui, na prova oral, correspondi mais ou menos ao que estava previsto, mas a Sr.^a Presidente dirá.

Respondendo ao Sr. Deputado António Topa, do PSD, que colocou questões sobre as FIT, cogeração, biomassa e mini-hídricas, posso dizer-lhe que as FIT são uma opção estratégico-económico-política. O principal problema das FIT às intermitências, como penso que ficou claro, é a própria natureza da intermitência e a dimensão que tem.

As FIT à biomassa... A biomassa tem uma vantagem: eu armazeno, consumo hoje, consumo logo à tarde, programo e, em princípio, uma central bem gerida pode funcionar 8000 h por ano. É o normal que se considera numa situação dessas e sei que são as 8000 h.

Quanto às mini-hídricas, a questão é a mesma, embora a armazenagem das mini-hídricas seja curta. Por exemplo, se eu tiver uma chuva às oito da manhã ou às sete, consigo armazená-la até às 10/11 h e, nessa hora, já estou em período de ponta e, portanto, já consigo ter... Em duas ou três horas o consumo passa de 3500, 4000, 5000 MW para 7000, 8000, 9000 MW e isso é muito importante para ajudar a regularizar o sistema.

Com uma eólica e com fotovoltaica não há nada a fazer. É ali ou acabou! Não há fisicamente nada a fazer, a não ser que alguém depois compre, mas lá está a tal história de pôr na barragem... Mas esse é um outro filme. Aliás, fiz um estudo de compilação de estudos sobre o que isso custa na totalidade, juntando os efeitos todos. Chegamos aos tais 170 €/MWh a partir da eólica, porque, ainda por cima, a eólica é muito mais gravosa do que a fotovoltaica, pois com na fotovoltaica eu sei rigorosamente quando o dia começa. Evidentemente que a intensidade solar nos primeiros 50 minutos é muito baixa, depois não sei é quando vai haver nuvens por cima dos painéis.

Em termos de gestão dos painéis solares existe uma questão importante e relevante, sob o ponto de vista tecnológico, que parece uma minudência mas não é: as poeiras e todas as lavagens dos painéis têm de ser feitas de alguma maneira e, às vezes, as questões são mais complicadas do que parecem, mas isso entra numa segunda derivada, como nós dizemos em engenharia.

Em relação aos cortes de rendas por este Governo, embora eu não seja especialista, mas da análise que faço julgo que, em termos de cortes a nível de contratos e de cortes, este Governo e este Secretário de Estado não foram muito longe ou não terão indo muito longe.

Onde têm feito um esforço muito grande — e têm-no feito — é na gestão rigorosa, através da ERSE, dos contratos que têm, bem como nas medidas que foram tomadas no sentido de rever os custos, até porque agora também tiveram uma vantagem: como acabou o primeiro período e começou o segundo, tiveram condições de poder tomar medidas, o que, penso, têm feito.

Aliás, como eu disse, a grande vantagem dos dois últimos governos, com os secretários de Estado Henrique Gomes, Artur Trindade e Jorge Seguro Sanches é que as *feed-in tariffs* a renováveis houve muito pouco, só

umas coisinhas, umas trocas com uns hotéis que, afinal, foram centrais, mas, por exemplo, na questão de transformar as mini-hídricas em eólicas, não passaram, e isso já foi com este Governo e acho positivo como indicador.

Em relação aos cortes feitos pelo governo anterior, acho que houve alguns cortes relativamente importantes.

Como eu já disse há bocadinho, acho que a questão fundamental não foi envolvida, porque, realmente, exige tocar na questão das *feed-in tariffs*, exige ver de que forma é que se vai e, das duas, uma... Porque, como eu disse há pouco, se está a fazer uma taxa extraordinária sobre uma refinaria de petróleo que está no mercado contestado, no mercado livre, porque, no fundo, corresponde a um bem transacionável e aplica-se uma taxa, por exemplo na refinaria de Sines, e não se aplica a uma eólica, que tem uma *feed-in tariffs*, quanto a isso tenho muitas dúvidas.

Este Governo este quase a tomar, mas depois não tomou, o governo anterior não quis tomar... Se isso tem a ver com alguma força ou com alguma questão de algum poder dessas pessoas, não me pronuncio, apenas digo que, objetivamente, não foi feito. Sobre isso, penso, estamos todos de acordo.

Quanto às questões das taxas nominais, de facto, tenho ouvido várias... Não fiz as contas todas, o que me parece, de facto, é que as taxas dos CAE eram muito mais razoáveis em termos comparativos, porque não nos podemos esquecer que uma coisa é ter uma taxa de juro quando se está no euro, outra coisa é quando não se estava ainda no euro e quando se está no euro, admitindo que o euro está relativamente estável, e, mesmo fora do euro, a Grã-Bretanha, que é a Grã-Bretanha, já vimos as passas do Algarve que está a passar, estando no euro a coisa é muito complicada.

Como disse, há dois pilares que acho fundamentais da construção europeia – o euro e a questão do acordo de Schengen – e, portanto, eu aqui tenderia a dizer que há aí qualquer coisa que se devia rever.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Professor, tem ainda um bocadinho mais para falar.

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Só?! Senão, corta-me a palavra...

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Professor, não lhe corto a palavra; estou apenas a dar uma indicação.

Faça favor de prosseguir.

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Sobre a concessão do domínio público, acho que deveria ter ido a concurso, claramente. Acho que o domínio hídrico devia ter ido a concurso.

Sr. Deputado Fernando Anastácio, quanto ao manifesto de 2009 e depois o de 2012, que assinei, de facto, nós não nos pronunciámos sobre a questão de serem ou não competitivos nem isso está lá escrito, que eu saiba, nem a eólica nem a solar serem competitivas.

O que eu dizia era que o sistema de apoio das *feed-in tariffs* que estavam lá e os seus níveis eram incomportáveis e eram um desastre para a economia portuguesa. Isso digo, disse, mantenho e cá temos isto até 2033. Isso aí, utilizando o Galileu Galilei, *si muove*, está cá!

Quanto ao estudo das taxas da Cambridge, eu aí passava, não tenho uma opinião tão taxativa, acho que — e voltamos ao mesmo — as taxas têm de ser vistas em cada tempo e algumas das taxas que eu vi sobre as situações dos CMEC, quando já estávamos no euro, ao contrário dos CAE da Turbogás da Tejo Energia, estávamos em 2004 e, depois, em 2007, quando os parâmetros foram tomados, porque os parâmetros foram aplicados em 2007, aí acho que aquilo é um bocadinho exagerado, mas outros especialistas na matéria se pronunciarão melhor do que eu.

Quanto à importância da evolução dos CIEG e da redução da dívida tarifária, totalmente de acordo, acho que são prioridades fundamentais. Acho que a evolução dos CIEG tem sido feita. Numa situação normal, a partir do momento em que os *feed-in tariffs* acabam, a situação depois vai para mercado...

Quanto à questão do prolongamento dos *feed-in tariffs*, como disse, sou contra, mas há um acordo feito, do qual os consumidores beneficiaram, salvo erro, nos últimos três anos.

Portanto, a haver um acordo, tem de ser feita uma conta total e, depois, tem de se ver como é que fica. Do meu ponto de vista, não pelas contas estáticas mas pela dinâmica, acho importantíssimo, acho que ficávamos a ganhar, ainda mais agora com a abertura dos Pirenéus. E acho que ficávamos a ganhar, porque teríamos um mercado mais cedo.

Quanto aos sobrecustos das renováveis, ao encerramento das centrais, eventualmente poluentes, à questão dos subsídios às centrais clássicas, posso dizer que o problema dos subsídios às centrais clássicas é que elas derivam de estarem a reboque das renováveis intermitentes, sublinho, das intermitentes, porque da hídrica não tem problema nenhum, sobretudo das barragens, das albufeiras. Isso é uma maravilha! Aliás, é a forma mais simples de entrar no sistema, mais rápida até do que pelo gás. Se eu tiver uma central hidroelétrica que tenha altura de água suficiente, abro-lhe uma válvula em 5 minutos, ponho a turbinar em 15 minutos; enquanto uma central a gás natural demora 24 horas.

Portanto, a nossa maior vantagem ainda hoje, em termos energéticos, é o plano do Prof. Ferreira Dias e, depois, a respetiva continuação... Várias estão a ser feitas, inclusive aquelas novas, lá em cima, da Iberdrola, no Alto Tâmega. É evidente que aí estão ligadas à questão das eólicas, mas é um *asset* nacional, como é o Alqueva. Ainda por cima, o Alqueva vale pela água, vale pela energia, vale pela agricultura e vale pelo lazer e vale pelo turismo.

Em relação aos valores e à questão de a França ser nuclear ou não, os eletrões quando chegam são o que são. Em Portugal, neste momento, com o excesso de capacidade que há, o nuclear não está na agenda nem vai estar. Ponto! Não há nada!

Por outro lado, a grande questão é saber o que é que a Espanha vai fazer, mas essa é uma decisão do Governo espanhol, que vamos ter de ver, dentro das circunstâncias e, depois, das implicações europeias. Isso tem a ver com a tal questão de saber até que ponto é que o plano, digamos assim, o mercado único da energia elétrica — neste momento, é apenas um mercado de transferências ou, melhor, desejavelmente vai ser um mercado de transferências e nós, infelizmente, não estamos nele — vai ter alguma repercussão a nível da definição de políticas e de estratégias, porque, depois, há aquelas agendas energia/clima, há aquelas questões das emissões que infetam o setor automóvel...

Enfim, temos muitas questões estratégicas com grandes repercussões económicas, relativamente às quais os políticos tomam medidas, porque é politicamente correto, mas, depois, os resultados são complicados, ou são muito complicados, e mais para uns do que para outros.

E, depois, temos ainda o Presidente Trump que também interfere com as suas medidas comerciais, mas o que é certo é que, a nível europeu, a questão me parece, para nós, portugueses, em termos europeus...

Tenho aqui só um outro documento, e penso que a maior parte das pessoas já o tem, porque julgo que o enviei, que é o exemplo concreto, com os mapas que vêm da REN... Penso que já o dei às pessoas, mas ofereço-o novamente...

A Sr.^a **Presidente**: — Muito obrigada.

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — ... porque é extremamente importante para se ver ao vivo e a cores — foi a primeira vez que se fez e está a cores, porque de outra maneira também não se podem conhecer os da REN, e são tantas cores e as separações, às vezes, são tão pequenas — qual é a dificuldade da REN em acomodar um sistema onde, por exemplo, num dos dias que está aqui indicado, a potência eólica introduzida no sistema, em 24 horas, baixou de 4300 MW para 100 MW a nível nacional, o que significa que em 24 horas se teve de injetar no sistema o equivalente a três centrais de Sines, para não haver um apagão.

É evidente que essa injeção, a eficiência dessa injeção, a eficiência de funcionamento dessas centrais é a mesma que a pessoa tem quando trava a 100 km/hora. O que é preciso é não bater, porque, de resto, se os pneus arderem, salvou-se, não foi ninguém para o hospital.

A Sr.^a **Presidente**: — Muito obrigada, Sr. Professor Clemente Pedro Nunes.

Agradecemos-lhe muito a sua disponibilidade, a sua frontalidade, as suas informações, a sua partilha de conhecimento com todos os membros desta Comissão de Inquérito Parlamentar e o longo tempo que aqui esteve sentado, cerca de cinco horas. Ficamos-lhe gratos por essa disponibilidade e essa partilha de conhecimento, sempre seguindo o seu ponto de vista.

Desejamos-lhe as melhores felicidades e, repito, agradecemos a disponibilidade que sempre revelou nos contactos que fizemos.

O Sr. Prof. **Clemente Pedro Nunes**: — Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

Alguma coisa que a Comissão pretenda, têm os meus *e-mails*, estou ao dispor.

A Sr.^a **Presidente**: — Agradeço aos Srs. Deputados, sei que todos os outros saíram para poderem participar na Comissão de Economia.

Desejo as maiores felicidades para o dia de hoje e os seguintes.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 15 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.